

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **201** Jul.-dez.
2021

Márcia Telles

Desafios para preservar o meio ambiente:
um olhar a partir do INEMA

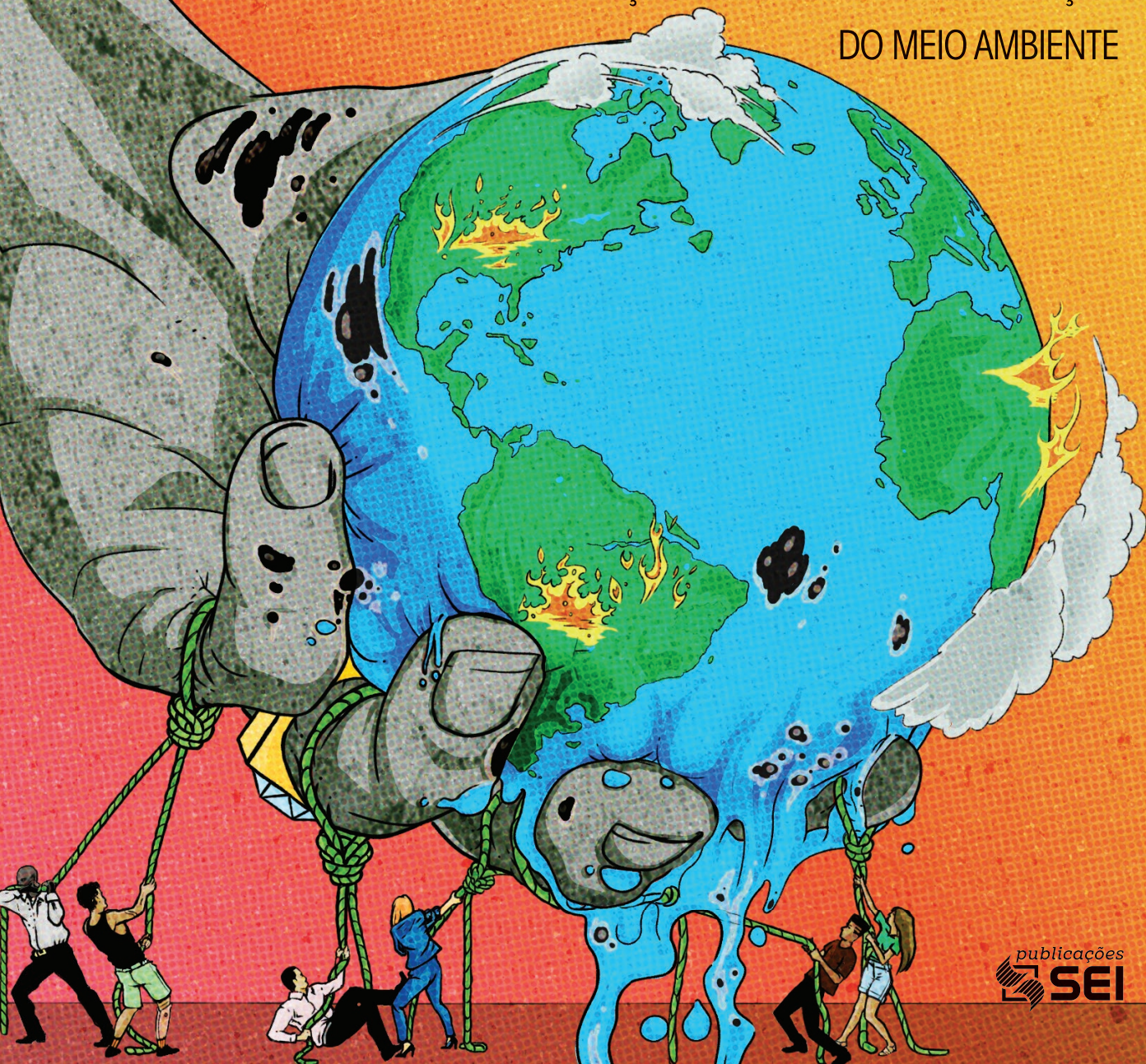
Transferências governamentais e a
importância das emendas parlamentares
no orçamento público: estudo dos
municípios do recôncavo da Bahia

Fernando Pedrão

Seção Especial:
Recuperar o planejamento para o Brasil
Ensaio em honra de Jorge Ahumada

ASHER KIPERSTOK

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE



C&P₂₀₁ jul./dez. 2021

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

INSTITUCIONAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Rui Costa dos Santos

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
João Felipe de Souza Leão

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
Jorgete Oliveira Gomes da Costa

DIRETORIA DE ESTUDOS
Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS
Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS
Jonatas Silva do Espírito Santo

FICHA TÉCNICA

Diretoria Responsável
Diretoria de Indicadores e Estatística

Coordenação Responsável
Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanaís

Editoria Científica
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Elissandra Alves de Britto

Conselho Editorial
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico
Carla Janira Souza do Nascimento
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Pedro Marques de Santana
Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis
Marcus Vinícius Souza Pimentel dos Santos (estagiário)
Thiago Lima Bartolomeu (estagiário)

Editoria de Arte
Produção
Ludmila Nagamatsu

Normalização
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem
Bernardo Bensabath Bezerra de Menezes (port.)

Projeto Gráfico
Fernando Cordeiro
Vinícius Luz

Ilustrações
Vinícius Luz

Editoração
Autor Visual Design Gráfico
Perivaldo Barreto Pereira

A *Conjuntura & Planejamento* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu *Biblioteca Virtual (Publicações SEI)*.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory*, *Diadorim*, *Latindex* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994 -). Salvador : SEI, 2022.
n. 201
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal até o número 154; trimestral até o número 198.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA: ENTRE A RECUPERAÇÃO E AS INCERTEZAS

Carla do Nascimento

Elissandra Britto

Pedro M. de Santana

33 ENTREVISTA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Asher Kiperstok

ARTIGOS**43 TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E A IMPORTÂNCIA
DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO PÚBLICO:
ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Caio Almeida dos Santos

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

**63 A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E O PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO (BA)**

Alex Moreira Ramos

Fernando Barreto Nunes Filho

80 PONTO DE VISTA

DESAFIOS PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE:
UM OLHAR A PARTIR DO INEMA

Márcia Telles

84 LIVROS**87 SESSÃO ESPECIAL**

RECUPERAR O PLANEJAMENTO PARA O BRASIL –
ENSAIO EM HONRA DE JORGE AHUMADA

Fernando Pedrão

108 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA**118 INDICADORES CONJUNTURAIS****118 INDICADORES ECONÔMICOS****126 FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P), na edição 201, traz à reflexão temas que permeiam o planejamento da atividade econômica, no momento marcado por incertezas quanto à trajetória das economias brasileira e baiana. Em 2021, o País vivenciou uma retomada do processo inflacionário, colocando no centro das discussões a condução da política macroeconômica. Após o segundo trimestre, em que a economia registrou recuperação, dado ao avanço da vacinação no País e a gradual flexibilização das restrições e da abertura do comércio e serviços, no terceiro trimestre, a atividade econômica sentiu os impactos da inflação e do maior aperto monetário.

A despeito de um cenário adverso, marcado por uma pandemia reconhecida pelas autoridades e que se transformou numa crise econômica, atingindo diversos setores da atividade econômica, a revista *Conjuntura & Planejamento* continua com o seu propósito de informar. É nesse cenário que a equipe de conjuntura traz em discussão o momento vivenciado ser de recuperação ou de incertezas. Apesar da melhora na crise sanitária, ainda há bastante insegurança sobre a manutenção do ritmo de crescimento em 2022 em razão, entre outros fatores, do risco de disseminação de novas variantes do vírus Sars-Cov-2, das elevadas taxas de desemprego, da escassez de insumos, que se reflete na alta taxa de inflação, e do aumento da taxa básica de juros.

Entre os colaboradores, esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, uma reflexão da secretária do Meio Ambiente, Márcia Telles, retratando os desafios para preservar o meio ambiente na perspectiva do Inema. Na sua análise, “preservar, reduzir emissões de gases de efeito estufa e construir a tão almejada sustentabilidade são desafios que há décadas fazem parte de uma ‘eterna’ ordem do dia.” A questão é compatibilizar estas necessidades com um mercado de consumo cada vez acelerado, num contexto de explosão demográfica. Nesse caso, questiona-se como o estado pode ser protagonista num movimento de natureza multidisciplinar. Para Telles, a postura de vanguarda da Bahia na pauta ambiental é uma marca reconhecida por outros estados da Federação. Os últimos 12 anos foram marcados por decisões técnicas e políticas que trouxeram avanços em termos de gestão, dentre estas a estruturação dos Sistemas Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos e sua principal instituição de execução, o Inema e a implementação do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA). Além disso, associados ao SEIA, avançou-se na disponibilização de

informações geoespaciais via Geobahia e, hoje, com o Módulo de Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) e sua sincronização com o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) em nível nacional.

A seção Entrevista traz a contribuição do engenheiro civil, professor e pesquisador Asher Kiperstok sobre as discussões em volta das mudanças climáticas para o meio ambiente. Dentre os diversos aspectos abordados sobre os seus impactos e as alternativas a serem adotadas, têm-se a questão das crises hídricas. Para Kiperstok, é importante lembrar que essas crises são decorrentes das alterações da oferta de água e a total e absoluta ausência de uma gestão racional da demanda, ou, ainda, da falta de racionalidade na gestão integrada da água. Para ele, “não vamos atribuir à mudança do clima todos os efeitos que resultam de uma gestão irresponsável dos recursos naturais”. Na sua avaliação, o fenômeno da mudança do clima afeta, simultaneamente, os oceanos, a atmosfera, os continentes e as interações entre eles. Seu enfrentamento demanda ações integradas a fim de reduzir a velocidade com que esses processos se intensificam, bem como àquelas que já se verificam de forma espontânea, decorrentes das alterações provocadas pela ação do homem. Para tanto, o primeiro passo é a conscientização de que o fenômeno é irreversível, devendo ser criado mecanismo de adaptação para a nova realidade, que não se conhece adequadamente. Além de criar condições para reduzir o ritmo de emissões não apenas de carbono para atmosfera como as de nitrogênio reativo. Não sendo possível, portanto, pensar apenas no desenvolvimento tecnológico.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Fernando Pedrão, intitulado *Recuperar o planejamento para o Brasil – Ensaio em honra de Jorge Ahumada*. Nesse trabalho, propõe-se discutir acerca da mudança no cenário marcado pelo fortalecimento do mercado interno, evidenciado no crescimento econômico e na expansão do mercado de trabalho. Têm-se também mais dois outros trabalhos intitulados *Transferências governamentais e a importância das emendas parlamentares no orçamento público: estudo dos municípios do Recôncavo da Bahia* e *A incorporação imobiliária e o papel do Poder Público Municipal no processo de evolução urbana do município de Dom Basílio (BA)*, de Caio Almeida dos Santos e Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro, e Alex Moreira Ramos e Fernando Barreto Nunes Filho, respectivamente.

Assim, a edição 201 da C&P, além de oferecer discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, aborda alternativas que viabilizem o crescimento econômico em longo prazo, numa perspectiva de preservação do meio ambiente. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto nem de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazos.



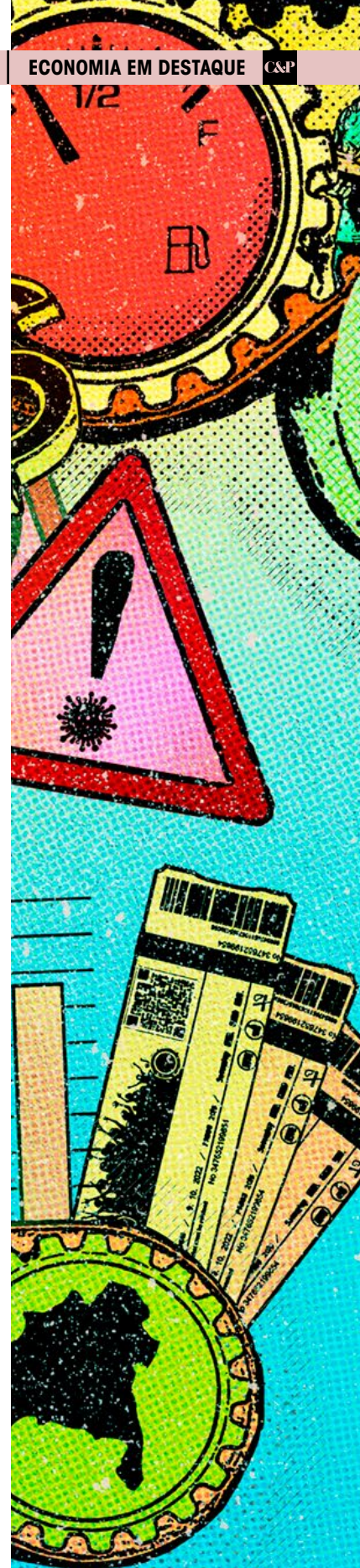
ECONOMIA BAIANA: ENTRE A RECUPERAÇÃO E AS INCERTEZAS

Carla do Nascimento
Mestra em economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduada em
ciências econômicas pela
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestra em economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), economista pela UFBA.
técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), economista pela UFBA.
especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

A ECONOMIA global continuou em recuperação no segundo semestre de 2021, porém, de forma mais robusta nas economias avançadas do que nas emergentes. Nas economias avançadas, a rapidez e a eficácia da vacinação contra o coronavírus permitiu a reabertura das atividades econômicas. Ao mesmo tempo em que o estímulo fiscal adicional contribuiu para impulsionar a demanda, reduzir a capacidade ociosa e diminuir os riscos dos efeitos da pandemia no longo prazo. Porém, nas economias emergentes, a lenta vacinação em alguns países (especialmente da África e Ásia), novos surtos de infecção e medidas de distanciamento ainda impediam o crescimento mais vigoroso, principalmente naquelas economias que receberam pouco ou nenhum benefício de auxílio à renda.



A indústria brasileira (extrativa e de transformação) acumulou taxa positiva de 7,5% no período de janeiro a setembro de 2021, revelando aumento na maioria das atividades produtivas

Com a reabertura das atividades econômicas, muitos países exibiram avanço na atividade econômica no segundo e terceiro trimestres do ano. As maiores economias do mundo, os EUA e a China, registraram, ambas, taxa de crescimento de 4,9% no terceiro trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior. A Zona do Euro registrou aumento de 3,7%; a Alemanha, principal economia do grupo, teve aumento de 2,6% enquanto a França avançou em 3,3% no período. O Japão, por sua vez, registrou aumento de 1,3% entre julho e setembro. Considerando-se todos os países da OCDE¹, o aumento no terceiro trimestre foi de 4,5% (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2021).

As incertezas no último trimestre do ano se concentram em torno das novas variantes do vírus – que podem levar ao retrocesso da flexibilização das atividades –, da elevação da inflação em muitos países; da manutenção dos preços das *commodities* em patamar elevado; dos custos elevados dos fretes globais; dos estoques industriais ainda baixos e da escassez de alguns insumos, que têm se refletido em aumento da pressão sobre os preços ao produtor, entre outros fatores de riscos que contribuem para tornar o ambiente externo menos favorável e capaz de reduzir o crescimento global.

No Brasil, com mais da metade população vacinada com a segunda dose e a reabertura da economia, especialmente do setor de serviços, a partir de meados do segundo trimestre, a atividade econômica cresceu 4,0% no terceiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, após avanço de 12,3% no segundo trimestre. Com esse resultado o Produto Interno Bruto (PIB) acumula no ano até setembro taxa de 5,7% (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021).

Dentre as atividades que participam para a geração do Valor Adicionado, a Indústria, com aumento de 6,5%, e os Serviços, com crescimento de 5,2%, contribuíram positivamente para o desempenho do PIB, enquanto a Agropecuária registrou variação negativa de 0,1% no período.

A indústria brasileira (extrativa e de transformação) acumulou taxa positiva de 7,5% no período de janeiro a setembro de 2021, revelando aumento na maioria das atividades produtivas (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2021). Esse dinamismo pode ser explicado pelos aumentos de preços de *commodities*, pelo ciclo de recomposição de estoques e pela recuperação da economia mundial. Porém, as dificuldades para obtenção de insumos

1 Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal e Reino Unido.

por alguns segmentos da indústria e a alta nos custos de produção limitaram o crescimento do setor.

O avanço da atividade de comércio refletiu na recuperação do consumo das famílias, porém o consumo de bens tende a reduzir no último trimestre com o aumento da inflação, que reduz o poder aquisitivo do consumidor, e o crédito mais caro devido às elevadas taxas de juros. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2021), o volume das vendas do comércio ampliado cresceu 8,0% no acumulado do ano até setembro. Esse resultado decorreu do desempenho positivo de sete dos 10 segmentos que compõem o comércio ampliado, com destaque para Veículos e motos, partes e peças (21,6%). Considerando-se apenas o varejo restrito, o volume de vendas cresceu 3,8% no período.

Na agricultura, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021) do IBGE, a safra 2021 de cereais, oleaginosas e leguminosas² pode alcançar 251,2 milhões de toneladas (t.), 1,2% menor que a safra obtida em 2020. Ocorreram acréscimos de 10,3% para a soja e de 4,5% para o arroz em casca, ocorrendo declínios para o algodão herbáceo (-17,5%) e para o milho (-16,0%). A área colhida (68,5 milhões de hectares) teve crescimento estimado de 4,6% na mesma base de comparação.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2021), com relação aos componentes da demanda interna, destaca-se, no período, o aumento da formação bruta de capital fixo, com taxa de 22,7%. Por sua vez, o consumo das famílias aumentou 4,1%. A despesa de consumo da administração pública teve aumento de 1,7% no período.

Com base nas Contas Nacionais Trimestrais, no setor externo, as exportações apresentaram aumento de 6,6% e as importações exibiram aumento de 15,6%. E ainda conforme informações da Secretaria de Comércio Exterior, no acumulado do ano até setembro a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 56,433 bilhões. De janeiro a setembro de 2021, as exportações somaram US\$ 213,223 bilhões e as importações chegaram a US\$ 156,79 bilhões.

No mercado de trabalho a taxa de desocupação recuou, porém manteve-se em nível elevado. A taxa passou de 14,2% no segundo trimestre para 12,6% no terceiro trimestre de 2021 segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2021) do IBGE. O aumento da ocupação (11,4%) ocorre com queda nos rendimentos (o rendimento habitual médio

Conforme informações da Secretaria de Comércio Exterior, no acumulado do ano até setembro a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 56,433 bilhões. De janeiro a setembro de 2021, as exportações somaram US\$ 213,223 bilhões e as importações chegaram a US\$ 156,79 bilhões

2 Cereais, oleaginosas e leguminosas: algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

real recuou 11,1% no confronto entre o terceiro trimestre de 2021 e o mesmo período do ano passado), subtendendo-se assim que há um aumento de ocupações, com salários menores, e também há perda do poder de compra devido ao aumento da inflação.

Por sua vez, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (BRASIL, 2021) apontaram recuperação do emprego formal, com aumento de 2,646 milhões de postos de trabalho celetistas no País no período de janeiro a outubro de 2021, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O resultado representou uma variação positiva de 6,86% em relação ao estoque de empregos formais do período anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (2021) acumulou em 12 meses, até outubro, taxa de 10,67%, o que complica as decisões das políticas fiscal e monetária para os próximos meses. A reabertura da economia, que permitiu o aumento da movimentação das atividades de serviços e de comércio, combinada com o aumento do preço de energia e dos combustíveis, contribuíram para o aumento mais disseminado da inflação entre os segmentos. Essa pressão inflacionária acarreta mudanças nas expectativas de inflação para os próximos meses, dificultando as decisões de política monetária.

Do lado fiscal, persistem as indefinições sobre o orçamento federal de 2022 e sobre o cumprimento de regras fiscais, que têm rebatimentos severos na inflação e no desempenho da economia do País. No acumulado no ano, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 49,6 bilhões frente ao déficit de R\$ 633,0 bilhões no mesmo período de 2020. A dívida líquida do setor público atingiu 57,6% do PIB (R\$ 4,9 trilhões) em outubro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Diante do cenário acima exposto acerca da economia brasileira, as próximas seções irão apresentar os principais resultados do desempenho e seus desdobramentos para o acumulado no ano de cada atividade da economia baiana.

ECONOMIA BAIANA

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no Informativo PIB Trimestral (2021), apresentou aumento de 3,9% no acumulado do ano até setembro na comparação com o mesmo período de 2020.

Tabela 1
Produto Interno Bruto (%) (1) – Bahia – Jan.-Set. 2021

Atividades	Varição acumulada no ano (%) (2)
Agropecuária	6,5
Indústria	-2,2
Ind. transformação	-6,9
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	6,9
Extrativa mineral	10,0
Construção civil	-0,1
Serviços	5,5
Comércio	15,5
Transportes	9,5
Atividades imobiliárias	2,2
Administração pública (APU)	1,2
Outros serviços	4,8
Valor Adicionado básico	3,9
Imposto sobre o produto	4,3
PIB	3,9

Fonte: Informativo PIB Trimestral (2021).

Notas: (1) Dados preliminares, sujeitos a retificação.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano até setembro, a Agropecuária e os Serviços cresceram, respectivamente, 6,5% e 5,5% enquanto a Indústria registrou queda de 2,2%, conforme dados apresentados na Tabela 1. Considerando-se as atividades do setor industrial, houve aumento na Produção e distribuição de energia, gás e água (6,9%) e em Extração mineral (10,0%) enquanto as atividades Construção civil (-0,1%) e de Transformação (-5,9%) exibiram resultado negativo (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2021).

O setor Produção e distribuição de energia elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que contribuiu positivamente para o PIB, refletiu o aumento na geração de energia elétrica no estado, especialmente nas fontes térmica (72,6%) e eólica (26,6%).

O desempenho da Construção, por sua vez, foi impactado pelo crescimento dos custos de produção do setor e pela escassez de insumos. No período de 12 meses encerrado em setembro último, o INCC-Materiais e Equipamentos, calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e que mede a variação nos preços da construção, acumulou alta de 31,5%. Apesar de os preços dos insumos estarem elevados, a demanda por imóveis permanece em alta. Segundo apresentação da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI BAHIA, 2021), as vendas de imóveis no acumulado do ano até setembro cresceram 21,7% em Salvador e 11,4% no estado, com a comercialização de 3.465 imóveis em Salvador e 6.867 imóveis na Bahia.

Os produtores da região Oeste colheram 6,8 milhões de toneladas de soja este ano – a maior da série histórica do levantamento –, o que corresponde a uma alta de 12,6% em relação a 2020

O valor adicionado de Serviços do estado teve expansão de 5,5% no acumulado do ano até setembro na comparação com o mesmo período anterior. O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado principalmente por Comércio (15,5%), Transportes (9,5%), Atividades imobiliárias (2,2%) e Administração pública (1,2%) (Tabela 1).

ATIVIDADE AGRÍCOLA

A Bahia representou 4,1% do volume de produção de grãos do País em 2021. O estado alcançou um nível recorde de produção pelo segundo ano consecutivo, favorecido pelas condições climáticas e, sobretudo, de mercado para o plantio e o desenvolvimento da lavoura de soja da região Oeste. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) estimou, em outubro deste ano, que a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas³ da Bahia alcançará 10,4 milhões de toneladas (t) em 2021, o que representa crescimento de 3,5% na comparação com a safra de 2020 (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA, 2021) – que foi o melhor resultado da série histórica do levantamento.

Destaque positivo para a soja, cuja colheita concluída alcançou sua máxima histórica. Por outro lado, as demais culturas tiveram níveis de produção inferiores aos de 2020 em razão de fatores climáticos (milho), assim como de mercado (algodão e feijão). As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,2 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 2,6% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos no estado foi de 3,25 t/ha, o que representa alta de 2,1% na mesma base de comparação.

Os produtores da região Oeste colheram 6,8 milhões de toneladas de soja este ano – a maior da série histórica do levantamento –, o que corresponde a uma alta de 12,6% em relação a 2020. A área plantada com a oleaginosa somou 1,7 milhão de hectares, que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura ficou em 4,0 t/ha. A produção de algodão (caroço e pluma) em 2021 ficou projetada em torno de 1,27 milhão de toneladas, o que corresponde a uma queda de 14,0% na comparação anual. Em relação ao levantamento anterior, houve estabilidade na previsão de produção da fibra. A área plantada (268 mil hectares) apresentou recuo de 14,9% em relação a 2020.

3 Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,41 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde a uma queda de 7,1% na comparação anual. Com relação à área plantada (670 mil hectares), o IBGE indica uma expansão de 7,5% sobre a de 2020. A estimativa da 1ª safra do cereal ficou em 1,9 milhão de toneladas (5,5% superior a de 2020) e a da 2ª safra (515 mil toneladas) teve recuo interanual de 35,6%.

Tabela 2

Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2020/2021

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) (3)		
	2020 (1)	2021 (2)	Var. (%)	2020 (1)	2021 (2)	Var. (%)	2020 (1)	2021 (2)	Var. (%)	2020 (1)	2021 (2)	Var. (%)
Mandioca	963	862	-10,5	133	123	-7,5	107	109	1,9	9.000	7.904	-12,2
Cana-de-açúcar	5.150	5.525	7,3	75	78	4,0	75	78	4,0	68.667	70.833	3,2
Cacau	118	130	10,3	450	440	-2,2	425	420	-1,2	278	310	11,6
Café	246	207	-15,9	125	122	-2,4	113	104	-8,0	2.187	2.000	-8,5
Grãos (4)	10.063	10.419	3,5	3.119	3.201	2,6	3.119	3.201	2,6	3.226	3.255	0,9
Algodão	1.475	1.268	-14,0	315	268	-14,9	315	268	-14,9	4.683	4.731	1,0
Feijão	290	189	-34,8	424	417	-1,7	424	417	-1,7	684	454	-33,7
Milho	2.600	2.415	-7,1	624	670	7,5	624	670	7,5	4.170	3.604	-13,6
Soja	6.070	6.834	12,6	1.621	1.700	4,9	1.621	1.700	4,9	3.746	4.020	7,3
Sorgo	146	142	-2,9	80	90	12,2	80	90	12,2	1.823	1.577	-13,5
Outros ¹	57	65	14,2	56	56	0,4	56	56	0,4	1.021	1.162	13,8
TOTAL	-	-	-	3.902	3.964	1,6	3.839	3.912	1,9	-	-	-

Fonte: IBGE–Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021).

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) LSPA/IBGE safra 2020.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (out. 2021).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

(4) Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

Em 2021, a produção total de feijão ficou estimada em 189,2 mil toneladas, 34,8% menor do que a observada em 2020. Estimou-se uma área plantada de 417 mil hectares, cerca 1,7% inferior à verificada no ano anterior. A 1ª safra (103 mil toneladas) registrou queda de 24,2% em relação a 2020, e a 2ª safra (86,2 mil toneladas) apresentou variação negativa de 44,1% na mesma base de comparação.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 5,5 milhões de toneladas, alta de 7,3% em relação à safra anterior. A estimativa da produção do cacau ficou projetada em 130,1 mil toneladas, o que representa aumento de 10,3% na comparação com 2020. A produção de café foi reduzida para 207 mil toneladas, 15,9% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica (74 mil toneladas) teve variação negativa anual de 23,7%; por outro lado, houve ampliação em 6,0% da safra do tipo conilon (133 mil toneladas), na mesma base de comparação.

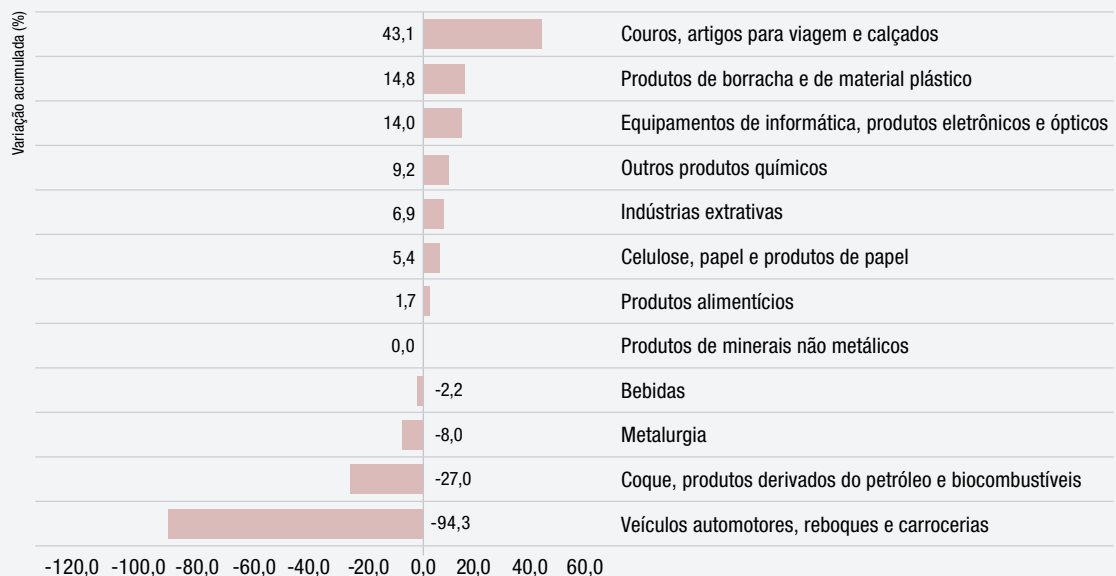
As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil toneladas), laranja (634,3 mil toneladas) e uva (61,2 mil toneladas) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 35,1% em relação à safra anterior. As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil toneladas de mandioca, 10,5% inferior a de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 387 mil toneladas e o tomate teve queda nas projeções de produção (-13,7%), que ficou estimada em 208,2 mil toneladas.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Com o avanço da vacinação e a maior circulação de pessoas, observa-se aumento natural na demanda de determinados setores da indústria. Entretanto, fatores locais contribuem para impedir o crescimento da indústria baiana ao longo deste ano, como, por exemplo, o fechamento da indústria de automóveis instalada no estado, que além de reduzir a produção de veículos também afeta fornecedores de insumos locais.

Com base no indicador da produção física da indústria (extrativa e de transformação) baiana, da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2021) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que a maioria dos segmentos registra aumento na produção, na comparação do acumulado do ano até setembro, conforme dados ilustrados no Gráfico 1. Porém, aqueles que registraram recuo têm importante participação no valor da transformação industrial (41,0%)⁴ e contribuíram para a forte queda da produção industrial no estado no período, com variação negativa de 15,0%.

Gráfico 1
Produção física da indústria por setores de atividade (%) – Bahia – Jan.-Set. 2021 (1)



Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal (2021).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado negativo da indústria baiana, tem-se, inicialmente, a indústria de Derivados de petróleo, impulsionada pela queda na produção de óleo combustível, óleo diesel e naftas para petroquímica. Segundo relatório de produção e vendas da Petrobras (2021), a principal refinaria instalada no estado teve parada programada para manutenção durante o segundo trimestre do ano, o que levou a impacto significativo na produção do setor no período (-52,0%). Porém, mesmo com a elevação gradual da demanda, justificada pelos elevados preços no mercado externo em relação ao preço no mercado interno, no terceiro trimestre, a produção do setor recuou 7,0%, principalmente, em razão da queda na produção de óleo combustível.

O setor Veículos apresentou a segunda maior contribuição para a taxa negativa da indústria baiana no período, pois teve as atividades da unidade de produção local de automóveis encerradas em janeiro de 2021. No acumulado do ano, a produção caiu 94,3%, com redução na fabricação de automóveis e peças para veículos. Segundo a montadora (FORD MEDIA CENTER, 2021), a decisão de encerrar a produção no estado foi motivada por processo de reestruturação global da empresa.

O setor Metalúrgico foi impactado principalmente na produção de cobre, com redução na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Simultaneamente, a indústria metalúrgica baiana vem sendo

A produção de Celulose e papel obteve crescimento no quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre deste ano, com taxas de, respectivamente, 7,6% e 5,8%, porém no segundo trimestre registrou declínio de 1,9%

afetada pelo encerramento das atividades de unidade fabril de ferroligas de manganês, localizada em Simões Filho, que ocorreu em fins de 2020 (VALE, 2020).

A indústria de Bebidas, que teve aumento de 19,5% no segundo trimestre comparada ao mesmo período do ano anterior, apresentou declínio de 17,6% no terceiro trimestre, acumulando, nos três trimestres, queda de 2,2%, impactada pela redução na produção de refrigerantes, cervejas e chopes.

A principal contribuição positiva para o acumulado no ano veio do setor de Produtos químicos, que apresentou aumento de 9,2% no período, atribuído principalmente ao crescimento na produção de acrilonitrila, princípio ativo para herbicidas e etileno não saturado.

O setor de Couro e calçados, no acumulado do ano até setembro, manteve o crescimento observado no último trimestre de 2020 e alcançou taxa de 43,1%. O aumento deu-se principalmente pelo crescimento na produção de tênis de material sintético, calçados femininos de plástico e borracha e calçados masculinos de couro.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com aumento de 14,8% no ano, teve o desempenho influenciado, principalmente pelo aumento na produção de pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus e borracha misturada não vulcanizada.

A produção de Celulose e papel obteve crescimento no quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre deste ano, com taxas de, respectivamente, 7,6% e 5,8%, porém no segundo trimestre registrou declínio de 1,9%. No terceiro trimestre, ocorre expansão de 12,9% favorecida pelos bons preços dos produtos no mercado internacional (especialmente na Europa) (BACHA, 2021) e no mercado interno, principalmente no ramo de papéis, devido ao retorno mais intenso das atividades presenciais.

O setor de Produtos alimentícios, que registrou queda no primeiro trimestre com taxa de -4,4%, apresentou aumentos consecutivos no segundo e terceiro trimestres de, respectivamente, 5,4% e 2,9%, acumulando no ano acréscimo de 1,7%. O desempenho no período foi influenciado pela retomada da economia mundial e pelos preços favoráveis no mercado internacional. Na Bahia, houve aumento, principalmente, na produção de açúcar cristal, cacau ou chocolate em pó e carnes de bovinos congeladas.

A produção de Minerais não metálicos, acumula no ano variação nula e foi impactada pelos elevados custos dos insumos utilizados pela construção. Neste sentido observa-se a piora nas vendas de materiais de construção, que caíram 10,4% no ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2021), do IBGE. Assim, houve queda, principalmente, na fabricação de cimentos Portland e argamassas.

A indústria Extrativa, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (2021) do IBGE, cresceu 6,9% no período de janeiro a setembro de 2021, principalmente em decorrência do aumento na produção de magnésia, outros óxidos de magnésio e carbonato de magnésio natural; gás natural; pedras britadas e minério de cobre em estado bruto ou beneficiado.

De modo geral, alguns fatores contribuíram negativamente para a queda da produção industrial baiana. Neste sentido, pode-se destacar a escassez e o encarecimento dos insumos para algumas indústrias, que desencadeiam atrasos em toda a cadeia produtiva; a queda da massa de salários real, impactada pela elevada taxa de desemprego, aumento da inflação e redução dos recursos do auxílio emergencial para a população de baixa renda, e o aumento nas taxas de juros, que reduzem a confiança do setor.

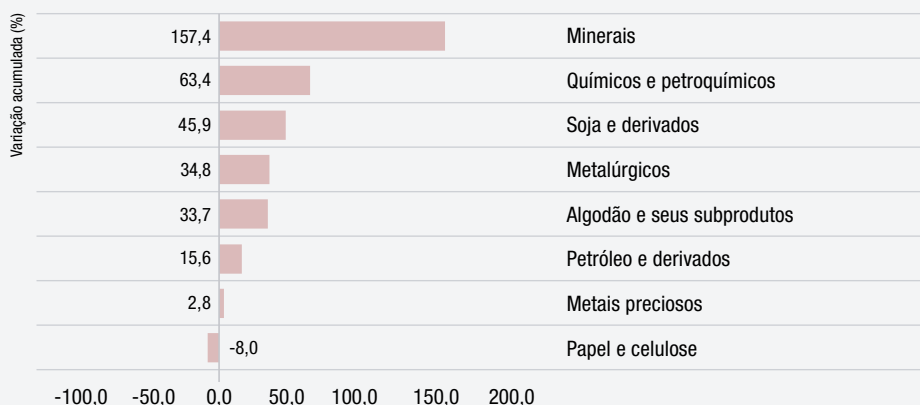
Por sua vez, os aspectos positivos para a indústria baiana em 2021 estão relacionados aos segmentos direcionados à demanda externa, para os países asiáticos, parte da Europa e Estados Unidos, que contribuem no sentido de impulsionar o crescimento da demanda mundial. E, também, o aumento nos preços de determinadas *commodities* (principalmente as agrícolas), que favorecem a competitividade de parte do setor produtivo local.

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial baiana registrou superávit de US\$ 2,1 bilhões no período de janeiro a outubro de 2021, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia, divulgados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2021), da SEI. As exportações alcançaram US\$ 8,2 bilhões e ficaram 29,6% acima das registradas em igual período de 2020, enquanto as importações somaram US\$ 6,1 bilhões – maiores em 52,1% se comparadas como as do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 14,4 bilhões, avançando 38,4% em relação ao resultado de igual período de 2020.

A produção de Minerais não metálicos, acumula no ano variação nula e foi impactada pelos elevados custos dos insumos utilizados pela construção. Neste sentido observa-se a piora nas vendas de materiais de construção, que caíram 10,4% no ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2021), do IBGE

Gráfico 2
Exportações baianas (%) – Principais segmentos – Jan.-Out. 2021



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

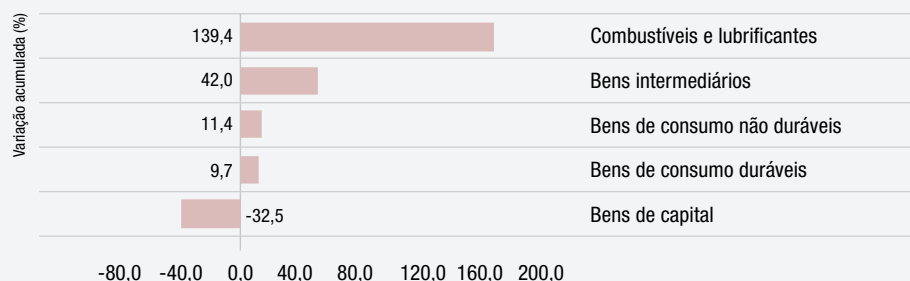
Nota: dados coletados em 5/11/2021.

Considerando-se os segmentos da Agropecuária, destacam-se as vendas de Soja e derivados, com alta de 45,9% no período e Algodão e subprodutos (33,7%), conforme ilustrado no Gráfico 2.

Entre os segmentos da Indústria de transformação, destacam-se os aumentos em Químicos e petroquímicos (63,4%), Petróleo e derivados (15,6%) e Metalúrgicos (34,8%). Em sentido contrário, o principal recuo foi observado em Papel e celulose (-8,0%). Considerando-se as vendas da Indústria extrativa, houve crescimento no segmento de Minerais (157,4%) e em Metais preciosos (2,8%).

O aumento das compras externas no período deveu-se ao aumento nas categorias de uso de combustíveis e lubrificantes (139,4%), bens intermediários (42,0%), bens de consumo duráveis (9,7%) e bens de consumo não duráveis (11,4%). Porém, bens de capital (-32,5%) apresentou queda no período (Gráfico 3).

Gráfico 3
Importações baianas por categoria de uso (%) – Jan.-Out. 2021



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

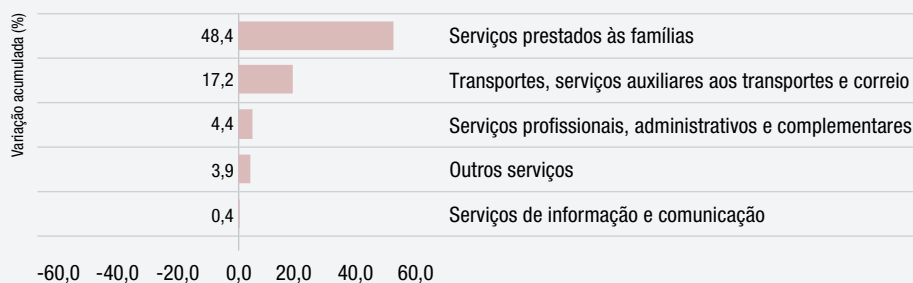
Nota: dados coletados em 5/11/2021.

Portanto, no acumulado do ano até outubro, as vendas externas baianas tiveram crescimento inferior à média do Brasil (36,0%), refletindo, especialmente, as baixas exportações de celulose e papel (-8,0%). O aumento das importações baianas no mesmo período foi maior que o observado na média do Brasil (38,3%), evidenciando leve recuperação da indústria baiana, uma vez que os produtos importados são basicamente de insumos industriais, a exemplo de nafta petroquímica, GNL, sulfetos de minérios de cobre, entre outros.

Atividade de Serviços

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2021) do IBGE, houve aumento de 12,5% no volume de Serviços no acumulado do ano até setembro em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado está atribuído ao aumento em todas as cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 4, destacando-se Serviços prestados às famílias (48,4%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (17,2%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (4,4%).

Gráfico 4
Volume de serviços (%) – Bahia – Jan.-Set. 2021 (1)



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ressalta-se que o setor de serviços possui atividades mais fortemente dependentes do contato presencial, como alojamento e alimentação e atividades artísticas e culturais, e tem sido beneficiado pela recuperação da mobilidade desde o segundo trimestre do ano.

COMÉRCIO VAREJISTA

O volume de vendas do comércio varejista ampliado na Bahia cresceu 12,1% no acumulado do ano até setembro de 2021, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2021), divulgada pelo IBGE, comparadas ao mesmo período do ano anterior. Composto pelo varejo restrito e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, esse aquecimento nos negócios é atribuído ao comportamento de alguns segmentos do comércio restrito e ao segmento de Veículos, motos, partes e peças (48,2%) (Tabela 3).

Tabela 3
Volume de vendas do comércio varejista Bahia – Jan.-Set. 2021 (1)

ATIVIDADE	%
Comércio Varejista	5,2
1 - Combustíveis e lubrificantes	5,5
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-9,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	-8,7
3 - Tecidos, vestuário e calçados	41,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	9,1
4.1 - Móveis	3,3
4.2 - Eletrodomésticos	12,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	15,1
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	10,4
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-24,5
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	24,1
Comércio Varejista Ampliado (2)	12,1
9 - Veículos, motos, partes e peças	48,2
10 - Material de construção	-10,4

Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O varejo restrito registrou crescimento nas vendas de 5,2% no acumulado do ano até setembro. Esse resultado foi influenciado pelo comportamento dos segmentos Tecidos, vestuário e calçados (41,4%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (24,1%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (15,1%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (10,4%), Móveis e eletrodomésticos (9,1%) e Combustíveis e lubrificantes (5,5%). Os resultados negativos ficaram por conta de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,0%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-24,5%). No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que as vendas de Eletrodomésticos e Móveis registraram crescimento de 12,3% e 3,3%, respectivamente, já Hipermercados e supermercados recuou 8,7%.

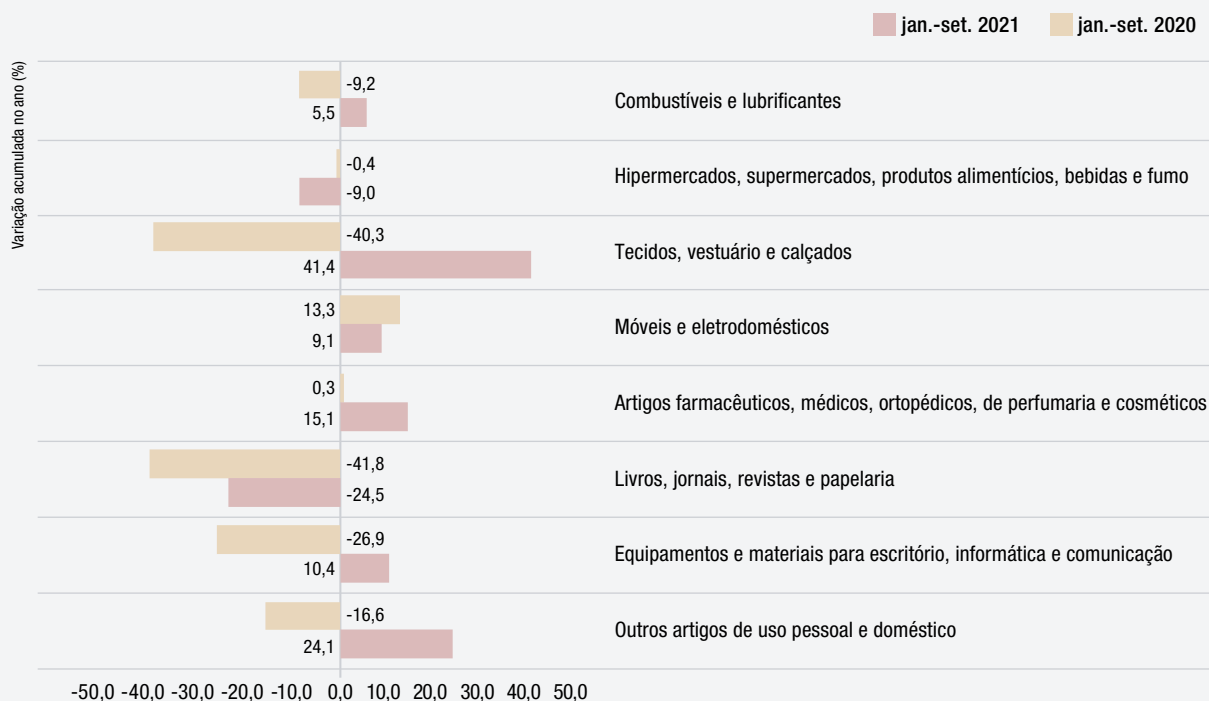
A análise do comportamento do varejo nos primeiros nove meses de 2021 evidencia que o avanço do processo de imunização no País e a flexibilização das medidas restritivas impulsionaram as vendas do setor. Por outro lado, fatores como inflação elevada, política monetária restritiva, maior endividamento das famílias de baixa renda, desemprego e a perda do poder aquisitivo dos consumidores levam ao aumento de incertezas de que esse crescimento vá se sustentar nos próximos meses.

O comportamento das atividades no acumulado do ano revela que algumas atividades apresentaram comportamentos díspares em relação ao mesmo período do ano de 2020, como: Tecidos, vestuário e calçados,

Outros artigos de uso pessoal e doméstico, Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, Combustíveis e lubrificantes, levando a um entendimento equivocado de uma possível recuperação (Gráfico 5).

Gráfico 5

Volume vendas das atividades do comércio varejista (%) – Bahia – Jan.-Set. 2021/Jan.-Set. 2020 ⁽¹⁾



Fonte: IBGE—Pesquisa Mensal do Comércio (2021).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

No caso do aquecimento no segmento de Tecidos, vestuário e calçados, há o efeito estatístico, uma vez que as vendas dessa atividade no início da pandemia ficaram bastante comprometidas dadas as medidas de isolamento social, como fechamento do comércio tanto nas ruas como em centros comerciais e *shopping centers*. Por outro lado, mesmo com a flexibilização dessas medidas, as características do negócio em realizar grande parte das vendas presencialmente foram confrontadas com a necessidade de se amenizar o contato físico entre os consumidores. Dessa forma, embora a expansão de 41,4% nos últimos nove meses seja expressiva, ainda não é possível afirmar que a atividade retomou o ritmo de crescimento pré-pandemia. Quando observada a variação em janeiro-setembro de 2021 em relação a igual período de 2019, observa-se um recuo nos negócios de 15,6%.

Por sua vez, Móveis e eletrodomésticos manteve, ao contrário dos segmentos anteriores, crescimento das vendas em 2021, apesar do ritmo reduzido, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2020, a liberação do auxílio emergencial e o relaxamento das medidas de distanciamento social contribuíram para essa atividade registrar variação positiva desde o mês de junho de 2020, com exceção de dezembro, dada a redução do benefício. Já em 2021, os fatores de instabilidade econômica citados anteriormente contribuíram para retração das vendas nessa atividade nos meses de julho a setembro.

Outro segmento que chama a atenção é Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, que manteve crescimento nas vendas em todos os nove meses de 2021. Dado o período pandêmico, há uma busca constante de medicamentos que possam ampliar a imunidade dos consumidores de forma a prevenir uma contaminação pela covid-19. Como resultado dessa ação, a atividade manteve um ritmo de crescimento nos últimos meses, registrando no acumulado do ano a taxa de 15,1%.

Já o comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, retraiu 9,0%. Apesar da sua relevância para o setor, a redução registrada no volume de vendas na atividade geral nos últimos nove meses se deve ao aumento de preços dos alimentos que compõem a cesta básica, ao desemprego e à redução do auxílio emergencial.

Livros, jornais, revistas e papelaria foi um segmento que manteve nos primeiros nove meses de 2021 a retração registrada no período anterior, embora em menor intensidade. Em 2020, com o encerramento das atividades da Livraria Cultura e Livraria Saraiva em Salvador, concomitantemente com a suspensão das aulas presenciais, a atividade teve suas vendas comprometidas. Em 2021, a retomada das aulas presenciais não reverteu o quadro de retração dos negócios dado o cenário econômico adverso.

Assim, a trajetória do comércio varejista ao longo do ano de 2021 corrobora a percepção de que a retomada das vendas no setor a taxas de crescimentos mais robustas está longe de acontecer. Esse movimento vai depender muito de melhorias na confiança dos consumidores e do mercado de trabalho, de forma a trazer novos “ares” para a atividade econômica do País.

Já o comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, retraiu 9,0%

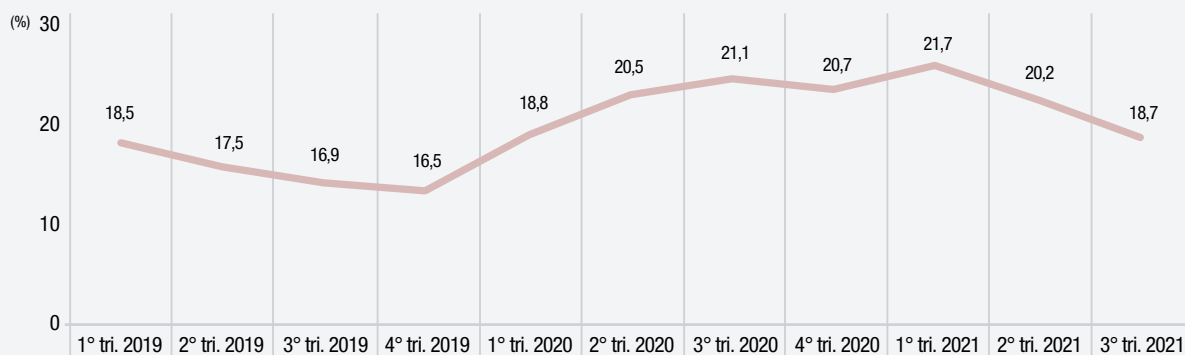
MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho baiano apresenta resultados positivos após a flexibilização das atividades econômicas, principalmente com o retorno dos serviços prestados às famílias. Os indicadores de emprego podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021), do IBGE, e do Novo Cadastro de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Emprego e Previdência (BRASIL, 2021).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021), do IBGE, passou de 20,2% no segundo trimestre para 18,7% no terceiro trimestre de 2021, registrando decréscimo de 1,4 p.p. entre os períodos. Ao mesmo tempo, ocorreu redução de 2,4 p.p. da taxa de desocupação entre o terceiro trimestre de 2020 (21,1%) e o terceiro trimestre de 2021. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2019 pode ser observada no Gráfico 6.

Gráfico 6

Taxa de desocupação (%) (1) – Bahia – 1º tri. 2019–3º tri. 2021



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência.

A população ocupada na Bahia aumentou 17,7% no terceiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior enquanto, na média nacional, houve crescimento de 11,4% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados destacam, no confronto entre os ocupados no terceiro trimestre de 2021 e de 2020, o desempenho positivo nos segmentos Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (24,2%), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (14,2%), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde

humana e serviços sociais (4,8%), Construção (48,9%), Indústria (1,1%) e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (17,9%).

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que os empregados do setor privado (exclusive domésticos) com carteira assinada tiveram acréscimo de 0,4% no terceiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do setor privado sem carteira assinada aumentaram em 32,4%. Houve também crescimento significativo em Conta própria (32,3%).

O rendimento habitual médio real (em todos os trabalhos) recuou 15,7% para os ocupados, na comparação entre o terceiro trimestre de 2021 e o mesmo período de 2020. Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) decresceu em 0,9%.

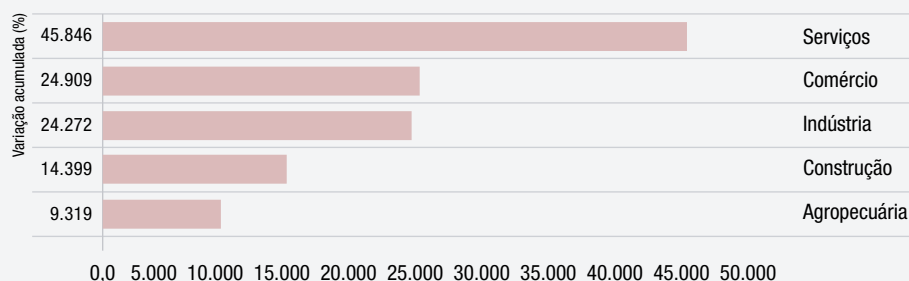
Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a outubro de 2021, a Bahia criou 118.745 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged (BRASIL, 2021). Isso corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 7,09%, acima da média nacional (6,86%) e da nordestina (6,81%). No País houve saldo positivo de 2.645.974 postos e no Nordeste foram abertos 426.231 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, todos os cinco setores de atividade apresentaram saldos positivos, destacando-se Serviços, com 45.846 postos, Comércio, com 24.909, Indústria, com 24.272, Construção, com 14.399, e Agropecuária, com 103.848 postos de trabalho, como ilustrado no Gráfico 7.

No período de janeiro a outubro de 2021, a Bahia criou 118.745 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged (BRASIL, 2021). Isso corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 7,09%, acima da média nacional (6,86%) e da nordestina (6,81%).

Gráfico 7

Saldo de empregos celetistas, por setor de atividade econômica – Bahia – Jan.-Out. 2021



Fonte: Brasil (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC. Dados divulgados em novembro de 2021.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo, até setembro de 2021.

(3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2021).

(4) Dados com o ajuste da nova metodologia adotada pelo Ministério do Emprego e Previdência.

Os indicadores analisados apontaram um quadro de recuperação do mercado de trabalho baiano em 2021, principalmente com significativa criação dos empregos formais, mas o aumento da ocupação tem sido liderado pelo crescimento do trabalho informal. Importante ressaltar também a elevada taxa de desemprego e a queda nos rendimentos trabalho no terceiro trimestre do ano. As incertezas econômicas inibem uma retomada mais forte da ocupação no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a rápida vacinação e imunização de grande parte da população global, foi possível flexibilizar as medidas de distanciamento e retomar a maioria das atividades econômicas com bom desempenho, como retratado nos indicadores expostos nas seções anteriores.

Segundo o International Monetary Fund (IMF) (2021), no último World Economic Outlook Reports, divulgado em outubro, a taxa do PIB global no ano de 2021 deverá registrar aumento de 5,9%. Para as economias avançadas, a estimativa é de um avanço de 5,2%, destacando-se a taxa de 6,0% para os EUA e de 5,0% para a Zona do Euro. Para as economias emergentes, projeta-se variação positiva de 6,4%. Neste grupo destaca-se o crescimento da China, com taxa de 8,0%, e avanço de 5,2% para o Brasil.

Por sua vez, as previsões do mercado financeiro para o PIB nacional indicam crescimento um pouco menor de 4,71% em 2021, segundo o boletim Focus (2021), divulgado em 6 de dezembro deste ano. Ainda segundo a mesma fonte, a inflação deve ficar em 10,18% e a expectativa é de que a taxa Selic atinja 9,25% a.a.

Na última reunião do Copom, realizada em 26-27 de outubro, o Comitê elevou a taxa Selic em 1,50 ponto percentual, para 7,75% a.a. Para o Comitê (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, p. 4):

[...] a assimetria no balanço de riscos, resultante dos desenvolvimentos no cenário fiscal, implica elevação do risco altista para as projeções do seu cenário básico e avalia que esse viés de alta é agora maior do que o anteriormente considerado. Como consequência, o comitê concluiu que o grau apropriado de aperto monetário é significativamente mais contracionista do que o utilizado no cenário básico.

Os indicadores de confiança, tanto do consumidor como o empresarial, sinalizam uma tendência de desaceleração mais intensa, tanto do consumo como da atividade no setor produtivo. Neste sentido, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2021), caiu 1,4 ponto em novembro, para 74,9 pontos, menor valor desde abril (72,5 pontos). Segundo a FGV,

[...] Apesar do avanço da vacinação, suas consequências favoráveis na redução de casos e mortes e flexibilização das medidas restritivas, o aumento da incerteza econômica diante de uma inflação elevada, política monetária restritiva e maior endividamento das famílias de baixa renda torna a situação ainda desconfortável e as perspectivas ainda cheias de ameaças. (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2021, p. 1).

Por sua vez, o indicador da confiança empresarial (ICE), também divulgado pela FGV (SONDAGEM EMPRESARIAL, 2021), caiu 3,3 pontos em novembro, para 97,0 pontos. Para a FGV,

a confiança de todos os grandes setores que integram o ICE recuou em novembro. A maior queda ocorreu no Comércio, seguida pela Indústria e Serviços. [...] Assim como nos três meses anteriores, a confiança da Construção andou de lado em novembro (SONDAGEM EMPRESARIAL, 2021, p. 2).

As políticas de transferência de renda adotadas pelo governo, que só tiveram início no segundo trimestre do ano, tiveram seus efeitos sobre o consumo de bens bem abaixo daquelas adotadas em 2020, tanto pelo baixo volume de recursos empregado nesta etapa como pela perda de poder de compra de produtos de primeira necessidade, justificado pelos elevados preços desses produtos.

Na Bahia, o crescimento no acumulado ano até setembro, com taxa de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela agricultura, varejo e as atividades do setor de serviços, evidencia a recuperação da atividade econômica, mesmo com a queda na produção da indústria do estado. A recuperação econômica, principalmente, no segundo semestre do ano, foi liderada pelo consumo das famílias. Ressalta-se a eficácia da implementação da vacinação e o controle da propagação do vírus para o bom desempenho da economia.

As vendas externas continuarão se beneficiando da recuperação da demanda global por alimentos e minerais e do aumento dos preços internacionais das *commodities*. A demanda por produtos importados tende a aumentar progressivamente, de acordo com a retomada da economia.

Apesar da melhora na crise sanitária, ainda há bastante incerteza sobre a manutenção do ritmo de crescimento em 2022. Entre os fatores que podem comprometer o desempenho da atividade econômica destaca-se o risco de disseminação de novas variantes do vírus; escassez de insumos em algumas cadeias produtivas; pressões de custos setoriais; problemas climáticos que afetem os preços de produtos agrícolas e de energia; preços de *commodities* em patamares elevados; o elevado desemprego; a inflação e o aumento do custo do crédito.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, nov. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_nov_2021.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2021/22. Brasília: CONAB, v. 9, n. 2, nov. 2021. Segundo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ADEMI BAHIA. *Retrospectiva 2021 e perspectivas do mercado imobiliário para 2022*. Salvador: ADEMI, 22 out. 2021. 1 vídeo (82 min). Disponível em: <https://ademi-ba.com.br/Site/Institucional/Biblioteca>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BACHA, C. J. C. Efeitos do pós-pandemia: preços de celulose e papéis apresentam comportamentos distintos em diferentes mercados em setembro e outubro de 2021. *O Papel*, [s. l.], 23 out. 2021. Disponível em: http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1634993957_a0303339a6f310a806f024c3e379c9b5_1681895593.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas fiscais*. Brasília: Bacen, nov. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2021.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: estatísticas mensais do mercado de trabalho formal*. Brasília: MTE, out. 2021. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_3tri.pdf. Acesso em: 2 dez. 2021.

EUROPEAN STATISTICS. *GDP up by 2.2% and employment up by 0.9% in the euro area*. [S. l.]: Eurostat, 16 Nov. 2021. (Euroindicators, 130/2021). Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/11563375/2-16112021-AP-EN.pdf/40627330-2e22-37f4-37c3-fa506afcd073>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 6 dez. 2021.

FORD MEDIA CENTER. *Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos*. São Paulo, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://media.ford.com/content/fordmedia/fsa/br/pt/news/2021/01/11/ford-avanca-na-reestruturacao-da-america-do-sul--encerra-as-oper.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jul./set. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_3.pdf. Acesso em: 3 nov. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook october 2021: recovery during a pandemic: health concerns, supply disruptions, and price pressures*. Washington, DC: IMF, Oct. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/10/12/world-economic-outlook-october-2021>. Acesso em: 5 nov. 2021.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/bahia>. Acesso em: 20 nov. 2021.

OECD ECONOMIC OUTLOOK: keeping the recovery on track. Paris: OECD. v. 2021, 2021. Supl. 1. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/490d4832-en/index.html?itemId=/content/publication/490d4832-en>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Quarterly GDP*. Disponível em: <https://data.oecd.org/gdp/quarterly-gdp.htm#indicator-chart>. Acesso em: 27 nov. 2021.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849#resultado>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/bahia>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2020_set.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2021_set.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 3º trimestre. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202103_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

PETROBRAS. Relatório de produção e vendas. 3º trimestre. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/830167f4-95c8-be16-5834-9980f8f4db11?origin=1>. Acesso em: 12 nov. 2021.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 242., 2021, Brasília. *Ata* [...]. Brasília: Bacen, 26-27 out. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SONDAGEM DO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBRE, nov. 2021. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-11/sondagem-do-consumidor-fgv_press-release_nov21.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

SONDAGEM EMPRESARIAL. Rio de Janeiro: IBRE, nov. 2021. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-12/indice-de-confianca-empresarial-fgv_press-release_nov21.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

VALE. *Vale informa que encerrará a operação de ferroligas da Vale Manganês, em Simões Filho*. [S. l.], 14 set. 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-informa-que-encerrara-a-operacao-de-ferroligas-da-vale-manganes-em-simoes-filho.aspx>. Acesso em: 19 jun. 2021.

Artigo finalizado em dezembro de 2021.



Asher Kiperstok

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Na entrevista concedida a revista Conjuntura & Planejamento Asher Kiperstok, engenheiro Civil, professor e pesquisador do CNPq levanta questões de extrema relevância para a preservação do meio ambiente, como os efeitos da mudança climática se somarem às atrocidades que cometemos com a natureza. Ou ainda, não devermos atribuir à mudança do clima todos os efeitos que resultam de uma gestão irresponsável dos recursos naturais. Para Kiperstok, o fenômeno da mudança climática que afeta o planeta precisa ser enfrentado com ações integradas de forma a amenizar os seus impactos como, por exemplo, criar as condições para reduzir o ritmo de emissões não apenas de carbono para atmosfera como as de nitrogênio reativo, além de reduzir nossa ação deletéria sobre os ecossistemas que afetam profundamente as funções ecossistêmicas. Para ele, a única energia verdadeiramente limpa é a energia não consumida, assim o primeiro passo é reduzir o desperdício. “Considerar que a preocupação ambiental representa em entrave para o desenvolvimento econômico e social é reforçar o atraso.” E que “o enfrentamento da crise da sustentabilidade exige atitudes tecnológicas e comportamentais muito mais radicais das que estão sendo praticadas.” Sendo assim, não existem medidas e ações que estejam sendo praticadas capazes de reverter o avanço da alteração do clima.



SEI – DESDE 1995, AS NAÇÕES UNIDAS REÚNEM ANUALMENTE QUASE TODOS OS PAÍSES PARA AS CÚPULAS GLOBAIS DO CLIMA, OU AS “COPs”. QUAIS OS PRINCIPAIS AVANÇOS DA COP26 (26ª CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS) EM RELAÇÃO AO ACORDO DE PARIS?

Asher Kiperstok – Devo confessar que depois do rotundo fracasso da COP 15, em Copenhague, 2009, deixei de acompanhar em detalhe essas conferências. Deixei de acreditar que a crise climática, ou melhor, a catástrofe do clima, que está sendo construída dia a dia, possa ser resolvida em negociações deste tipo antes que a dor que ela provoque se torne insuportável para as populações dos países mais ricos.

SEI – COM AS METAS ESTABELECIDAS NA COP26, É POSSÍVEL, EFETIVAMENTE, LIMITAR O AQUECIMENTO DO PLANETA A 1,5°C EM RELAÇÃO AOS NÍVEIS PRÉ-INDUSTRIAIS?

AK – As metas que se estabelecem nessas conferências têm sido sempre desrespeitadas. Uma coisa é a figura que os participantes criam durante as conferências, outra é quando esses compromissos têm que se transformar em medidas efetivas em cada um dos países signatários. Isso, inclusive, em países com governos efetivamente engajados na agenda do clima. O que se dizer de países com governos negacionistas e obscurantistas como o atual governo brasileiro? Desde 2008 acompanho uma relevante publicação periódica da Agência Internacional de Energia, órgão da OCDE, Energy Technology Perspectives. A edição de 2008, elaborada para servir de suporte para um plano de ação do G8, formado pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia, para a formulação de suas políticas energéticas, levando em consideração o que na época era o problema da mudança do clima, afirmava: “As atuais perspectivas energéticas globais são colocadas de forma simples, insustentáveis”. Ainda afirmava que para se reduzir as emissões de carbono decorrentes da queima de combustíveis fósseis em 2050, para a metade das de 2005 seria necessária uma verdadeira “revolução energética”. Enfim, não é corriqueiro encontrar em documentos de análise tecnológica este tipo de afirmações. As edições deste documento de anos subsequentes só fizeram demonstrar que a situação piorava a cada ano. Mesmo a crise global de 2008 sequer arranhou esta realidade. E observe-se que a metade das emissões anuais a ser atingida em 2050, algo em torno de 14 Gt de CO₂, relacionadas à produção de energia, contribuiriam para um aquecimento de 30C. A COP 26 destacou a questão do consumo de carne bovina e as emissões de metano a ela relacionadas. Vocês já pararam para pensar o que representa a China passar a consumir carne bovina crescentemente?

E quem tem legitimidade, poder ou sequer moral para dizer que isto não poderia ser assim?

SEI – QUAL É O IMPACTO ECONÔMICO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA SOCIEDADE ATUAL E FUTURA?

AK – Não me considero apto para responder de forma quantitativa a esta pergunta, possivelmente outros entrevistados o farão nesta edição da C&P. Mas arriscaria ajudar a formar uma opinião razoavelmente realista na mente do leitor. Mas, por favor, não me considerem um pessimista, pois não sou. Eu me considero um realista engajado.

Diversos autores opinam que aquecimentos acima de 3°C a 4°C alterariam significativamente correntes marítimas responsáveis pelo clima de vastas regiões. Lima, na costa do Pacífico da América do Sul, se encontra quase na mesma latitude de Salvador. Só que Lima tem um clima desértico e Salvador, úmido. Imaginem esta realidade se inverter. Quanto custaria nos adaptarmos a esta nova realidade? Quanta energia seria necessária para isto. Londres se encontra na mesma latitude que o norte do Canadá. O que representaria Londres ter que se adaptar a invernos de -300C. É possível? Sim. Mas, e o custo disto? E a energia necessária para tanto? Secas cada vez mais prolongadas e constantes, como as previstas para o Nordeste brasileiro, vão provocar reduções drásticas nas vazões dos rios que abastecem Salvador. Mas, dir-se-ia que para isso já temos solução, é só dessalinizar água do mar. Sim, mas para tanto precisaríamos gastar quatro vezes mais energia que a atualmente utilizada para colocar 1 m³ de água nas nossas residências. Uma imagem que gosto de usar é a das barragens construídas para regularizar as vazões dos rios, seja para gerar energia, para abastecimento, irrigação ou controlar enchentes. Estes gigantescos equipamentos são projetados a partir dos dados que a história climática nos oferece. Mas, o que se fazer se estas series climáticas vierem a não ser mais representativas das realidades atual e futura? Vamos transportar as barragens para onde agora seriam mais úteis?

SEI – JÁ ESTAMOS EFETIVAMENTE NOTANDO OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMO ONDAS DE CALOR, ENCHENTES, SECAS PROLONGADAS ETC. NESSE CENÁRIO, PODEMOS ATRIBUIR A CRISE HÍDRICA QUE ESTAMOS VIVENDO AO RESULTADO DESSAS MUDANÇAS?

AK – Sem dúvida, já estamos vivendo os efeitos da mudança climática. Contudo muitos dos eventos extremos que tendemos a atribuir à mudança climática poderiam ter acontecido se estivéssemos com uma atmosfera com uma concentração de 280 ppm de CO₂. Os efeitos da mudança climática se

somam às atrocidades que cometemos contra a natureza. Desmatamento, erosão/assoreamento, mudança dos cursos de água, acumulações que intensificam a evaporação de água, transposição de bacias, mudança do uso do solo, compactação dos solos, agropecuária irresponsável, crescimento urbano descontrolado, invasão das áreas de inundação dos rios. É importante lembrar que as frequentes crises hídricas pelas quais temos passado se devem tanto às alterações da oferta de água como a uma total e absoluta ausência de uma gestão racional da demanda. Melhor, a uma absoluta falta de racionalidade na gestão integrada da água. Vejam só o absurdo que representa o sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Pegamos água do Semiárido e, usando energia gerada pelas águas do Semiárido, a transferimos para a região úmida. Perdemos metade dela no sistema de distribuição e desperdiçamos uma parte considerável no uso final dela. Para rematar o absurdo, jogamos fora, para o mar, a água que utilizamos. Como entender isso? Pior que isso só o que outras cidades fazem, que trazem a água de 400 km de distância para dar a elas a mesma absurda destinação. Não vamos atribuir à mudança do clima todos os efeitos que resultam de uma gestão irresponsável dos recursos naturais. Mas, com a mudança climática, tudo piora e muito. A mudança do clima vai provocar eventos cada vez mais extremos. Acompanhamos emocionados o sofrimento dos nossos irmãos das zonas atingidas agora, em dezembro, pelas enchentes e deslizamentos. Há pouco, vivíamos uma crise energética provocada pela falta de água nos reservatórios das hidroelétricas. A questão é como trazer para nosso dia a dia a motivação para mudar nossos hábitos e nossas formas de gestão pública e privada para desacelerar a catástrofe climática.

SEI – QUAIS SÃO OS IMPACTOS DESSAS MUDANÇAS NOS OCEANOS? DE QUE FORMA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PODE SER USADO PARA REVERTER OU FREAR ESSE PROCESSO?

AK – O fenômeno da mudança do clima afeta simultaneamente os oceanos, a atmosfera e os continentes, assim como as interações entre esses. Seu enfrentamento demanda ações integradas que minorem a velocidade que estamos imprimindo a este processo e àquelas que já se verificam de forma espontânea, decorrentes das alterações que já provocamos. O primeiro passo é nos conscientizarmos de que o fenômeno já é irreversível e que devemos criar os mecanismos para adaptar nossa sociedade à nova realidade, que sequer conhecemos adequadamente. Em paralelo, criar as condições para reduzir o ritmo de emissões não apenas de carbono para atmosfera como as de nitrogênio reativo (ureia, amônia, nitritos e nitratos). Reduzir nossa ação deletéria sobre os ecossistemas, que afetam profundamente as funções

ecossistêmicas. Isso não poderá, nunca, ser atingido se pensarmos apenas no desenvolvimento tecnológico. Talvez mais importante do que isso é pensar em como desenvolver novos comportamentos. Até porque o desenvolvimento tecnológico vem a atender as nossas exigências comportamentais. Pensar em substituir a energia de origem fóssil por forma menos prejudiciais, para atender a um consumismo delirante? Penso que uma parte considerável das pessoas e instituições que estão implantando painéis solares nas suas residências ou dependências o fazem para justificar um crescimento das suas demandas e não reconhecer que não se quer mudar a forma como consumimos energia. Energia limpa para justificar o desperdício não é senão uma tentativa de lavar nossas consciências perante as futuras gerações. “Queridos, fizemos o possível, até instalamos um painel solar em casa”. Deve-se entender que a única energia verdadeiramente limpa é aquela que se mede em “negawats”. Isto é, a energia não consumida. O primeiro passo é reduzir o desperdício, mas esse é apenas o primeiro passo.

SEI – O BRASIL TEM APENAS UMA EMPRESA INTEGRANDO A COP26 BUSINESS LEADERS, GRUPO QUE TEM COMO OBJETIVO DIFUNDIR METAS DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO. QUAL A RAZÃO DESSA MÍNIMA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS? É FALTA DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE E OS AVANÇOS NAS QUESTÕES CLIMÁTICAS?

AK – Não vejo um real compromisso das empresas para com a sustentabilidade, salvo honrosas exceções que devem existir, a não ser no esforço para lavar suas imagens. A elite econômica brasileira é a principal responsável pelo atraso em que vivemos. Seria interessante checar quantos dos empresários que aplaudiram, de pé, Bolsonaro na reunião realizada na CNI há poucos meses lideram empresas que se dizem comprometidas com a sustentabilidade. Sustentabilidade se transformou em estratégia de marketing, “greenwashing”. Vejam a hipocrisia por trás das ações dessas empresas ao se dizerem parte da construção da tal “economia circular”. Citando os professores Giampietro e Funtowicz, “o sucesso do termo economia circular pode ser visto como um exemplo de ignorância socialmente construída, onde contos folclóricos são usados para despolitizar o debate da sustentabilidade e colonizar o futuro através da adesão a um imaginário sócio-técnico implausível. Uma estratégia que pode levar a uma gestão irresponsável de expectativas...”.

Enquanto respondia a este questionário, na última semana do ano, me deparei com duas notícias que chamaram minha atenção, pela sua simultaneidade. Uma delas noticiava o desenvolvimento, na Austrália, de um mecanismo para capturar a urina de vacas criadas em confinamento. A outra, daqui do

Brasil, que informava sobre uma articulação do setor ruralista, convocando seus membros para fazerem churrascos em frente às agências do Bradesco. Para um leitor menos atento, a primeira pareceria uma extravagância ou curiosidade e, a segunda, um evento engraçado. Não vejo assim. Conforme citado antes, um dos problemas ambientais mais preocupantes no momento é o da concentração de nitrogênio reativo, notadamente amônia e ureia, nos ecossistemas. Uma das principais causas disso acontecer diz respeito ao não aproveitamento da urina animal como fertilizante. Este fato tem um duplo impacto sobre o planeta. Por um lado, contribui significativamente para a comentada concentração de nitrogênio reativo nos solos e águas. Por outro lado, a produção de fertilizantes nitrogenados demanda uma quantidade de energia muito grande, quase 14 kWh por kg de nitrogênio sintetizado pelo processo Haber Bosch. Ambas as partes do processo contribuem para o agravamento da catástrofe climática, logo, a notícia da Austrália aponta para uma solução promissora do ponto de vista ambiental, se devidamente adotada pelos criadores de gado bovino. Mas o que esperar dos empresários ruralistas que, poucas semanas depois do relatório das Nações Unidas discutido na COP 26, no qual se salienta a forte participação das emissões de metano no aquecimento global, principalmente de correntes da criação de gado, os ruralistas se acham engraçados propondo churrascos frente às agências do Bradesco. E isto por quê? Porque o banco divulgou, como parte de sua agenda ambientalista, um aplicativo que permitiria aos seus interessados calcular suas pegadas de carbono. Isso oferece aos interessados a possibilidade de entender que o consumo de carne bovina se constitui, em muitos casos, na principal parcela de emissão de gases estufa. Aliás, é o meu caso, apesar do esforço que faço para reduzir meu consumo de carne, e olhem que faz muito tempo que não como churrasco.

SEI – A COP 26 PODE INDUZIR MAIS EMPRESAS A SE COMPROMETEREM COM A AGENDA ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE), LEVANDO O MERCADO A REFLETIR SOBRE A NECESSIDADE DE CONSTRUIR UM MUNDO AMBIENTALMENTE MAIS EQUILIBRADO E SOCIALMENTE MAIS JUSTO?

AK – Lamentavelmente, vejo a agenda ESG de forma parecida com a economia circular. Seria interessante pegarmos algumas dessas empresas “sustentáveis” e submetermos elas a uma auditoria socioambiental radical, usando instrumentos como análise de ciclo de vida e fluxo de materiais. Não vejo como uma empresa poderia hoje atender à expectativa de lucro dos seus acionistas com práticas realmente sustentáveis. Alguns me questionarão sobre o porquê de auditorias radicais. Responderia porque o conceito de sustentabilidade é radical. A resposta à pergunta anterior esclarece o que aqui se questiona.

SEI – UM DOS ACORDOS QUE DEVEM SER ASSINADOS NA COP26 É A OFICIALIZAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO, QUE FAZ PARTE DO ACORDO DE PARIS. ESSE MERCADO PODE BENEFICIAR O BRASIL CASO SEJA EFETIVAMENTE IMPLEMENTADO?

AK – A forma como se coloca a pergunta esclarece o eixo da discussão sobre as emissões de carbono. Estamos mais preocupados, empresas e países, em tirar vantagens da calamidade climática do que efetivamente nos adaptarmos a ela e construir sua reversão. Mas, já que estamos discutindo “realpolitik”, claro que o Brasil poderia obter importantes vantagens a partir de sua inserção no Mercado de Carbono. Eu apontaria duas linhas principais, ambas vinculadas à pecuária: a redução do desmatamento e o desenvolvimento de soluções para a redução das emissões do gado bovino. Mas, vamos dizer isto para nossos ruralistas churrasqueiros...

SEI – A BAHIA TEM DOIS DOS SEIS BIOMAS BRASILEIROS, QUAIS SEJAM: CERRADO E CAATINGA. ESSES BIOMAS JÁ FORAM AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS OU PELO AVANÇO DA AGROPECUÁRIA CAPITALISTA?

AK – Não cabe a menor dúvida, mas eu não simplificaria dizendo que apenas pelo avanço da agropecuária capitalista, o tal do “agrobusiness”, mas também pelo chamado “agrobusiness burro”. Por outro lado, não devemos deixar de perceber que todos os ecossistemas são afetados pela mudança de clima. E os sistemas costeiros? E as nossas matas, amazônica e atlântica? E as cidades?

SEI – COMO MEMBRO TITULAR DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL E COM VASTA EXPERIÊNCIA NA QUESTÃO AMBIENTAL, COMO O SENHOR AVALIA A GESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA?

AK – Fui membro do Cepam há mais de 30 anos. Quando este órgão tinha caráter deliberativo, o que infelizmente foi retirado posteriormente. A gestão ambiental da Bahia ganharia muito com a devolução do poder de deliberação do conselho. Isso permitiria que as entidades ambientalistas pudessem contribuir mais efetivamente com a “elevação do sarrafo” ambiental, que é determinante para reduzir a pressão sobre os ecossistemas. Quando trazemos a discussão da mudança do clima, isto se torna muito mais premente. Considerar que a preocupação ambiental representa em entrave para o desenvolvimento econômico e social é reforçar o atraso. Participei intensamente do processo de licenciamento da duplicação do Polo de Camaçari, no final dos anos 80 do século passado, e posso afirmar que, não fosse a atitude competente e arrojada do Cepam de então a realidade

ambiental da RMS estaria muito mais comprometida do que está agora e as empresas seguramente teriam um comportamento menos responsável. Gestão ambiental não se faz com medidas paliativas ou pela dedicação de técnicos abnegados. Ou se traz a questão ambiental para o âmago das decisões políticas e administrativas, ou ela não acontece. Não deveria se temer uma discussão ampla e transparente com a sociedade e até os mais radicais ativistas ambientais. Conforme antes afirmado, o enfrentamento da crise da sustentabilidade exige atitudes tecnológicas e comportamentais muito mais radicais do que as que estão sendo praticadas.

SEI – É DO SEU CONHECIMENTO A EXISTÊNCIA DE MEDIDAS E AÇÕES, EM PARTICULAR DO ESTADO DA BAHIA, PARA LIDAR COM OS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, ONDE PROBLEMAS ESTRUTURAIS COMO A POBREZA, A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO PERSISTEM E SE ALASTRAM SOBRE OS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO? SE EXISTE, SÃO EXEQUÍVEIS? EXISTE ALGUM RESULTADO POSITIVO?

AK – Nos limites do meu conhecimento, não existem medidas e ações que estejam sendo praticadas capazes de reverter o avanço da alteração do clima. Pelo menos não numa dimensão suficiente, que nos permitam ser mais otimistas. Claro que alguns grupos e indivíduos praticam uma vida austera e responsável para com o futuro da humanidade, mas não vejo a possibilidade de estes exemplos poderem ser adotados em escala maior, revertendo o consumismo vigente e os modos de produção que hoje se praticam

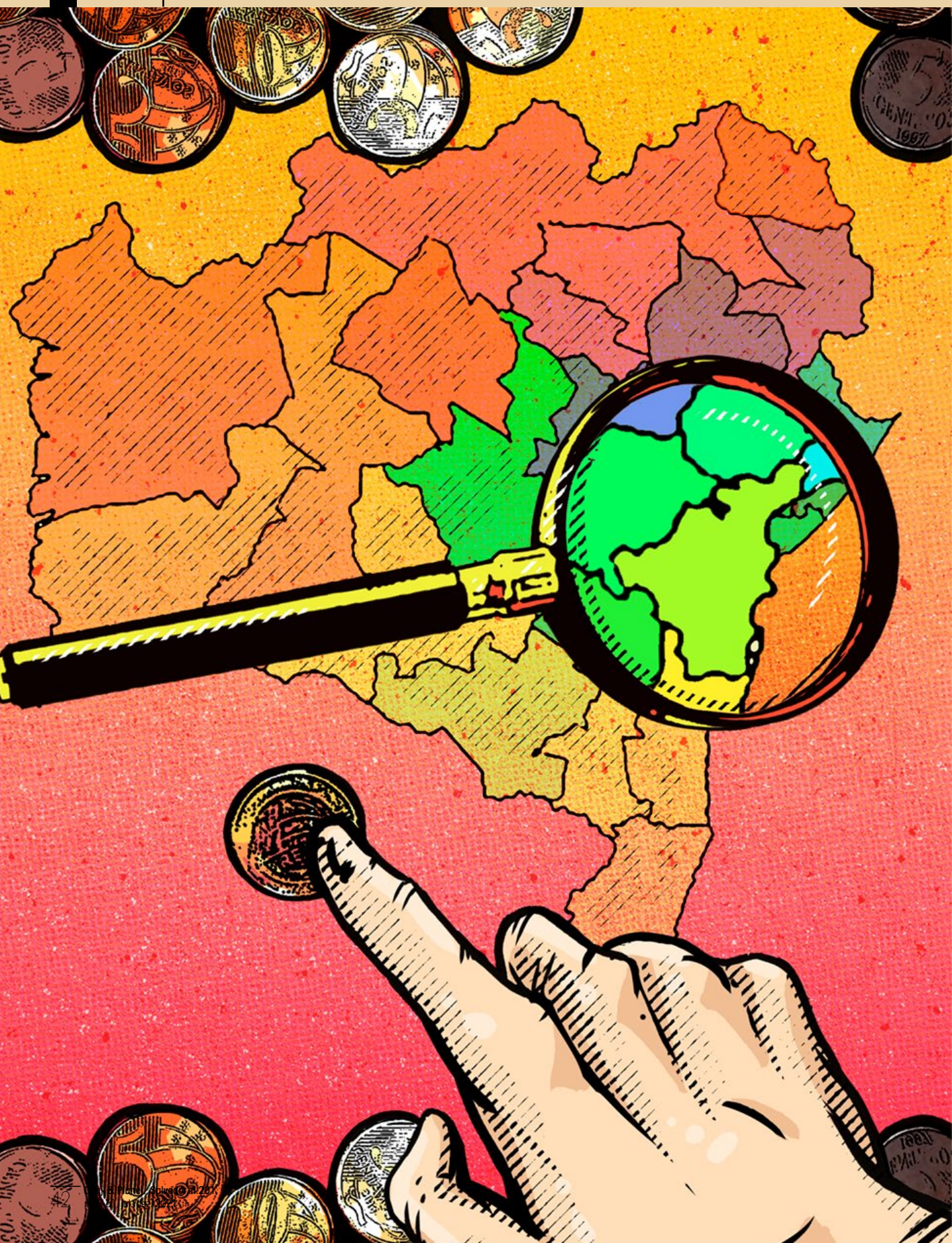
SEI – NO CONTEXTO GERAL DA 26ª CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (COP26), O QUE O ESTADO DA BAHIA PODE FAZER PARA CONTRIBUIR COM O ARREFECIMENTO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA? AS POLÍTICAS AMBIENTAIS E AS AÇÕES DO ESTADO CAMINHAM NA DIREÇÃO DA REDUÇÃO DAS EMISSÕES OU NA CONTRAMÃO?

AK – Curto e grosso, cair na real. Para começar, tomar medidas de adaptação à mudança do clima. Tenho repetido que não acredito em pessoas e instituições que se propõem a promover medidas de mitigação antes das medidas de adaptação. Muito provavelmente estão se enganando ou estão negando o problema. Vejam como o assunto pode ser complicado. Sabe-se que eventos climáticos cada vez mais extremos provocarão impactos cada vez mais extremos. Louvo as propostas de intensificar o ordenamento do uso do solo para proteger os rios e reduzir a inundação de áreas ocupadas. Isto devia ter sido feito desde sempre. Desconheço, porém, iniciativas para alterar as normas técnicas que orientam o projeto de sistemas de drenagem.

O que se propõe para dimensionar as vazões decorrentes das chuvas futuras? As séries históricas de precipitações que utilizamos pertencem a história. Não podem ser utilizadas para orientar ações de um futuro que se apresenta disruptivo. Espero estar enganado ou mal informado e que já existam estes tipos de iniciativas e, se existirem, possam ser adotadas e implementadas com a rapidez que o problema exige.

SEI – POUCO MAIS DE UM ANO APÓS A APROVAÇÃO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO, QUE ABRIU ESPAÇO PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO, HÁ SINAIS DE QUE O PAÍS PODERÁ FINALMENTE REVERTER DÉCADAS DE DESCASO COM O SETOR. NA SUA AVALIAÇÃO, É POSSÍVEL ALCANÇAR A META DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E DE COBERTURA DE 90% DAS RESIDÊNCIAS COM COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO ATÉ 2033?

AK – Não, e mais, não acredito que os defensores da nova proposta acreditem nisso. O que o País precisa é de desprivatizar o estado, não o caminho inverso. Seria necessário um espaço bem maior para discutir isso. Tenho ouvido opiniões que sustentam que os fundos de pensão de países ricos se propõem ao altruísmo de beneficiar as populações pobres do terceiro e quarto mundos. Fico pensando nos investidores que, vendo os seus investimentos rendendo menos que outras opções que o mercado oferece, mantendo seu dinheiro em empresas que devem ter por objetivo principal promover a saúde das populações faveladas. Pelo amor ao próximo! Não tenho mais idade para acreditar em Papai Noel. Ações de caridade no mundo capitalista são para acalmar o peso da consciência das pessoas. Não para modificar a realidade de forma estruturada e contínua.



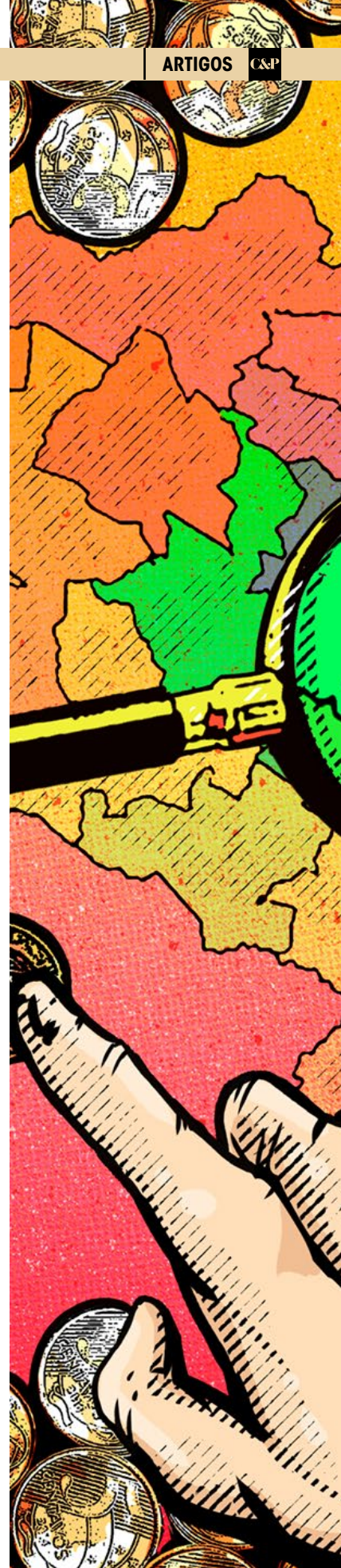
TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E A IMPORTÂNCIA DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO PÚBLICO: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Caio Almeida dos Santos
Graduado em Gestão Pública pela
Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia (UFRB) e graduando em
Direito pela Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
caioalmeida7@outlook.com.br

Doraliza Auxiliadora
Abranches Monteiro
Doutora em Administração
pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA), mestre em
Administração pela Universidade
Federal de Viçosa (UFV).
doraliza.monteiro@ufrb.edu.br

O ARTIGO 1º da Constituição Federal de 1988 proclama que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

E, no artigo 18, o diploma constitucional refere expressamente que a “organização política administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Portanto, no mesmo espaço territorial e na mesma população tem-se a incidência de várias instâncias de poder governamentais, em que se constituem várias ordens estatais (SOUZA, 2003).



Também através da Constituição Federal de 1988 o processo de descentralização financeira para os municípios foi intensificado, trazendo aumento da autonomia administrativa, política e tributária dos municípios. E, embora tenham adquirido competência própria de tributação, verifica-se que, com a Constituição, a União concentrou os tributos, revelando um desequilíbrio na Federação (BOVO, 2001).

Em consequência dessa concentração, as receitas próprias dos municípios demonstram insuficiência para arcar com as atribuições adquiridas, tornando-se necessária a transferência de grandes quantias da União para estados e municípios e tornando grande parte das unidades dependentes. As diferentes realidades existentes nos municípios brasileiros em termos de tamanho, desenvolvimento urbano e social fazem com que a situação tributária no País seja bastante heterogênea (FERREIRA *et al.*, 2016).

Diante do exposto, ficaram evidenciados entraves que impediram o crescimento econômico em várias regiões do território brasileiro, inclusive na Bahia, onde o governo estadual baiano, buscando minimizar as disparidades regionais e promover a descentralização/desconcentração de recursos, bem como a implementação de políticas públicas, definiu o estado da Bahia a partir da criação de Territórios de Identidade (TI).

Os Territórios de Identidade são conceituados no Decreto 12.354, de 25.08 no seu § 1º como o

[...] agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010).

O estado da Bahia encontra-se dividido em 417 municípios e 27 Territórios de Identidade. Como objeto de estudo, foi escolhido o TI do Recôncavo da Bahia, pois, ao pesquisar sobre os indicadores socioeconômicos e de finanças públicas do Recôncavo, foi evidenciado o alto índice de dependência de receita externa dos municípios que o compõem (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

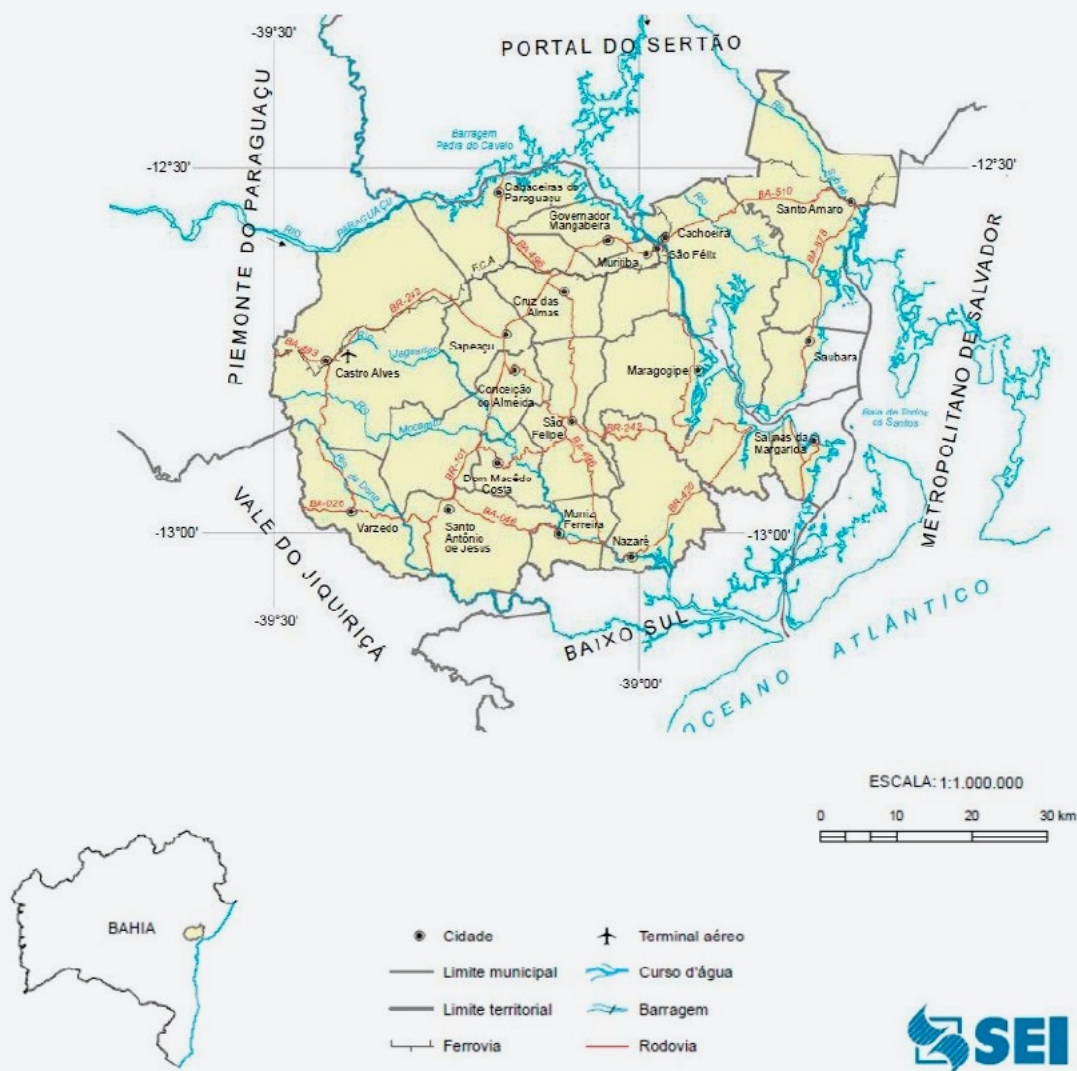
Nesse sentido, os municípios analisados neste estudo compõem o território do Recôncavo da Bahia, que está localizado na mesorregião metropolitana de Salvador, ocupando uma área de 4.570 km², correspondendo aproximadamente 0,8% do território do Estado da Bahia (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

O território é entendido como uma unidade de planejamento de políticas públicas, executando funções de inclusão espacial, de promoção do protagonismo social, de integração de políticas e de ampliação da cooperação federativa. De modo em que são estabelecidas medidas por um agrupamento de elementos diversos, são estes: ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos. Por essa razão os programas de desenvolvimento territorial buscam atuar proativamente na inclusão dos diferentes componentes sociais e dos *stakeholders* presentes no território, envolvendo gestores públicos de diferentes setores governamentais para possibilitar uma abordagem multidimensional e equitativa (PERAFÂN; OLIVEIRA, 2013).

Administrativamente, o TI é composto pelos seguintes municípios, como disposto na figura abaixo: Cabeceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Os municípios analisados neste estudo compõem o território do Recôncavo da Bahia, que está localizado na mesorregião metropolitana de Salvador, ocupando uma área de 4.570 km², correspondendo aproximadamente 0,8% do território do Estado da Bahia

Figura 1
 Divisão político-administrativa do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Desta maneira, este trabalho tem objetivo realizar uma análise das transferências governamentais e a importância das emendas parlamentares no orçamento público dos municípios do TI Recôncavo da Bahia.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dados foram coletados da base de dados do estado e da União, compilados a partir do IBGE, da Secretaria Nacional de Tesouro (STN), do Senado Federal e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

(SEI) a partir de indicadores oficiais e de acesso público, tais como o IBGE Cidades e SIGA Brasil. O escopo temporal foi dos anos de 2015 a 2017, e foram as seguintes variáveis de análise: despesa e receita corrente dos municípios; arrecadação de IPTU, ISSQN e ITBI; transferências de FPM e as emendas autorizadas nos respectivos anos. Com os dados obtidos foram realizadas a análise estatística descritiva, como frequência, percentuais, médias, assimetria, comparação e identificação de áreas de alocação. Abaixo, a síntese das variáveis, fonte e sua descrição (Quadro 1).

Quadro 1
Variáveis de análise, descrição e fonte de dados

Variáveis	Fonte de dados	Descrição
Receita Corrente	SEI	Tem como finalidade custear o poder público e sua fonte de recursos e provém de diversas formas, assim composta como descrito abaixo pela Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964, art. 11, § 1º): “São receitas correntes as receitas tributárias de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes” (BRASIL, 1982, art. 1).
Despesa Corrente	SEI	“São as que se referem a desembolsos ou aplicações das quais não resulta compensação patrimonial e, conseqüentemente, geram diminuição no patrimônio” (BRASIL, 2020). Segundo Kohama (2009) esse tipo de despesa é caracterizado como “gasto de natureza operacional”, ou seja, são os gastos necessários para manter em funcionamento a máquina pública.
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	SEI	O imposto, de competência dos municípios sobre a propriedade predial e territorial urbana, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do município.
O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	SEI	O Decreto-lei nº 406, de 1968, artigo 8º, norma legal com status de Lei Complementar, proclama que o ISS tem como fato gerador “a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa” (BRASIL, 1968). Consequentemente, de acordo com Vale e Santos (1998 <i>apud</i> TRISTÃO, 2003), a perspectiva objetiva do fato gerador é a prestação efetiva de qualquer dos serviços constantes na Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei nº 406/68.
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	Tesouro Nacional	“Recursos recebidos pelos Municípios a título de participação na arrecadação de tributos federais (Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados)” (BRASIL, 2020).
Emendas parlamentares	Senado Federal	De acordo com o Senado Federal (BRASIL, 2018a) as emendas parlamentares são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo. Podendo cada parlamentar apresentar até 25 emendas individuais.
Taxas	IBGE e SEI Finanças Públicas	Constituída como um tributo, em geral, periódico, cobrado “em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição” (BRASIL, 2018, art. 77). Taxas são tributos, previstos no CTN e na Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 145).

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ASPECTOS DE ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E TERRITÓRIO ESTUDADO

Analisar os indicadores sociais, econômicos e financeiros de determinado território permite um novo olhar quanto ao cenário existente naquele lugar. De acordo com Januzzi (2001, p. 2), um indicador social permite “substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”. Conceito que pode ser estendido para indicadores econômicos e financeiros também. Assim, através de dados do IBGE MUNIC (PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS, 2016), pretende-se conhecer a realidade social local, especialmente para avaliar o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades dos 19 municípios do Recôncavo Baiano. O TI possui peculiaridades próprias de seu território, dentre elas pode-se destacar a existência de municípios limítrofes, como também grande variação de população. O município com maior número de habitantes é o município de Santo Antônio de Jesus, com 103.342 habitantes, enquanto Dom Macedo Costa é o município com menos habitantes, registrando 4.212 habitantes. A média do número de habitantes é de 31.658 habitantes.

No Quadro 2, são apresentados dados colhidos na base do MUNIC 2015 (PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS, 2016), que demonstram o percentual das receitas oriundas de fontes externas (Rec. Ext.%), se o município cobra IPTU e se no município existe o Cadastro de ISSQN.

O município de São Félix é o que mais depende desses recursos externos à sua arrecadação, representando cerca de 98,6% de sua receita total, e Santo Antônio de Jesus sendo o menor quando comparado com os demais municípios, sendo então 81% dos recursos oriundos de recursos externos. Vale ressaltar que todos eles possuem percentual acima de 81% dos recursos totais vindos de entes externos, expondo sua dependência financeira de repasses do Fundo de Participação Municipal (FPM), IR e IPI, por exemplo. Os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Cachoeira não apresentam dados registrados.

Quadro 2
Indicadores financeiros e de planejamento urbano

Município	Rec.ext. (%)	C. IPTU	Cad. Issqn
1. Cabaceiras do Paraguaçu	--	Sim	Sim
2. Cachoeira	--	Sim	Sim
3. Castro Alves	93,9	Sim	Sim
4. Conceição do Almeida	96,8	Sim	Sim
5. Cruz das Almas	85,0	Sim	Sim
6. Dom Macedo Costa	96,5	Sim	Sim
7. Governador Mangabeira	92,6	Sim	Sim
8. Maragogipe	88,3	Sim	Sim
9. Muniz Ferreira	96,6	Sim	Sim
10. Muritiba	93,8	Sim	Sim
11. Nazaré	93,4	Sim	Sim
12. Salinas da Margarida	93,5	Sim	Sim
13. Santo Amaro	90,9	Sim	Sim
14. Santo Antônio de Jesus	81,0	Sim	Sim
15. São Felipe	94,0	Sim	Sim
16. São Félix	98,6	Sim	Sim
17. Sapeaçu	95,5	Sim	Sim
18. Saubara	94,6	Sim	Não
19. Varzedo	95,6	Sim	Sim

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

Nota: -- dados não registrados.

Como visto no Quadro 2, todos os municípios cobram o IPTU, porém, quanto à existência do Cadastro de ISSQN, a maioria dos municípios do TI possui cadastro, exceto o município de Saubara.

No Quadro 3, são apresentados dados municipais sobre a existência de cobrança de taxas nos municípios do TI (C. TAXA), bem como se existe cobrança de taxa de iluminação pública (C. TXILUM), cobrança de taxa de coleta de lixo (C. TXLIXO), cobrança de taxa de incêndio ou combate a sinistros (C. TXINC), cobrança de taxa de limpeza urbana (C. TXLIMP), cobrança de taxa de poder de polícia (C. TXPOL) e outros tipos de cobrança de taxas (C. OTX). Bem como, se dentro do território existe Arranjo Produtivo Local (AR.PROLOC).

Quadro 3
Dados sobre as taxas municipais

Município	TAXA	TXILUM	TXLIXO	TXINC	TXLIMP	TXPOL	OTX	AR. PROLOC
1. Cabaceiras do Paraguaçu	Sim	*	*	*	*	Sim	*	*
2. Cachoeira	Sim	*	*	*	*	Sim	Sim	Sim
3. Castro Alves	Sim	Sim	*	*	*	Sim	*	*
4. Conceição do Almeida	Sim	*	*	*	*	Sim	*	*
5. Cruz das Almas	Sim	Sim	*	*	*	Sim	*	*
6. Dom Macedo Costa	Sim	Sim	*	*	*	*	*	*
7. Governador Mangabeira	Sim	*	*	*	*	Sim	Sim	Sim
8. Maragogipe	Sim	*	Sim	*	*	Sim	Sim	*
9. Muniz Ferreira	Sim	Sim	*	*	*	*	*	*
10. Muritiba	Sim	*	*	*	*	Sim	Sim	*
11. Nazaré	Sim	Sim	*	*	*	*	Sim	*
12. Salinas da Margarida	Sim	Sim	*	*	Sim	Sim	Sim	*
13. Santo Amaro	Sim	*	*	*	*	Sim	Sim	*
14. Santo Antônio de Jesus	Sim	Sim	*	*	*	Sim	*	Sim
15. São Felipe	Sim	Sim	*	*	*	Sim	*	*
16. São Félix	Sim	*	*	*	*	Sim	Sim	*
17. Sapeaçu	Sim	Sim	*	*	*	Sim	*	*
18. Saubara	Sim	Sim	*	*	*	Sim	Sim	*
19. Varzedo	Sim	*	*	*	*	*	Sim	*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.
Nota: * = Não.

Como visto no Quadro 3, todos os municípios possuem cobrança de taxas (C. TAXA), no entanto, de acordo a cobrança de taxa de iluminação pública (C. TXILUM) apenas os municípios de Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Sapeaçu e Saubara. Quanto à cobrança de taxa de coleta de lixo (C. TXLIXO), apenas o município de Maragogipe cobra essa taxa e taxa de limpeza urbana (C. TXLIMP) apenas o município Salinas da Margarida, já a cobrança de taxa de incêndio ou combate a sinistros (C. TXINC) não é recolhida por nenhum município.

Quanto à cobrança de taxa de poder de polícia (C. TXPOL), apenas os municípios de Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré e Varzedo não realizam a arrecadação. Contudo, existe a arrecadação de outros tipos de taxas (C. OTX) que são cobradas pelos municípios de Cachoeira, Castro Alves, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, Saubara e Varzedo. Como visto em tabela, apenas os municípios de Cachoeira, Governador Mangabeira e Santo Antônio de Jesus aportam em seu território Arranjo Produtivo Local (AR.PROLOC).

Após a contextualização dos municípios do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia identificamos a porcentagem de dependência de

receitas externas dos municípios do TI, a qual encontra-se a cima dos 81%, podendo chegar até 98,6%, como também apresentamos a existência de dados tributários através da identificação da arrecadação de impostos e taxas.

EMENDAS AUTORIZADAS E TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DOS MUNICÍPIOS DE 2015 A 2017

Dentre os 19 municípios do TI no ano de 2015, apenas 13 obtiveram emendas parlamentares no ano de 2015, como descrito no Quadro 4. Foram os municípios de Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix e Saubara, totalizando R\$ 16.662.300,00 (dezesesseis milhões seiscentos e sessenta e dois mil e trezentos reais) alocadas nas seguintes áreas: urbanismo; agricultura; desporto e lazer; saúde; justiça e comércio e serviços.

Quadro 4

Emendas parlamentares por área, autor, localidade e partido em 2015

Área	Autor	Autor (tipo)	Localidade	Partido	Autorizado (R\$)
Urbanismo	Luiz Alberto	DF	Cachoeira	PT	350.000,00
Agricultura	Alice Portugal	DF	Cruz das Almas	PCdoB	450.000,00
Urbanismo	Luiz Alberto	DF	Cruz das Almas	PT	400.000,00
Urbanismo	Luiz Alberto	DF	Maragogipe	PT	1.500.000,00
Desporto e lazer	Acelino Popó	DF	Muritiba	PRB	12.500,00
Desporto e lazer	Acelino Popó	DF	Muritiba	PRB	487.500,00
Saúde	Acelino Popó	DF	Muritiba	PRB	1.000.000,00
Saúde	Maurício Trindade	DF	Muritiba	PROS	1.200.000,00
Urbanismo	Acelino Popó	DF	Muritiba	PRB	500.000,00
Saúde	Luiz Alberto	DF	Santo Amaro	PT	1.000.000,00
Saúde	Luiz Alberto	DF	Santo Amaro	PT	1.500.000,00
Urbanismo	Fábio Souto	DF	Santo Amaro	DEM	462.300,00
Urbanismo	Luiz Alberto	DF	Santo Amaro	PT	2.500.000,00
Justiça	Félix Mendonça Júnior	DF	Santo Antônio de Jesus	PDT	250.000,00
Saúde	Alice Portugal	DF	São Felipe	PCDOB	1.200.000,00
Saúde	Fábio Souto	DF	São Félix	DEM	1.000.000,00
Saúde	Jânio Natal	DF	São Félix	PRP	2.000.000,00
Comércio e serviços	Jânio Natal	DF	Saubara	PRP	850.000,00

Fonte: Brasil (2018b). Elaboração própria.

Nota: DF=Deputado Federal.

No entanto no ano de 2016 é observado que, dentre o total dos municípios do território, apenas quatro obtiveram emendas autorizadas, observado um dado curioso que, entre os quatro, um obteve duas emendas de parlamentares de outros estados. São eles: Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, São Félix e Santo Amaro, totalizando R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) destinados às seguintes áreas (saúde, educação, justiça, infraestrutura e agricultura).

Quadro 5

Emendas parlamentares por área, autor, localidade e partido em 2016

Área	Autor	Autor (tipo)	Localidade	Partido	Autorizado (R\$)
Agricultura	Bebeto	DF	Cachoeira	PSB	200.000,00
Educação	Jean Wyllys	DF	Cachoeira	PSOL (RJ)	100.000,00
Educação	Luiza Erundina	DF	Cachoeira	PSOL (SP)	100.000,00
Educação	Tia Eron	DF	Cachoeira	PRB	100.000,00
Urbanismo	Moema Gramacho	DF	Santo Amaro	PT	300.000,00
Justiça	Erivelton Santana	DF	Santo Antônio de Jesus	PEN	300.000,00
Saúde	Bebeto	DF	São Félix	PSB	200.000,00
Saúde	José Carlos Aleluia	DF	São Félix	DEM	2.000.000,00

Fonte: Brasil (2018b). Elaboração própria.

Nota: DF=Deputado Federal.

No ano de 2017 foi observado que apenas seis municípios obtiveram emendas parlamentares, sendo eles os municípios de Cachoeira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus, totalizando o montante de R\$ 5.097.535,00 (cinco milhões noventa e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais), que foram alocadas as seguintes áreas, foram elas: urbanismo; agricultura; cultura; saúde e comércio e serviços.

Quadro 6

Emendas parlamentares por área, autor, localidade e partido em 2016

Área	Autor	Autor (tipo)	Localidade	Partido	Autorizado (R\$)
Urbanismo	João Gualberto	DF	Cachoeira	PSDB	500.000,00
Cultura	João Gualberto	DF	Cachoeira	PSDB	100.000,00
Saúde	Márcio Marinho	DF	Muritiba	PRB	2.038.000,00
Saúde	Bebeto	DF	Nazaré	PSB	150.000,00
Comércio e serviços	Jutahy Júnior	DF	Nazaré	PSDB	500.000,00
Urbanismo	João Gualberto	DF	Santo Amaro	PSDB	300.000,00
Urbanismo	Otto Alencar	Senador	Salinas da Margarida	PSB	509.535,00
Urbanismo	Alice Portugal	DF	Santo Antônio de Jesus	PCdoB	1.000.000,00

Fonte: Brasil (2018b). Elaboração própria.

Nota: DF=Deputado Federal.

Houve a identificação da existência de dados tributários através da arrecadação de impostos e taxas. Ficando constatado que todos os municípios possuem arrecadação de impostos privativos e recolhem taxas, no entanto, quanto à existência do Cadastro de ISSQN, taxa de iluminação pública (C. TXILUM), taxa de coleta de lixo (C. TXLIXO), taxa de poder de polícia (C. TXPOL) foi observado que é operacionalizado em apenas alguns municípios. Já a cobrança de taxa de incêndio ou combate a sinistros (C. TXINC) e taxa de limpeza urbana (C. TXLIMP) não é recolhida por nenhum município. Ademais, apenas os municípios de Cachoeira (2), Governador Mangabeira (7), Santo Antônio de Jesus (13) e São Sebastião do Passé (17) aportam em seu território Arranjo Produtivo Local (AR.PROLOC).

Pôde-se identificar a porcentagem de dependência de receitas externas no TI, variando de 81% até 98,6%, como abordado anteriormente, e destaca-se que as emendas parlamentares são consideradas como possibilidades de alocar recursos para municípios com baixa autonomia financeira, sendo destacada, por sua relevância e capacidade da redução das desigualdades regionais (CARVALHO, 2007).

Um dado relevante observado é o baixo número de municípios que foram destinatários destes recursos. No ano de 2015 houve maior número de destinatários, ficando de fora apenas seis municípios. No ano de 2016, 15 municípios não foram contemplados e 13 municípios em 2017. É constatado que os municípios de Cachoeira, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus possuem frequência de adquirir emendas nos três anos estudados.

Visto que o estudo apresenta emendas autorizadas no TI, não revela necessariamente a afirmativa do pagamento, pois infelizmente milhões de recursos do planejamento orçamentário deixam de ser executados devido a não obrigatoriedade de execução nos casos de impedimentos de ordem técnica. Muito porque a execução orçamentária é resultado também do cumprimento de etapas, desde a apresentação e aprovação até a entrega final do bem ou serviço à sociedade.

Em concordância com a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR) e a Constituição Federal de 1988, o dever de execução ocorre dentro das limitações fiscais, o que garante o equilíbrio orçamentário, apesar do orçamento ser impositivo. O dever de execução não está vinculado à obrigatoriedade do gasto, mas ao cumprimento do plano de trabalho, qual seja, a entrega de bens e serviços à sociedade.

É necessário pontuar que o objetivo desta análise não é demonstrar o processo de pagamento das propostas, sequer identificar as principais causas dos impedimentos técnicos, não iremos nos aprofundar nesta discussão, sendo este objeto de estudos futuros. Mas, sabe-se que o não pagamento decorre, muitas vezes, de forças políticas, competência técnica e morosidade na execução do orçamento no serviço público.

No entanto é observado que as áreas que obtiveram a autorização foram setores que potencializam a oferta de serviços públicos e contribuem para melhorias relacionadas à certa qualidade de vida aos cidadãos dos municípios. As áreas mais contempladas foram: urbanismo; agricultura; saúde; justiça e comércio e serviços. Juntas, essas áreas, nos três anos, somaram um montante de R\$ 22.960.300,00 (vinte e dois milhões novecentos e sessenta mil e trezentos reais).

Em concordância com a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR) e a Constituição Federal de 1988, o dever de execução ocorre dentro das limitações fiscais, o que garante o equilíbrio orçamentário

ARRECADAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS DE 2015 A 2017

ARRECADAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS EM 2015

Na tabela abaixo é apresentada a arrecadação e execução orçamentária no ano de 2015 (Tabela 1). Nos 19 municípios estudados foi averiguado que a média populacional do TI é de 29.350 (vinte e nove mil trezentas e cinquenta habitantes), o município menos habitado possui 4.153 (quatro mil cento e cinquenta e três habitantes) e o mais habitado com 101.548 (cento e um mil quinhentos e quarenta e oito pessoas). No entanto, apresentam um desvio padrão de 24.107 (vinte e quatro mil cento e sete habitantes), considerando as diferenças populacionais dos municípios presentes no território.

A receita corrente apresenta média de pouco mais de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões), quando o mínimo apresentado é de pouco mais de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) e máximo com mais de R\$ 168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões), ainda assim com desvio de mais de R\$ 112.000.000 (cento e doze milhões).

A receita tributária contém a média em torno de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil), com mínima de R\$ 169.634,00 e máxima de R\$ 23.280.539,00 e desvio de R\$ 5.461.214,38 (mais de cinco milhões). Ademais, as despesas apresentam média de R\$ 43.134.329,68 (mais de quarenta e três milhões), mínima de mais de nove milhões (R\$9.197.974,00), máxima de mais de cento e quarenta milhões (R\$ 140.613.464,00), no entanto desvio de mais de trinta e um milhões (R\$ 30.925.689,00).

O Fundo de Participação dos Municípios apresenta média de pouco mais de quatorze milhões (R\$ 14.323.477,16) enquanto o mínimo de R\$ 6.185.138,00 e máximo de mais de trinta milhões (R\$ 30.925.689,00), com desvio de R\$ 6.785.010,95.

Tabela 1
Arrecadação e execução orçamentária – TI Recôncavo Baiano – 2015

Medidas	População	Receitas Correntes (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Despesas Correntes (R\$)	FPM (R\$)
N	19	19	19	19	19
Média	29.351	52.456.296,53	3.353.957,89	43.134.329,68	14.323.477,16
Desvio padrão	24.107	38.048.536,32	5.461.214,38	31.162.895,32	6.785.010,95
Mínimo	4.153	12.723.327,00	169.634,00	9.197.974,00	6.185.138,00
Máximo	101.548	168.037.250,00	23.280.539,00	140.613.464,00	30.925.689,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018). Elaboração própria.

Na Tabela 2 são apresentadas as médias de arrecadação dos impostos e taxas do TI no respectivo ano. Fica constatado que a média de arrecadação dos impostos nos municípios é de pouco mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões). Com mínima de mais de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil) e máxima de mais de vinte e um milhões (R\$ 21.973.494,00), e em contrapartida seu desvio é de mais de cinco milhões (R\$ 5.162.331,94). Ademais, a média de arrecadação das taxas é de pouco mais de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil), com mínima de zero e máxima de mais de um milhão (R\$ 1.3143.045,00).

Tabela 2
Arrecadação dos impostos e taxas – TI Recôncavo Baiano – 2015

Medidas	Impostos (R\$)	Taxas (R\$)
N	19	19
Média	3.158.262,79	195.694,89
Desvio padrão	5.162.331,94	319.745,35
Mínimo	153.888,00	0
Máximo	21.937.494,00	1.343.045,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018). Elaboração própria.

ARRECADAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS EM 2016

Na Tabela 3 são apresentadas as médias de arrecadação e população no ano de 2016. Nela observa-se que houve aumento em todas as médias apresentadas. No entanto, quando analisado o desvio, observa-se que a maioria dos dados estudados obteve respectivo aumento, à exceção da receita tributária, que apresenta arrecadação mínima menor que em 2015.

Tabela 3
Arrecadação e execução orçamentária – TI Recôncavo Baiano – 2016

Medidas	População	Receitas Correntes (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Despesas Correntes (R\$)	FPM (R\$)
N	19	19	19	19	19
Médias	29501,58	56.339.109,53	3.362.358,16	44.206.599,16	16.691.859,74
Desvio padrão	24277,147	40.570.503,63	5.838.768,46	33.276.591,61	7.906.910,46
Mínimo	4201	14.334.744,00	88.602,00	10.772.700,00	7.207.849,00
Máximo	102469	176.398.144,00	25.088.501,00	140.549.517,00	36.039.242,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018).
Elaboração própria.

Na Tabela 4 observa se que os dados de arrecadação dos impostos apresentam queda, no entanto, com aumento no desvio padrão, demonstrando disparidade na arrecadação de impostos no território. Ademais, as taxas apresentam maior média quando se compara com o ano anterior (2015).

Tabela 4
Arrecadação dos impostos e taxas – TI Recôncavo Baiano – 2016

	Impostos (R\$)	Taxas (R\$)
N	19	19
Média	3.137.475,26	215.011,58
Desvio padrão	5.494.290,92	347.528,23
Mínimo	88.602,00	0
Máximo	23.613.061,00	1.475.440,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018).
Elaboração própria.

ARRECAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS EM 2017

Na Tabela 5 observa-se que a maioria das médias apresentadas demonstra respectivo aumento, no entanto, na média do FPM houve diminuição. Em relação ao desvio padrão, houve aumento. Na mesma é apresentado que a maioria dos dados obteve aumento, exceto o município com menor receita corrente, que, quando comparado com o ano de 2016, houve decréscimo.

Tabela 5
Arrecadação e execução orçamentária – TI Recôncavo Baiano – 2017

Medidas	População	Receitas Correntes (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Despesas Correntes (R\$)	FPM (R\$)
N	19	19	19	19	19
Média	29625,79	57.157.901,37	3.652.191,58	45.879.554,89	16.334.330,00
Desvio padrão	24455,773	39.630.933,01	6.105.899,34	33.726.065,95	8.008.200,99
Mínimo	4212	14.278.331,00	231.515,00	10.922.815,00	7.000.427,00
Máximo	103342	179.595.284,00	27.099.688,00	148.056.657,00	37.335.611,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018).
Elaboração própria.

No ano de 2017 é observado que todos os dados apresentados sobre arrecadação dos impostos e taxas demonstram aumento. Resultado significativo, pois, para alcançar a autonomia municipal em conjunto com o processo de crescimento populacional é de fundamental importância o crescimento da arrecadação.

Tabela 6
Arrecadação dos impostos e taxas – TI Recôncavo Baiano – 2017

	Impostos (R\$)	Taxas (R\$)
N	19	19
Média	3.364.371,89	286.837,63
Desvio padrão	5.684.484,76	444.196,00
Mínimo	204.801,00	2.649,00
Máximo	25.169.507,00	1.930.181,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018).
Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território de Identidade do Recôncavo da Bahia mantém alto índice de dependência de receita externa, com percentual acima de 81% dos recursos totais vindos de entes externos, expondo sua dependência financeira de outros entes federativos. Reflexo do processo histórico de desenvolvimento desigual caracterizado por diversos ciclos produtivos, do resultado do processo histórico que decorreu o empobrecimento da região e pela histórica ausência de políticas de desenvolvimento econômico e social, atrelado à desproteção de populações em vulnerabilidade, o que ainda é possível verificar.

No território é observado que os dados orçamentários apresentados demonstram heterogeneidade e alto grau de desvio padrão, justificado pela população e contexto econômico dos municípios que compõem o território, refletindo significativamente na capacidade de arrecadação municipal, como também na falta de arrecadação de certos tributos privativos, seja ela por questões técnicas ou políticas.

Observa-se que as emendas destinadas aos municípios são em áreas essenciais para o desenvolvimento humano e melhoria na alocação de recursos. Por um lado, o estudo apresenta somente as emendas autorizadas no TI, o que não significa necessariamente o pagamento. Mas, por outro, demonstra uma prioridade de políticos com o território analisado e foi possível identificar que as áreas em que ocorreu a autorização foram setores que possibilitam a melhoria de serviços públicos dos municípios.

Os resultados alcançados indicam que as emendas parlamentares ao orçamento federal têm propensão de reduzir as desigualdades regionais, mas não podemos determinar como se dá essa relação no Recôncavo. E ainda que os impactos políticos e técnicos não tenham sido medidos e não tenham a dimensão e a frequência esperadas e, alguns municípios que protagonizam a frequência de destinatários de recursos estão entre os mais desenvolvidos do território de identidade. É visto que as áreas destinadas são de extrema relevância e até mesmo no caso da saúde é utilizada pela maioria da população do TI, devido à proximidade dos municípios.

Sugere-se, para aprofundamento da análise, que estudos futuros possam abordar questões sobre o desequilíbrio orçamentário, a capacidade administrativa municipal e política *versus* a sustentabilidade financeira dos municípios. O uso de ferramentas estatísticas e econométricas mais refinadas e dados mais atualizados permitirão que estudos posteriores engrandeam e aprofundem a análise destes temas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*: parte 1: Poder Executivo, Salvador, ano 94, n. 20.353, p. 28-30, 26 ago. 2010. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BOVO, José Murari. Gastos sociais dos municípios e desequilíbrios financeiros. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 93-117, jan./fev. 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6363/4948>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, 2018. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Glossário de Termos Legislativos, Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Emendas ao Orçamento*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>. Acesso em: 20 maio 2018a.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Siga Brasil*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 9 ago. 2018b.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982. Altera a Classificação da Receita e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 maio 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1939.htm. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968. Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0406.htm. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *SIAF*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/series-historicas>. Acesso em: 13 nov. 2018c.

CARVALHO, Marcelo de. *Efeitos das emendas parlamentares ao orçamento na redução das desigualdades regionais*. 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Orçamento Público) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2103>. Acesso em: 16 jul. 2018.

FERREIRA, Roberto do Nascimento et al. Receita pública municipal: pública municipal Contagem-MG. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 13., 2016, Resende. *Anais [...]*. Resende: AEDB, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/21324215.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*: população estimada dos Municípios do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 ago. 2018.

JANUZZI, Paulo de M. *Indicadores sociais no Brasil*: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alinea, 2001.

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública*: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERAFÁN, Mireya Valencia; OLIVEIRA, Humberto. *Território e identidade*. Salvador: Secult, 2013. (Coleção Política e gestão culturais). Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PERAFANMireyaEValenciaOLIVEIRAHumbertoTerritorioeIdentidadeColecaoPoliticaseGestaoCulturaisSECULT2013.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS: perfil dos municípios brasileiros: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=295942&view=detalhes>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SOUZA, Celina. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. *Dados*: revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 345-384, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Ls9zGkQ9TNM4VCKFWbZHpgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Perfil dos territórios de identidade da Bahia*. Salvador: SEI, 2016. v. 2. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/ptib_vol_02.zip. Acesso em: 13 ago. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Tabelas e gráficos finanças públicas*. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1167&Itemid=388. Acesso em: 18 ago. 2018.

TRISTÃO, José Américo Martelli. *A administração tributária dos municípios brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação*. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2568/86620.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 19 ago. 2018.



A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E O PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO (BA)

Alex Moreira Ramos
Graduado em Engenharia Civil
pela Universidade Católica
do Salvador (UCSal).
alex.engcivil21@gmail.com

Fernando Barreto
Nunes Filho
Doutor em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento
Social pela Universidade
Católica do Salvador (UCSal),
mestre em Economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professor no curso de
Engenharia Civil da UCSal.
fernando.filho@pro.ucs.br

A EVOLUÇÃO urbana decorrente do crescimento populacional em cidades médias e pequenas costuma ocorrer do centro dessas cidades para as áreas periféricas ou mesmo para áreas rurais. Para o economista Singer (1980, p. 84), as cidades no Brasil se caracterizam pela importância de um centro principal definido pela localização comum da administração pública e da igreja matriz: “[...] os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista, o comércio varejista de luxo, cinemas, teatros etc. Os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta. [...]”.

Nesse sentido, a produção imobiliária intensifica a expansão da cidade e consequentemente a necessidade de extensão das redes de infraestrutura urbana e serviços públicos. Naturalmente, a definição sobre a localização de infraestrutura atribui ao poder público um papel fundamental na valorização de terras públicas, articulando-se com o mercado imobiliário urbano.



O objetivo desse trabalho é o estudo dos papéis que a incorporação imobiliária e o poder público municipal exerceram e continuam exercendo na evolução urbana da cidade de Dom Basílio, especificamente a partir da mudança da sede da prefeitura

Esse mecanismo de investimentos de capitais públicos e privados amplia sua importância quando da evolução urbana de cidades médias e pequenas. Nessas últimas, principalmente, o poder público municipal deve ser considerado como agente principal na organização do espaço urbano” em face do impacto causado por intervenções urbanas e pela implantação de infraestrutura.

Essa condição pode ser verificada em Dom Basílio (BA), um pequeno município no interior da Bahia, localizado aos pés da Serra de Rio de Contas, no Circuito do Ouro, na Chapada Diamantina. Com uma área territorial de 689,516 km² e uma população estimada para 2021 de 12.281 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), o município dista 22 km de Livramento de Nossa Senhora (região de influência), 55 km de Brumado (região imediata), 192 km de Vitória da Conquista (região intermediária) e 603 km de Salvador (capital).

O objetivo desse trabalho é o estudo dos papéis que a incorporação imobiliária e o poder público municipal exerceram e continuam exercendo na evolução urbana da cidade de Dom Basílio, especificamente a partir da mudança da sede da prefeitura. Para tal, assume-se que a decisão da prefeitura municipal consolidou um novo vetor de crescimento da cidade. Busca-se mostrar que o crescimento urbano na sede do município foi estimulado a partir de investimentos de ordem política e social, com a atuação do Estado e dos agentes detentores do capital, tais como incorporadores e empresários.

Para o estudo da evolução urbana de Dom Basílio desde sua fundação até o momento atual, definiu-se uma periodização que tomou por base a metodologia adotada por Vasconcelos (2002, p. 21) “[...] o espaço foi considerado mais importante do que a cronologia, no interior da periodização escolhida. Tentou-se apresentar os eventos a partir de sua localização espacial, visando revelar as relações espaciais tecidas ao longo do tempo”. A produção do artigo pautou-se, ainda, no aprofundamento histórico do processo de construção da cidade de Dom Basílio, através de pesquisas documentais em órgãos públicos e com moradores. De forma complementar, foram realizadas entrevistas com empresários e com o atual prefeito do município.

O presente estudo está estruturado em cinco seções. A primeira, aborda os aspectos introdutórios, relevância do tema e a justificativa da pesquisa. Na segunda, é apresentada a fundamentação teórica do estudo. A terceira apresenta os aspectos geográficos e econômicos do município de Dom Basílio. Na quarta, é apresentada uma análise da expansão urbana de Dom Basílio (BA); por fim, na quinta seção, as considerações finais do trabalho.

EVOLUÇÃO URBANA

O funcionamento do mercado imobiliário, segundo Barbosa (2017, p. 4) “[...] atende a uma realidade característica do capitalismo, pois o que de fato se vende não é somente o imóvel, mas exclusivamente o direito de morar em determinada área da cidade”. Nesse item, inicialmente, apresentam-se as características da evolução urbana em cidades médias e pequenas; em seguida, discute-se o Estado como principal agente na produção do espaço urbano, especificamente o seu papel na valorização dos terrenos urbanos.

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS

No Brasil, o interesse em estudar as cidades médias “[...] iniciou-se na década de 1970, em decorrência das políticas de ordenamento territorial que tinham como objetivo conter a intensa migração em direção às metrópoles, bem como incentivar a criação de novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas” (OLIVEIRA; SANT’ANA, 2012, p. 232).

Além de concorrerem com as metrópoles pelo interesse dos pesquisadores, os estudos de cidades médias e pequenas implicam em algumas dificuldades metodológicas. Uma delas, conforme alertado por Oliveira e Sant’Ana (2012, p. 234), estaria na dicotomia entre o município e a localidade sede: “[...] estamos trabalhando, quase sempre, com dados e informações dos municípios que as contêm; não somente com as áreas urbanas desses municípios, muito menos com aquelas legalmente definidas como cidade”¹.

Essas dificuldades são corroboradas por Bacelar (2012, p. 81): “[...] iniciam “com a falta de entendimento do que se estuda: município ou cidade? E, principalmente, com a delimitação do que sejam cidade e área urbana, pelos órgãos governamentais, especialmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Assim, como foi observado por Bacelar (2012, p. 86), “[...] o critério populacional torna-se importante para a definição da categoria pequena cidade, pois implica motivo de grande preocupação, principalmente por parte do Poder Executivo desses municípios [...]”.

Outra dificuldade estaria na predominância de estudos direcionados para a rede urbana, isto é, para o papel regional desempenhado pelas cidades médias, em paralelo a uma centralidade em relação às cidades pequenas. Neste sentido, Sposito (2010, p. 57) observa que “[...] a força da cidade média

1 Considerando o Decreto-Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que diz, em seu artigo 3º: “Art. 3.º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome” (BRASIL, 1938).

No estudo de cidades médias e pequenas uma atenção deve ser dada à análise da atividade principal [...] As cidades pequenas podem crescer juntamente com a cidade média que as comanda

tem relação direta com o número de cidades pequenas que lhes são tributárias e com a qualidade dos papéis econômicos que elas desempenham, sendo essa relação tanto de ordem direta como inversa”. Neste sentido, Soares (1998, p. 57) corrobora que cidades médias também devem ser definidas “[...] pelo lugar que ocupam na rede urbana, no sistema econômico global”, ou seja, suas relações são feitas tanto em nível local como em escala nacional ou internacional, tendo em vista as modernidades tecnológicas presentes nesses territórios.

No estudo de cidades médias e pequenas uma atenção deve ser dada à análise da atividade principal. Conforme Sposito (2010, p. 58), mesmo que as atividades econômicas sejam predominantemente agropecuárias, desde que exista “[...] uma diversificação agropecuária e estruturas fundiárias menos concentradas”, as cidades pequenas podem crescer juntamente com a cidade média que as comanda [...]”. Em complemento, Bacelar (2012, p. 86) analisa a participação das pequenas cidades no processo de acumulação capitalista: “[...] mesmo não sendo dinâmicas, são redutos da acumulação capitalista, ainda que em menor escala, é verdade. Essas, no entanto, não deixam de ser interessantes do ponto de vista do capital em uma esfera de circulação e de acumulação [...]”.

De igual modo, devem ser observadas as dificuldades e limitações que surgem quando da implementação de diretrizes e instrumentos de planejamento urbano. Acerca dessa problemática, Akaishi (2011, p. 45-49) apresenta os seguintes pontos:

- a) Arcabouço jurídico-institucional: [...] grande parte dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade somente se aplica em cidades com alta e média densidades, mercado de solo altamente especulativo, escassez e alto custo da terra e a chamada ‘urbanização periférica’. [...] as cidades pequenas apresentam outras dinâmicas sócio-territoriais. Em diversos casos há grande sinergia das atividades urbanas e rurais e seu planejamento envolve temas como conversão de usos e reestruturação fundiária.
- b) Limitada capacidade institucional: [...] as prefeituras municipais têm ainda dificuldade em produzir projetos para captar recursos em programas de urbanização e produção de moradias.
- c) Gestão participativa induzida pela norma federal não dialoga com a realidade local: [...] no contexto dos pequenos municípios,

esses atores, em diversas oportunidades, não estão presentes ou não estão autonomamente organizados.

Finalmente, os pesquisadores das cidades pequenas devem levar em conta que, do ponto de vista político-administrativo, “a base produtiva e de empregos é reduzida, seus habitantes vivem em quase total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, que se tornam o maior empregador, e seus recursos ou receita tributária não representam a principal fonte de receita” (BACELAR, 2012, p. 85).

O PAPEL DO ESTADO NA VALORIZAÇÃO DOS TERRENOS URBANOS

O Estado é considerado pelos autores citados a seguir como “organizador do espaço urbano”, principalmente pelo impacto causado por intervenções urbanas e pela implantação de infraestrutura. Para esses autores, as intervenções e as obras de infraestrutura produzem valorizações de determinadas áreas ao diferenciarem essas áreas daquelas sem investimento público. Essa diferenciação produz áreas mais valorizadas, sinalizando e direcionando os investimentos privados.

Acerca do papel do Estado, Singer (1980, p. 84-85) destaca que “[...] a diferenciação das localidades tem como um dos seus principais agentes de produção o Estado, por absorver os custos da valorização do capital na dinâmica do crescimento urbano”. O Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço (SINGER, 1980, p. 88).

Em sua análise da especulação imobiliária e da contribuição do Estado nessa especulação, Sampaio (2015) defendeu o argumento da valorização dos terrenos urbanos a partir da implantação de ações de infraestrutura: essas ações “[...] acarretam transformações no preço do solo, via de regra aproveitados pelos especuladores imobiliários. [...] Esse diferencial do preço do solo, além de socialmente segregacionista, cria condições para realimentar o processo de especulação imobiliária [...]” (SAMPAIO, 2015, p. 466).

Afastando-se do eixo Estado-especulação imobiliária, Ribeiro (1997, p. 37) defende que o investimento público tenha uma função social, atribuindo a esse investimento uma importância fundamental “[...] para resolver o impasse do desenvolvimento urbano brasileiro e promover a justiça social”. A justificativa para a necessidade do exercício desse papel social é a crença de

Devido às incertezas climáticas que impactam a produção agrícola, o poder municipal buscou viabilizar a exploração do turismo na região como um novo elemento dinâmico de sua economia

que o mercado de terras é o principal mecanismo gerador dos problemas urbanos: dispersão/hiperconcentração, déficit habitacional, crescimento periférico, alto custo dos equipamentos urbanos etc.” (RIBEIRO, 1997, p. 37).

Um importante aspecto do papel social do Estado através de investimentos e benfeitorias foi associado por De Toni (2010, p. 12) à melhoria na qualidade de vida urbana: “[...] o bem-estar individual depende, de várias formas, dos bens e serviços providos pelo Estado, na administração do sistema judiciário, na segurança pública, no fornecimento de infraestrutura ou energia [...]”.

DOM BASÍLIO – A “PRINCESINHA DO SUDOESTE BAIANO”

A vila do Curralinho foi reconhecida como distrito em 1933, pela Lei Estadual nº 1923/26, subordinado ao município de Livramento do Brumado; nove anos depois, o distrito de Curralinho foi elevado à categoria de município em 7 de abril de 1963, pela Lei Estadual nº 1657/62, desmembrado assim de Livramento do Brumado com a denominação de Dom Basílio.

Uma análise dos aspectos econômicos do município indica como elemento dinâmico de sua economia o segmento da fruticultura irrigada – produção da manga e do maracujá – responsável por movimentar grande parte da economia local. Entretanto, devido às incertezas climáticas que impactam a produção agrícola, o poder municipal buscou viabilizar a exploração do turismo na região como um novo elemento dinâmico de sua economia.

A prática da irrigação de culturas no município de Dom Basílio, o elemento dinâmico de sua economia, ocorre há mais de 200 anos. Ou seja, antes da fruticultura irrigada, a topografia favorável permitiu que as partes baixas à beira rio fossem exploradas com os cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca, conforme explicado pelo professor José Cremilton Chaves Queiroz (Dedé Queiroz) em entrevista ao autor: “Como no período da seca o rio baixava o nível da água, Rodrigo Alves² construiu um rego ao lado do rio para irrigar as plantações de arroz no período de baixa do rio” (informação verbal)³.

Tempos depois, ocorreu a implantação do projeto do Perímetro Irrigado, que impactou os municípios da microrregião de Livramento do Brumado. Com a construção do perímetro, segundo Sampaio (2013, p. 163): “[...] iniciada em 1977” e que passou a operar em 1986”. A princípio, o perímetro ocupava

2 Sobre “Rodrigo Alves”, ver Caires e Caires (2018).

3 Entrevista com o professor José Cremilton Chaves Queiroz (Dedé Queiroz), realizada em 14 maio 2021 em sua residência, em Dom Basílio (BA).

áreas apenas do município de Livramento de Nossa Senhora. Atualmente, o projeto “ocupa uma área de 10.000 hectares de áreas irrigadas, sendo 7.000 ha em Livramento de Nossa Senhora e 3.000 ha em Dom Basílio” (SAMPAIO, 2013, p. 163). Como elemento de infraestrutura, foi construída a barragem Eng. Luiz Vieira, “com capacidade de armazenamento de 106.000.000 m³ (SAMPAIO, 2013, p. 166).

O canal que alimenta o Perímetro Irrigado – Livramento de Nossa Senhora (BA) comprova o declive favorável da região, que viabilizou o uso do sistema de irrigação por gravidade. Além disso, as áreas irrigadas foram estendidas além do projeto, proporcionando assim uma maior área de exploração, com predominância de empreendimentos rurais de pequeno e médio portes. Após o início da operação do sistema, os municípios de Dom Basílio e Livramento de Nossa Senhora transformaram-se em importantes produtores nacionais de manga e maracujá, impactando o PIB regional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000, 2010), o município de Dom Basílio apresentava um PIB de R\$ 18 milhões (aprox.) em 2000, crescendo para um patamar de R\$ 122 milhões (aprox.) em 2010.

Em contrapartida à expansão das áreas irrigadas, o uso desordenado da água tornou-se um fator gerador de conflitos entre o projeto público (Projeto Perímetro Irrigado) e os empreendimentos particulares. O aumento de plantio da manga e do maracujá viabilizou a construção de uma barragem menor em Livramento de Nossa Senhora, no Rio do Paulo, bacia do Rio de Contas, com o objetivo de atender aos irrigantes de Dom Basílio (BA). Contudo, em razão de longos períodos de estiagem, a redução no fornecimento de água constituiu-se em impedimento na melhoria da renda local. A Tabela 1 apresenta um quadro da produção de manga e maracujá para o período 2008-2018 no qual pode ser constatado o impacto causado pela estiagem:

Tabela 1
Produção de manga e maracujá – Dom Basílio – 2008/2018

Lavouras	2008 (ton.)	2013 (ton.)	2018 (ton.)
Manga	37.500	36.000	13.000
Maracujá	75.000	63.000	8.200

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal.

Desta forma, em razão do prolongado período de seca, a disponibilidade dos recursos hídricos apresenta-se atualmente como uma das grandes preocupações dos agricultores. Como solução de enfrentamento da questão, “foram criados comitês gestores da água que tiveram a finalidade de discutir essas questões dos recursos hídricos da região para tentar encontrar soluções eficientes em atender o consumo da população e do perímetro irrigado” (SAMPAIO, 2013, p. 172).

As áreas irrigadas foram estendidas além do projeto, proporcionando assim uma maior área de exploração, com predominância de empreendimentos rurais de pequeno e médio portes

UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO URBANA DE DOM BASÍLIO (BA)

A evolução urbana de uma típica “pequena cidade” será abordada ao longo dessa sessão, seja no âmbito populacional, geográfico, centralidades ou de agentes imobiliários. Contemplando-se o período de existência da cidade, desde a Vila do Curralinho (Sec. XVIII) até os dias atuais, vários foram os eventos urbanos, com suas respectivas durações. Para a escolha de uma periodização adequada, conforme Vasconcelos (2002, p. 21), “[...] a importância do que é fundamental, do que é original, do que é estruturante, do que transforma a cidade [...]”. Neste sentido. Foram escolhidos três períodos estruturantes, transformadores do tecido urbano da sede municipal: a) a ocupação inicial, em torno do Centro Histórico; b) a influência do Perímetro Irrigado de Livramento de Brumado e c) o movimento mais recente, a partir da mudança da sede da prefeitura.

OCUPAÇÃO INICIAL: CENTRO HISTÓRICO

Dom Basílio, reproduzindo o modo de expansão urbana das cidades pequenas, se desenvolveu de maneira vagarosa, em torno do seu Centro Histórico – igreja e prefeitura. A sua ocupação inicial, conforme Caires e Caires (2018, p. 44), “[...] nas primeiras décadas do século XVIII, [...] sendo ocupada por uma série de pequenos núcleos populacionais que foram se estabelecendo e firmando moradia, com base na criação de gado vacum e na produção de uma policultura de subsistência.” Segundo o professor Dedé Queiroz (informação verbal)⁴, a localização escolhida para o assentamento da Vila Curralinho, se deu quando:

Rodrigo Alves promete a seu pai que queria dar sequência à capela começada por ele em 1873, [...]. O local escolhido para construção da igreja é uma divisa cantada, eles calcularam em léguas a distância entre a Fazenda Maravilha (próximo a Serra) e a Fazenda Várzea Funda (Boqueirão de Baixo) [...] construiu algumas casas ao redor da igreja, dentre as casas, essa aqui (a casa do entrevistado, Dedé Queiroz). (informação verbal).

Com base nos depoimentos desses historiadores, “seu Rodrigo foi o grande construtor, o homem que criou as bases para o crescimento e consolidação de Curralinho; vale lembrar que essas transformações aconteceram nos finais dos séculos XIX e início do século XX”. (CAIRES; CAIRES, 2018, p.

⁴ Entrevista com o professor José Cremliton Chaves Queiroz (Dedé Queiroz), realizada em 14 maio 2021 em sua residência, em Dom Basílio (BA).

79). Conforme se observa na Figura 1, associada à evolução da população, a cidade de Dom Basílio passou por mudanças na formação do espaço urbano nas últimas seis décadas:

Figura 1
Centro Histórico: primeiros anos e hoje



Fonte: Fornecidas por Dedé Queiroz (2021).

Essas imagens mostram um comparativo da expansão do centro da cidade, a qual se deu em função da ação do Estado, dos latifundiários, dos promotores imobiliários, da sociedade civil e, inclusive, da Igreja Católica, detentora de grande parte de terras na cidade. A Figura 1 ilustra claramente o papel da Igreja como referencial para o crescimento inicial da cidade, uma vez que as primeiras casas surgiram em decorrência da sua construção.

IMPACTO URBANO DO PERÍMETRO IRRIGADO (1997 – 2016)

Após sua emancipação, Dom Basílio tem parte da sua expansão urbana marcada pelas obras realizadas pelos prefeitos municipais, como os únicos agentes institucionais na época. Contudo, nos anos 1980, Dom Basílio apresentou um forte crescimento urbano com o prefeito José Maria Cáires (1983-1988). O “maior repasse de verbas públicas veio com a implantação do Perímetro Irrigado, trazendo fonte de renda para o município, fazendo com que a prefeitura investisse em infraestrutura, pavimentando grande parte da cidade” (informação verbal)⁵. Nesse sentido, o processo de evolução urbana no município desenvolveu-se de forma bastante complexa, pois o setor privado apresentou-se como um novo agente, influenciando o poder público a pensar num novo planejamento urbano-habitacional para o município.

No final desse período, em 2012, o setor imobiliário pode ser considerado como um dos elementos dinâmicos da economia local a partir dos investimentos em habitação por parte do governo federal. Nesse contexto, a

5 Entrevista realizada em 14 maio 2021.

atividade de incorporação imobiliária ganhou força atuando junto ao Programa do Minha Casa Minha Vida, nas construções de imóveis residenciais. Esse papel revestiu-se de importância por ter ocorrido em um período no qual a economia local enfrentava os efeitos de um forte período de estiagem.

Desta forma, o período caracterizou-se pela ação do Estado em conjunto com o setor privado, com impactos significativos na organização do espaço urbano da cidade. Uma evidência dessa atuação conjunta pode ser analisada a partir de um registro do ano de 2016, a partir do programa Google Earth, ilustrado na Figura 2.

Figura 2
Dom Basílio, vista aérea, 2016



Fonte: Google Earth (2021).

Essa imagem indica a presença de dois vetores de crescimento, movidos pela demanda das construções derivadas do programa federal Minha Casa Minha Vida; o loteamento 02, a nordeste, ao lado do estádio municipal, pode ser considerado como uma expansão natural do Centro Histórico. Em oposição, na parte inferior dessa figura, em direção à entrada da cidade, visualiza-se o loteamento 01, ao sul; como um dos elementos precursores do que se transformaria no novo vetor de crescimento. Nessa mesma figura, observa-se mais adiante, a sudeste, o bairro Manoel Leite, anterior ao loteamento 01, com predominância de populações de baixa renda; naquela época, esse bairro apresentava uma lenta expansão, com pouca valorização fundiária.

Em resumo, ao longo do período 1997-2016, a expansão urbana da cidade apresentava um lento crescimento, de modo que não havia um necessário acompanhamento dos poderes públicos municipais quanto à provisão de infraestrutura urbana nas áreas de expansão da cidade. Destaque-se que, os anos finais desse período se caracterizaram pela redução da renda agrícola gerada pela fruticultura irrigada, com impactos diretos no setor imobiliário.

MOVIMENTOS RECENTES: A MUDANÇA DA SEDE DA PREFEITURA (2017)

No ano de 2017, a sede da prefeitura municipal de Dom Basílio foi deslocada do Centro Histórico para entrada da cidade, ao sul, impactando fortemente o espaço urbano da cidade, que era organizado em torno do centro. Esse fato gerou inúmeras discussões entre os moradores locais, uma vez que, a princípio, tratava-se de um local distante do centro, com poucas habitações. Conforme o prefeito Roberval Meira, “tivemos a resistência, aí eu fui para embate [...] vieram os questionamentos, que ia acabar com o comércio; fui, conversei com o pessoal e fiz alguns questionamentos: - vocês conhecem Vitória da Conquista? Onde é a prefeitura de lá?” (informação verbal)⁶. Continuando seu depoimento, o prefeito declarou que independentemente das controvérsias, ele transferiu a sede como parte de um planejamento urbano e administrativo: “Criamos aqui um centro administrativo [...] com rapidez na tomada de decisões, pois todos estão bem próximos” (informação verbal). Na prática, essa decisão política consolidou um novo vetor de crescimento, conforme a Figura 3:

Figura 3
Mudança da sede da prefeitura



Fonte: Google Earth (2021).

6 Entrevista concedida a um dos autores na sede da prefeitura em 17 de agosto de 2021.

A consolidação do novo vetor de crescimento produziu uma rápida movimentação por parte dos proprietários fundiários. Isto é, a mudança significou novas oportunidades para o mercado imobiliário

Com a mudança da sede da prefeitura para a entrada da cidade, surgiram vários loteamentos, no sentido do novo vetor de crescimento. A decisão da prefeitura municipal, enquanto agente imobiliário, contribuiu para a valorização fundiária do bairro Manoel Leite, que estava localizado distante do centro da cidade. Situada a sudeste, essa área tornou-se urbana, ganhando visibilidade e valorização, principalmente após a implantação na vizinhança de um novo loteamento direcionado para rendas médias.

Inclusive, em sua entrevista, o prefeito Roberval Meira informou que: “Eu peguei uma escola que tinha, estava lá abandonada, onde as pessoas usavam indevidamente [...] reformei e transformei em um espaço social, colocando o serviço público para dentro do bairro; isto já foi um impacto [...] pavimentei algumas ruas, fiz um projeto de iluminação pública[...] (informação verbal)⁷.

Figura 4
Dom Basílio, 2021, após a mudança da sede



Fonte: Google Earth (2021).

Nessa imagem atualizada (2021), ainda observa-se que o loteamento 05, situado acima do estádio de futebol, que havia sido lançado com base no vetor de crescimento do Centro Histórico, encontra-se praticamente sem edificações. Ou seja, localizado na “contramão” do novo vetor de crescimento, o loteamento 05 reduziu sua capacidade de atração de novos moradores.

A consolidação do novo vetor de crescimento produziu uma rápida movimentação por parte dos proprietários fundiários. Isto é, a mudança significou novas oportunidades para o mercado imobiliário. Em 2016, antes da

⁷ Entrevista concedida a um dos autores na sede da prefeitura em 17 de agosto de 2021.

mudança da sede, existiam apenas dois loteamentos na cidade, o loteamento 01, ao sul, e o loteamento 02, mais ao nordeste. Contudo, nos anos seguintes, observou-se um aumento significativo no número de loteamentos, principalmente ao sul, atraídos pela mudança da prefeitura. As terras antes ocupadas por plantações de manga e maracujá, pressionadas pelo avanço da área urbana, foram envolvidas numa espécie de “explosão urbana”, que rompeu os limites da cidade e estabeleceu um segundo centro urbano.

Em continuidade à mudança da sede, a prefeitura realizou uma obra de urbanização, revitalizando e ampliando a entrada de acesso para a cidade, e contribuiu para uma maior valorização fundiária para os novos loteamentos (Sul). Na prática, a revitalização na entrada da cidade representou um convite de “bem-vindo a Dom Basílio”; um convite emoldurado em um moderno visual urbano e paisagístico, com a construção de um novo portal, uma pista ampla de rolamento, sinalização de trânsito, nova iluminação pública, espaço reservado para a acessibilidade e passeio para exercícios físicos.

Em paralelo, na vizinhança da sede da prefeitura, a oferta de infraestrutura na direção sul atraiu novos investimentos tais como a construção de um posto de gasolina e de um galpão de frutas. O Auto Posto Santo Antônio, construído no ano de 2020 na esquina do loteamento 03, está localizado a cerca de 200m da sede da prefeitura. Nesse posto, ilustrado na Figura 5, além dos serviços convencionais, existem restaurante, lanchonete, pizzeria e borracharia:

Figura 5
Posto de gasolina e o galpão



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O galpão de frutas ilustrado na Figura 5, com 500m², é usado para armazenar e embalar frutas (manga e maracujá) e possui rampas de acesso para carregamentos de caminhões e carretas; destaque-se que ambos, posto de gasolina e galpão, estão localizados no loteamento 04, o mesmo da prefeitura. Em acréscimo, nessa região foram instalados, ainda, os seguintes serviços: duas marmorarias; serralheria; marcenaria; lava-jato, dentre outros. Em entrevista dada ao autor desse trabalho, Antônio Carlos Lopes (informação verbal)⁸, proprietário do Auto Posto Santo Antônio relatou: “Comprei esse terreno para construção do posto por R\$ 50.000,00 e este ano fui comprar mais dois terrenos ao lado e o proprietário do lote me disse que só venderia pelo dobro do valor (R\$100.000,00)”.

O relato do proprietário do posto é uma evidência da valorização que a mudança da sede da prefeitura proporcionou às áreas vizinhas, resultado de distintos fatores: localização geográfica, ofertas de serviços públicos e privados. Em retroalimentação, com a movimentação de pessoas, novos empreendimentos comerciais e residenciais são atraídos, num processo dinâmico de valorização fundiária. Desta forma, o deslocamento da sede da prefeitura ampliou novas áreas de dinamismo comercial, como o aumento no número de áreas construídas, o surgimento de novos loteamentos como oportunidade de novas ofertas de terras, possibilitando o crescimento do setor imobiliário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar a relação entre a incorporação imobiliária e o papel do poder público municipal no processo de expansão urbana aplicado em uma cidade pequena, Dom Basílio. Ao pesquisar o processo de urbanização de pequenas cidades interioranas, nota-se a necessidade de extensão das redes de infraestrutura urbana e dos serviços públicos num contexto no qual são inúmeras as carências e dificuldades a serem enfrentadas.

Na análise realizada na cidade de Dom Basílio foram identificados dois fatores como os principais responsáveis pela sua expansão urbana atual. O primeiro fator que merece destaque consiste na mudança da sede da prefeitura municipal para a entrada da cidade, ação essa que desencadeou a construção de várias edificações em sua volta, novos loteamentos e a ampliação da oferta de serviços. Um segundo fator, de igual relevância, corresponde à incorporação imobiliária, ou seja, a construção de imóveis residenciais para comercialização mediante financiamentos bancários, dando destaque ao programa Minha Casa Minha Vida. A partir da execução destes empreendimentos, as áreas que compreendiam o espaço urbano, mas sem nenhuma infraestrutura, passaram a ser evidenciados pela prefeitura, que passou a oferecer infraestrutura, abastecimento de água, luz, implantação de sistemas de esgotos, pavimentação, serviços de saúde, educação, dentre outros.

A evolução urbana da cidade foi analisada a partir de três períodos estruturantes, que transformaram o tecido urbano da sede municipal: a) a ocupação inicial, em torno do Centro Histórico; b) a influência do Perímetro Irrigado de Livramento de Brumado; c) a mudança da prefeitura. Em todos os períodos a participação do poder público municipal foi determinante para a expansão urbana, conduzindo a valorização das terras e indicando o espaço de atuação dos incorporadores locais. Constatou-se, apesar de se tratar de uma cidade pequena, com pequena margem para investimentos públicos, na última década, Dom Basílio aumentou gradativamente a sua área urbana sob influência do poder público, que possibilitou uma atuação de incorporadores e investidores privados.

REFERÊNCIAS

AKAISHI, Ana Gabriela. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. *Risco*, Santo André, n. 14, p. 41-50, ago. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/issue/view/3732>. Acesso em: 22 maio 2021.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Jânio (org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2012. p. 81-102. (Série estudos e pesquisas, 94). Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid. Acesso em: 26 maio 2021.

BARBOSA, Renato Arléo. *Construindo para vender: guia prático para empreendedores: incorporação imobiliária básica*. Salvador: Quarteto, 2018. v. 1.

BRASIL. Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 dez. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4591.htm. Acesso em: 26 maio 2021.

CAIRES, Róbson Bonfim de; CAIRES, Rodrigo Bonfim. *A casa grande dos lençóis: Dom Basílio no século XIX: relações familiares entre o Capitão Calisto e o Major do Maranhão*. Salvador: Gráfica da Bahia, 2018.

DE TONI, Jackson. *A economia do setor público*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/economia-no-setor-publico-jackson-de-toni-dos-bens-e-servicos-providos-pelo.html>. Acesso em: 13 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades: Dom Basílio-BA*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/dom-basilio/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 10 jun. 2021

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; SANT'ANA, Marcel Claudio. Cidades médias e pequenas e desenvolvimento urbano: análise, desafios e perspectivas com base nos planos diretores. In: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Jânio. (org.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador: SEI, 2012. p. 233-248. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid. Acesso em: 26 maio 2021

RIBEIRO, Luís César Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas urbanas cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto: PPGAU-FAUFBA, 2015.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. *Trabalho familiar e fruticultura no perímetro irrigado de Livramento do Brumado-BA*. 2013. 246 f. Tese (Doutorado) - Núcleo de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5564>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*, Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63, 1998. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1167>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article>. Acesso em: 12 maio 2021.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Salvador: EDUFBA: Editus, 2002.



Márcia Telles

Secretária do Meio Ambiente. É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi assessora de fiscalização no antigo Centro de Recursos Ambientais (CRA) e coordenadora e diretora de Fiscalização e Monitoramento Ambiental no extinto Instituto de Meio Ambiente (IMA) e diretora-geral do Inema. É Coordenadora do Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais da Bahia e integra o Comitê de Enfrentamento e Combate à Seca e representa a área de fiscalização junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepam).

DESAFIOS PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE: UM OLHAR A PARTIR DO INEMA

Preservar, reduzir emissões de gases de efeito estufa e construir a tão almejada sustentabilidade. São desafios que há décadas fazem parte de uma 'eterna' ordem do dia. Como compatibilizar estas urgentes e necessárias demandas a um mercado de consumo cada vez mais intenso e veloz, associado a um contexto de explosão demográfica? Como o Estado pode ser protagonista de um movimento de natureza multidisciplinar e, ao mesmo tempo, difuso para que esta velocidade seja reduzida?

A complexidade desta pauta planetária é notadamente constatada nos fóruns pelo mundo afora, sobretudo entre as nações em seus diferentes interesses. No âmbito interno aos países, aqui destacando aqueles que ocupam o segmento de nações em desenvolvimento, aí incluso o Brasil, o desafio se torna ainda maior visto que a pressão sobre os recursos naturais tem como impulsionadora uma matriz econômica com perfil de produção primária. Esta configuração, sabidamente, é traduzida em desequilíbrio de forças econômicas, uma vez que tais países importam tecnologias e manufaturados, cabendo aos mais industrializados a justa responsabilidade pelo financiamento das medidas mitigadoras. Este sim é o cerne do debate.

Dito isto, temos um cenário que apresenta alterações no ritmo natural das mudanças do clima, provocadas pela ação humana, conforme cita o 5º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental. Não

obstante a incessante busca por um novo modelo de bem-estar social e crescimento, protagonizada por organizações da sociedade civil, empresas e políticos, não temos, até o momento, respostas que possam dar conta das soluções, o que em tese, pode levar ao colapso da civilização industrial contemporânea, segundo especialistas. Daí a urgente e imprescindível necessidade de uma participação do poder público com seu papel de comando e controle obviamente estruturado e legitimado por políticas de governo e com força suficiente para um amadurecimento que as transforme em políticas de Estado.

A postura de vanguarda da Bahia na pauta ambiental é uma marca reconhecida por outros estados da Federação. Os últimos 12 anos foram marcados por decisões técnicas e políticas que nos trouxeram avanços em termos de gestão, dentre estas a estruturação dos Sistemas Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos e sua principal instituição de execução, o Inema. A implementação do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) foi, sem sombra de dúvida, um marco na modernização da gestão, trazendo disponibilidade e fácil acesso às informações, integração entre dados de diversas áreas, transparência e otimização na tramitação de documentos. Além disso, associados ao SEIA, avançamos na disponibilização de informações geoespaciais via Geobahia e, hoje, com o Módulo de Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) e sua sincronização com o SICAR em nível nacional, temos a condição de observar quase um milhão de imóveis rurais e suas feições ambientais como Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito, suas atividades e Remanescentes de Vegetação Nativa.

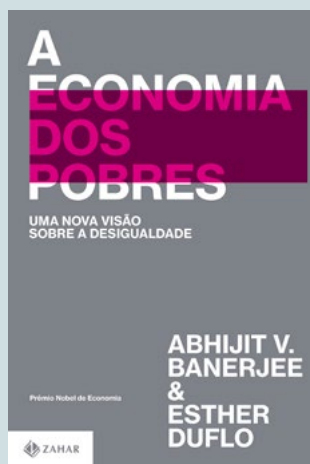
O instrumento tecnológico, especificamente o CEFIR, também tem forte e decisiva correlação com o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento e Queimadas no Cerrado (PP Cerrado), lançado pelo governo brasileiro em 15 de setembro de 2010 (CF. Decreto s/n de 15/09/2010). Dentre as principais linhas de atuação do plano, estão a promoção da regularização ambiental dos imóveis rurais, o incremento da política de comando e controle, incluindo o monitoramento ambiental, e a promoção de políticas de uso sustentável dos recursos naturais.

O CEFIR é uma realidade que está em sintonia com a Política Nacional da Biodiversidade (Decreto 4.339/2002), que estabelece os princípios e as diretrizes fundamentais para a conservação da biodiversidade em território nacional ao promover, de forma integrada, a conservação e a utilização sustentável de seus componentes na busca da justa e equitativa repartição dos benefícios derivados pela utilização dos recursos e dos conhecimentos tradicionais associados a estes. Uma vez que a citada regra determina o lançamento no sistema SEIA de todos os imóveis rurais do estado com todas as feições necessárias, tornando visíveis, por exemplo, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), que compõem um segmento da sociedade que historicamente, sempre dependeu da criação e consolidação de políticas afirmativas e de proteção.

Para além da regulação, um novo momento para a fiscalização é realidade com a entrada em operação da ferramenta Harpia, sistema desenvolvido pelo Inema que cobre nada menos que 41.600 km² de Mata Atlântica com uso de imagens de satélite que fazem o monitoramento florestal do estado, auxiliando não só nas ações de combate a infrações ambientais como em políticas de preservação e reflorestamento ao acompanhar sistematicamente ações de restauração tendo como importante desdobramento a mitigação dos efeitos do aquecimento global. Em constante aprimoramento, essa ferramenta já tem demonstrado que veio para ficar e, em pouco mais de um ano, já foram emitidas multas que ultrapassam os R\$ 22 milhões, obrigando ainda os infratores a uma execução das áreas degradadas. Ainda na busca de melhorias a ferramenta deverá se estender para os demais biomas.

No bojo da busca pelas soluções hoje, científica e exaustivamente debatidas, temos tratado e observado com especial atenção os movimentos propositivos em andamento e efetivamente realizados no que diz respeito às tão destacadas energias limpas. O Sol, os ventos e o hidrogênio extraível da água são apenas algumas das grandes pautas e iniciativas sobre as quais temos, institucionalmente, dedicado nosso interesse, sobretudo considerando os aspectos de regramento e tudo que envolve a sua institucionalização como política de governo e de Estado. São aprimoramentos técnicos de comando e controle que Sema e Inema cuidadosamente conduzem no sentido de dar a segurança jurídica e ambiental para esta seara tão almejada pela sociedade.

O dever constitucional do agente público, sobretudo aquele que elabora e propõe, impõe responsabilidades que vão muito além de um regramento, mas também de trazer a racionalidade ao debate, que deve ser essencialmente plural e contemplar os interesses de toda a sociedade. Garantir que a capacidade de suporte dos ecossistemas seja protegida para que as gerações futuras possam, minimamente, prover o seu sustento é hoje o desafio de um coletivo planetário, que pode também ser realizado de forma pontual em nossa casa, nosso bairro, nossa cidade e por aí adiante.



A ECONOMIA DOS POBRES

Banerjee e Duflo

A Economia dos Pobres é uma obra de Banerjee e Duflo, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 2019. Nesse trabalho os autores oferecem um retrato fiel da realidade e das aspirações de quem vive com menos de um dólar por dia, propondo assim uma nova maneira de pensar a luta contra a desigualdade. Banerjee e Duflo procuram apresentar uma narrativa coerente de como as pessoas em situação de extrema pobreza levam a vida e qual a lógica de suas escolhas econômicas. Eles argumentam que as políticas governamentais destinadas a ajudá-las muitas vezes fracassam por se fundamentarem em clichês e suposições equivocadas. Mudar expectativas e ideias pré-concebidas não é tarefa fácil.



CHINA CONTEMPORÂNEA: SEIS INTERPRETAÇÕES

Ricardo Musse

China Contemporânea: Seis Interpretações, livro organizado por Ricardo Musse, traz a reflexão sobre a potência comercial, industrial e financeira em que esse país se tornou. Repleto de muitas indagações sobre: como ela consegue combinar uma economia de mercado com um sistema político fechado, o planejamento estatal com a livre-iniciativa de gigantescas empresas privadas? O que pretende com a Iniciativa Cinturão e Rota? Quais são os efeitos dessa modernização acelerada e tecnológica sobre a vida cotidiana? Este livro se propõe a fornecer respostas para essas e outras questões. Discute-se sobre a gênese, o desenvolvimento e o futuro da China; há ainda interpretações sobre as características principais da economia, da sociedade, da vida política e da cultura do país-continente. Os ensaios foram redigidos por destacados analistas brasileiros, um grupo selecionado por suas contribuições relevantes e originais, resultantes de estágios de pesquisas no território chinês.



ECONOMIA DA FELICIDADE: RUMO A UMA NOVA MEDIÇÃO DA PROSPERIDADE DAS NAÇÕES

Carlos Alberto Ramos

Economia da Felicidade: Rumo a Uma Nova Medição da Prosperidade das Nações é um trabalho de Carlos Alberto Ramos que traz uma reflexão sobre os fatores que suscitam uma sensação de felicidade nas pessoas serem usualmente associados a debates e pesquisas no campo da filosofia, psicologia ou sociologia e a economia que direciona seu olhar a dimensões mais materiais, como nível e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), distribuição de renda, eficiência na alocação de recursos etc. Para o autor essa dicotomia não parece totalmente precisa. Pesquisas empíricas indicam que a aderência entre a evolução da renda pessoal e a sensação de felicidade não existe ou não é tão direta como o imaginário popular supõe. No lugar de abandonar o tema, os economistas passaram a dedicar maiores esforços para compreender a origem desse aparente paradoxo. Tentar responder a um leque de perguntas foi o desafio assumido por um conjunto de economistas que deu origem a uma vasta literatura acadêmica. Assim, o objetivo deste livro é apresentar essa literatura, suas categorias teóricas, avaliar seus avanços/fragilidades e vislumbrar em que medida poderá alimentar a formulação de políticas.

PÃO NOSSO DE CADA DIA (LADISLAU DOWBOR) 2021

Ladislau Dowbor

O livro *Pão Nosso de Cada Dia*, de Ladislau Dowbor, traz a discussão sobre como ganhar o pão nosso de cada dia tornou-se o principal desafio a ser enfrentado, sobretudo após o País voltar novamente ao mapa da fome e ver o desemprego disparar enquanto a economia derrete. Na reflexão do autor, um crescimento econômico sustentável e uma economia forte não dependem apenas de nossas atitudes, trata-se, essencialmente, de formas de organização social que assegurem oportunidades para todos, priorizando algumas necessidades que não podem faltar a ninguém. Para além das generalizações ideológicas, há a apresentação de propostas práticas para os diversos setores de atividades. É o bom senso aplicado à economia, sem falsas complexidades. O ensaio de Ladislau Dowbor propõe alternativas de desenvolvimento para a economia brasileira e apresenta conceitos de economia mista público-privada, dos mecanismos de regulação e do planejamento democrático do desenvolvimento.



ERROS DO PASSADO, SOLUÇÕES PARA O FUTURO: A HERANÇA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XX

Affonso Celso Pastore

No livro *Erros do Passado, Soluções Para o Futuro: a Herança das Políticas Econômicas Brasileiras do Século XX*, Affonso Celso Pastore analisa os erros de política econômica cometidos a partir dos anos 1960. Fundamentado em testes de hipóteses, e não na busca de fatos isolados que deem suporte a narrativas atraentes, o trabalho revela ângulos do problema que nunca foram devidamente considerados nas discussões sobre o tema. No primeiro capítulo, o autor expõe como a agricultura tornou-se um fator dinâmico no crescimento, e nos quatro capítulos seguintes é detalhado por que se chegou à superinflação dos anos 1980, começando pelas reformas institucionais do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) voltadas ao controle da inflação; os verdadeiros erros cometidos durante o “milagre brasileiro”; como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) expôs o País à crise da dívida externa e de que forma a crise atual acarretou uma superinflação. Os dois últimos capítulos são dedicados ao eterno problema fiscal e à destruição dos mitos sobre o câmbio e seu papel no crescimento.

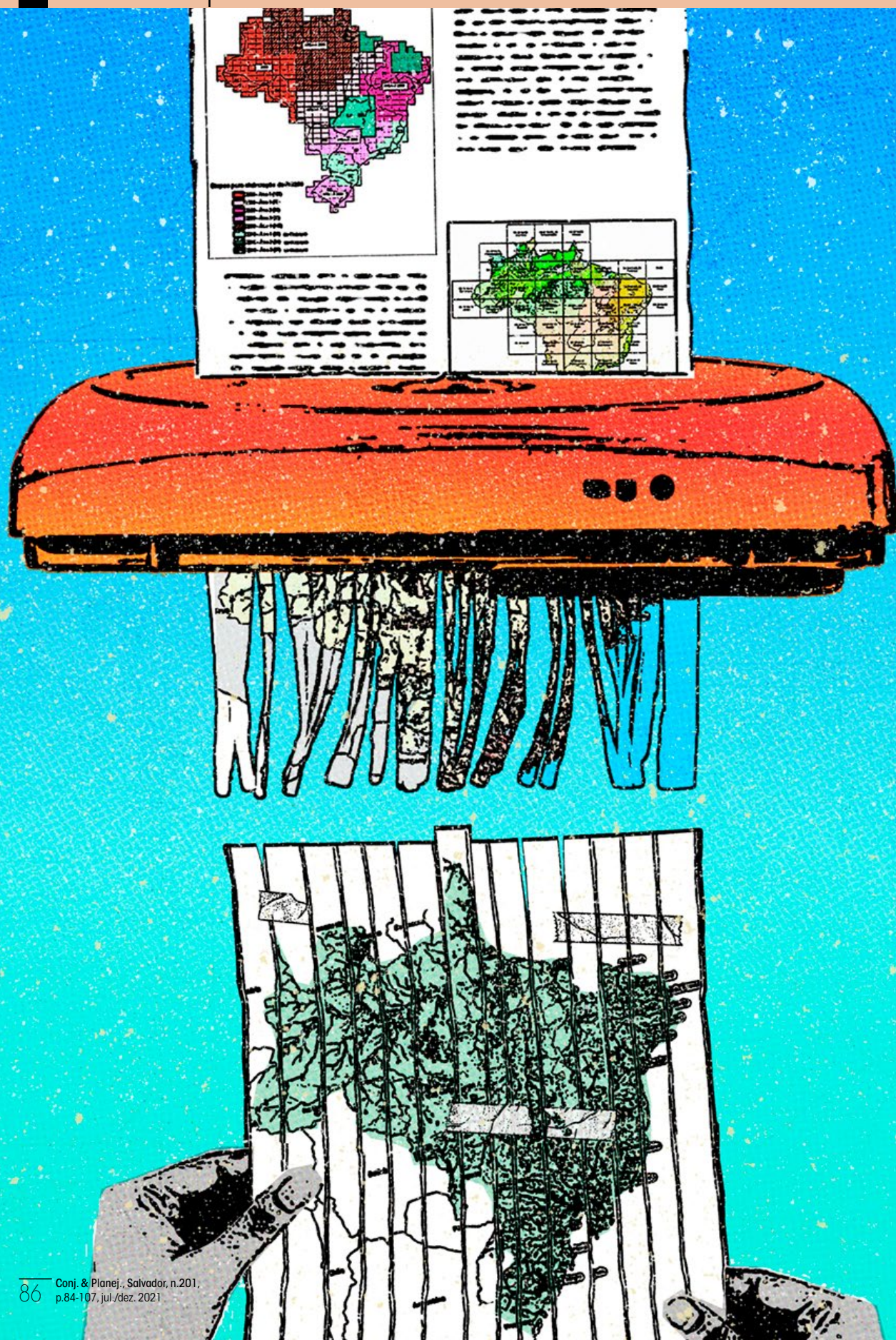


A ECONOMIA BRASILEIRA DE GETÚLIO A DILMA – NOVAS INTERPRETAÇÕES

Victor Leonardo de Araujo e Fernando Augusto Mansor de Mattos

A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma, livro organizado por Victor Leonardo de Araujo e Fernando Augusto Mansor de Mattos, propõe revisitar a longa trajetória da economia brasileira desde a década de 1930 bem como seus elementos constitutivos: política econômica, estratégias de desenvolvimento, crises e retomadas. Neste livro, as abordagens teóricas utilizadas têm em comum matrizes não ortodoxas para as mais de oito décadas aqui debatidas, fugindo do simplismo que, por exemplo, atribui as crises inflacionárias e as recessões à ação “irresponsável” do Estado “gastador” e “populista”. As abordagens aqui utilizadas privilegiam outros elementos explicativos, compatíveis com as várias tradições heterodoxas – keynesiana, kaleckiana, sraffiana, regulacionista e marxista.

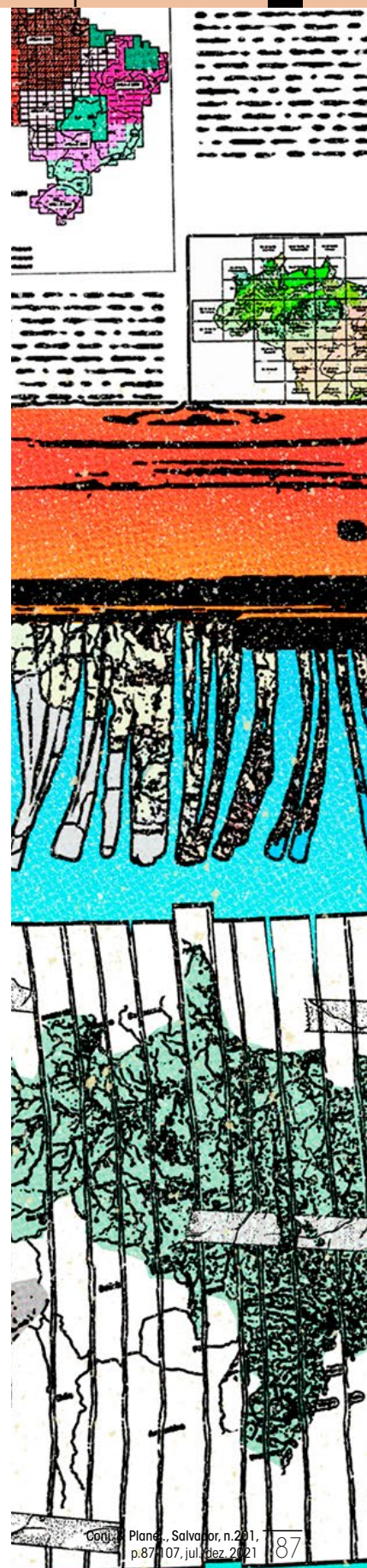




RECUPERAR O PLANEJAMENTO PARA O BRASIL - ENSAIO EM HONRA DE JORGE AHUMADA

Fernando Pedrão
Doutor e Livre-docente
pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA).
fernandocpedrao@gmail.com

NAS CONDIÇÕES atuais do Brasil uma recuperação do planejamento implica em definir um modelo nacional de desenvolvimento adequado para reverter os processos prevaescentes de estagnação, dependência e desemprego. A classe dominante brasileira sempre rejeitou o planejamento, que implica uma racionalidade incompatível com favorecimentos e corrupção. A questão nacional hoje se insere em um quadro mundial adverso e é preciso definir um modelo global com suas dimensões econômica, social, técnica e cultural para erguer o País. Implica pensar sobre a verdadeira complexidade do País, com as injunções de suas relações externas. A economia mundial hoje combina tendências de crescimento em alguns países com bloqueio de crescimento e tendência à estagnação de muitos outros, tanto no centro como nas periferias da economia mundial. Superar o subdesenvolvimento revela-se uma questão de sobrevivência nacional que consiste em reverter processos negativos inerentes à reprodução do capital monopolista. Os meios oferecidos pelas políticas de equilíbrio oferecidas pelas políticas liberais são impotentes para reverter as tendências negativas impostas pelo capital monopolista.



É preciso admitir a racionalidade ideológica e a tecnológica, que é o veículo social da modernidade, que não existe sem sua história, mas que só aborda a história por meio dos aspectos materiais da vida

Com uma visão organizada sobre um horizonte temporal móvel provável, o planejamento é o principal modo de política econômica que pode mobilizar a capacidade reflexiva nacional nos objetivos de progresso material e independência política. Por isso, o planejamento hoje é uma necessidade de todas as economias envolvidas nos processos de modernização, tanto das líderes como das lideradas, embarcadas em uma contradição essencial entre sobreviver em paz ou continuar tendendo a uma guerra de destruição total. São diferentes necessidades entre as de países mais ou menos autossuficientes e de países dependentes. É uma ironia da história, pela qual as empresas planejam e os países não.

O planejamento é uma arte de uso dos processos sociais, que começou como uma técnica militar alemã, que foi absorvida e operacionalizada pelos soviéticos e aplicada pelos países ocidentais depois da Segunda Guerra Mundial. É um uso sistemático de racionalidade operacional que entrou em conflito com os interesses dos blocos dominantes que se encontram melhor representados pela falsa racionalidade neoliberal. No ambiente de políticas públicas imediatistas o planejamento tornou-se um argumento de oposição¹.

O planejamento combina ideologia e tecnologia: usos sistemáticos de tecnologias com fundamentos ideológicos conscientes, já que a explicitação dos fundamentos ideológicos é parte da racionalidade requerida. Assim, é preciso admitir a racionalidade ideológica e a tecnológica, que é o veículo social da modernidade, que não existe sem sua história, mas que só aborda a história por meio dos aspectos materiais da vida. Por isso, impõe-se um agir dos estados nacionais pelo fundamento material da economia sem se separar de sua identidade ideológica. Todo planejamento tem um componente tecnológico aparente que é sua capacidade operativa; e um componente ideológico subjacente que resume os interesses que determinam o rumo das políticas. Por isso, impõe-se assumir o fundamento humanista que requer uma dimensão de planejamento nas bases sociais².

A mensagem ideológica está no modo de olhar para a sociedade, de trabalhar com ela ou trabalhar sobre ela. A luta pelo planejamento surgiu como o principal modo de superação de formas coloniais de economia subordinada; e representou o momento em que uma elite latino-americana formulou um ponto de vista próprio sobre distribuição da renda, mobilidade social e independência política. Esse foi o papel das políticas gestadas nos governos Irigoyen (Argentina) e Cárdenas (México) na década de 1930 e do governo Vargas na década de 1950. Surgiu uma visão latino-americana do

1 Potencialmente, também de autocrítica, que é uma prática necessária para superar a dependência.

2 Experiências no Chile, na Bolívia, no Peru, no México, no Nordeste, mostram a abordagem local como essencial na representação social do planejamento.

processo, principalmente representada pela CEPAL na década de 1950, que se tornou referência mundial no tema e foi atropelada pelo golpe de Estado de 1973, que passou a ter que ser atualizada para confrontar o conservadorismo emergente.

Para uma abordagem atualizada, é preciso desenvolver um olhar comparativo sobre experiências de planejamento desde então. A visão da CEPAL distanciou-se das versões europeias e veiculou uma criatividade que se concretizou em teorias sobre dependência, sobre estilos de desenvolvimento e sobre o resgate das civilizações indígenas americanas. Entrementes, sob a hegemonia do capital internacional, o planejamento burocratizado foi destituído de sua função básica de criar opções de desenvolvimento para romper o círculo vicioso da estagnação inflacionária.

O Brasil é um caso extremo de atualização do atraso, de valorização do individualismo e de rejeição de valores sociais

ASPECTOS BÁSICOS

O planejamento é a escolha de um estilo³ de política econômica baseado em racionalidade sistemática de decisões e em engajamento social⁴. Para que funcione, é preciso que haja uma progressiva interação entre os planos e a sociedade, que seus fundamentos ideológicos estejam claros. Subentende-se que se planeja para encontrar um caminho socialmente adequado de modernização. Trata-se de valorização social, que se coloca como meio de superação de estruturas arcaicas que se modernizam. O Brasil é um caso extremo de atualização do atraso, de valorização do individualismo e de rejeição de valores sociais.

Na prática, impõe-se uma sistematização da política econômica e social com a transformação de objetivos gerais em metas específicas e quantificadas, determinadas em tempo e espaço e organizadas segundo prioridades. Cada conjunto de metas é parte de sequências e as metas são interdependentes. As prioridades devem ser logicamente consistentes ou não contraditórias e têm limites nos sistemas de recursos.

A referência básica do planejamento é a economia nacional, na qual estão alguns dos instrumentos necessários que são:

3 O conceito de estilos de desenvolvimento foi posto em circulação no ambiente da CEPAL no início dos anos 1970, distinguindo estilo colonial, estilo industrial e estilo cultural. Pesquisas de José Ibarra, Oscar Warsavski, Norberto Gonzalez e vários outros. É uma concretização histórica do conceito de modo de produção capitalista em maior abrangência que o conceito original de formas de produção.

4 Habermas (1987) publicou um tratado intitulado *Teoria da Ação Comunicativa*, que atribui um papel central às condições de diálogo na sociedade moderna comparado com a razão instrumental de políticas estatais. É uma postura polêmica dado o fato que o planejamento é realizado sob pressão de circunstâncias geralmente adversas. O plano de desenvolvimento econômico e social para a Bahia -1960-1963- foi o primeiro do gênero na América Latina.

A migração de capital tornou-se um dos principais fatores de subdesenvolvimento, que desmascarou a famosa falta de poupança, quando os grupos sociais detentores de dinheiro migram para países ricos sob diversos pretextos e transferem seus recursos para seus novos destinos

- [a] A relação entre a esfera real e a financeira da economia, que operam com diferentes velocidades e em seu conjunto dão a velocidade média do sistema (ADLER, 1974), aumentando seu componente industrial ou se mantendo como sistema de produção rural ou como um sistema organizado a partir de funções financeiras. As economias latino-americanas são principalmente produtoras de produtos mineiros e da agropecuária. A economia da Noruega é produtora de petróleo e gás, mas é principalmente aplicadora em fundos financeiros soberanos.
- [b] A relação entre infraestrutura e sistema produtivo, que indica a capacidade de resposta do sistema a variações de demanda, por exemplo, quanto mais pode produzir soja se aumenta a demanda mundial. Há uma relação estrutural entre sistemas de transportes e comunicações e sistema produtivo que evolui segundo tecnologias. A escolha das tecnologias é econômica, é parte da política econômica (LANGE, 1986).
- [c] A relação entre balança comercial e fluxos de capitais, que indica como o sistema reage a necessidades de dinheiro, se com recursos próprios ou se endividando. Economias produtoras de petróleo geralmente têm saldos comerciais positivos e aplicam no exterior.

Os sistemas econômicos nacionais são sistemas abertos por relações econômicas internacionais, que têm um dinamismo inercial, isto é, que é determinado pela continuidade de seu funcionamento. O sistema gera uma quantidade de poupança que pode se reincorporar na produção como formação de capital, que pode se esterilizar como consumo ou que pode migrar para o exterior incorporando-se às economias de outros países⁵. A migração de capital tornou-se um dos principais fatores de subdesenvolvimento, que desmascarou a famosa falta de poupança, quando os grupos sociais detentores de dinheiro migram para países ricos sob diversos pretextos e transferem seus recursos para seus novos destinos. A desnacionalização é um dos principais problemas do Brasil hoje⁶.

O coração teórico do planejamento é a articulação entre a visão de totalidade da economia, com suas articulações internacionais e sua organização interna, e sua composição em setores e regiões, com o engajamento de força de trabalho. O crescimento da produção implica sempre deslocamentos na composição do sistema com alocação de capital e composição de empregos.

5 Dinheiro poupado não aplicado torna-se entesouramento e costuma ser um componente importante em economias asiáticas. Crises com o dólar levam hoje à tendência de poupar em ouro e em pedras preciosas.

6 Informações da mídia semiespecializada indicam que uns 2.300 milionários brasileiros migraram para países ricos, além de que empresas brasileiras migraram para os Estados Unidos e agora para a China.

Todo plano tem um efeito sobre a distribuição da renda, que deve ser explicitado e avaliado para inferir sobre as perspectivas de demanda. A avaliação do efeito distribuição do plano tem um componente macroeconômico e outro microeconômico, mas no essencial reflete uma dinâmica de relações de classe, em que entram movimentos de ascensão entre classes populares e classes médias e movimentos de empobrecimento que atingem as diversas classes e resultam em concentração de renda.

O planejamento regional em geral⁷, incluindo o planejamento estadual, é aproximativo porque está condicionado pela política econômica nacional, que é somente a que conta com referências institucionais de política e controle das relações com o exterior. Em todos casos de planejamento regional é preciso partir de um indicativo da margem de autonomia de decisão com que se conta, que está indicada pela estrutura de financiamento do plano⁸.

Em todas as suas variantes, o planejamento é uma atividade realista que envolve o desempenho de instituições e pessoas com uma variedade de posições ideológicas que podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao plano. Daí ser necessária uma avaliação inicial das condições institucionais para o planejamento e de possíveis margens de flexibilidade na sociedade para adaptar estilos de poupança às prioridades do plano. Tal avaliação será parte necessária do diagnóstico em que se apoia o plano. Consiste em um esforço de avaliação de competências ou da efetividade do sistema público para planejar. Subentende-se que a modernização do setor público é o primeiro passo para planejar. Modernização do governo implica treinamento multisetorial, com condições confiáveis de conhecimento sobre o estado ou a região. O componente de conhecimento urbano entra como um setor estratégico e sobre o sistema de cidades.

Por essas razões e considerando que o conhecimento local direto tende a ser inadequado, em todos os sistemas de planejamento é prática consagrada o treinamento contínuo da equipe que planeja. Isso se aplica ao planejamento global e ao setorial porque em todas situações se encontram projetos estratégicos cujo controle depende de conhecimento concreto local. Por exemplo, projetos tais como transposição do Rio São Francisco e como FIOEL requerem esse tipo de conhecimento.

O planejamento
é uma atividade
realista que envolve
o desempenho
de instituições e
pessoas com uma
variedade de posições
ideológicas que
podem ser favoráveis
ou desfavoráveis
ao plano

7 O planejamento regional pode ser de regiões específicas ou uma visão regionalizada do sistema nacional. No México, no Chile, no Peru, chegou-se a colocações nacionais do tema regional. Historicamente, o Nordeste é a única região do Brasil que já foi pensada e trabalhada como unidade histórica, cultural e econômica. O desmonte do planejamento do Nordeste é um dos principais desastres causados pelas elites nordestinas, que prosseguiu na chamada Nova República.

8 O plano de desenvolvimento para a Bahia, de 1960 a 1963, tinha controle apenas de 17% sobre o financiamento necessário e usava mecanismos indiretos de financiamento.

Para elaborar o arcabouço sintético do plano é necessária uma visão estratégica da economia, que é o sentido de valorizar o que se considera importante e descartar componentes supérfluos

Todo plano parte de um arcabouço sintético em que se combinam relações macroeconômicas básicas com sensibilidade técnica e política. É quando se fazem escolhas básicas, como entre apostar em mineração com capitais externos ou produção industrial própria. Para elaborar o arcabouço sintético do plano é necessária uma visão estratégica da economia, que é o sentido de valorizar o que se considera importante e descartar componentes supérfluos (TINBERGEN, 1986).

Nesse sentido, estão recursos mundialmente escassos, especialmente água, com seu desdobramento em energia e água para consumo humano e problemas urbanos. Será sempre útil uma análise comparativa de experiências de planejamento tanto global como setorial e regional.

O FUNDAMENTO CONCEITUAL DO PLANEJAMENTO

O planejamento surgiu de um sistema de decisões do Estado-Maior alemão na guerra de 1870 e foi adotado pela União Soviética para conduzir a economia de guerra e depois no NEP para chegar a resultados socialmente necessários. Foi adotado pelos Estados Unidos na década de 1930, no plano do vale do Rio Tennessee. Basicamente, para enfrentar uma insatisfação com os resultados sociais da prosperidade do capital que gera maiorias de muito pobres e pequenos grupos de muito ricos. Só pode haver planejamento quando o Estado alcança uma eficácia suficiente para interferir no mercado de trabalho, seja criando oportunidades de emprego, seja apoiando um setor privado capaz de empregar.

A maré empírico-analítica ou liberal-conservadora que prevalece no mundo ocidental desde a década de 1970 opôs-se ao planejamento sistemático, preferindo políticas guiadas por sinais de mercado, sem distinguir entre sinais estruturais e conjunturais. Há muitos argumentos para provar que essa tendência, hoje representada pelas políticas de austeridade, são indiferentes a objetivos de desenvolvimento.

Para uma avaliação realista em perspectiva histórica é preciso considerar que a capacidade de planejar só se desenvolve planejando, pelo que o planejamento é sempre uma atividade progressiva em extensão e em qualidade que pressupõe capacidade de autocritica a que os sistemas de poder são infensos.

A crise do modelo econômico é extensão da crise ideológica polarizada pelo planejamento. A questão central do fundamento teórico é o cálculo econômico fundado no coletivo da sociedade que é o histórico concreto,

incomparável com a abstração macroeconômica (BETTELHEIM, 1984). O histórico social concreto carrega uma cultura, uma linguagem e ideologias representativas das classes sociais que a compõem. O choque cultural do conflito entre o mundo moderno do capital e o das sociedades patrimoniais foi acionado por contradições das sociedades pós-coloniais antiquadas, acionadas pela expansão do capitalismo consequente das guerras mundiais. O aparecimento de setores modernos em sociedades regidas pela grande propriedade rural gerou reações imobilizantes da aliança entre capital mercantil, capital rural e forças armadas, resultando em governos autoritários e judiciário classista. Em uma perspectiva histórica realista a fundamentação teórica do planejamento situa-se historicamente como um corpo conceitual que partiu de um reformismo burguês para descobrir a fluidez da composição de classes nas sociedades que empreenderam experiências de planejamento. Por isso, o planejamento econômico precisa estar sustentado em uma análise sociopolítica historicamente fundamentada.

O choque cultural do conflito entre o mundo moderno do capital e o das sociedades patrimoniais foi acionado por contradições das sociedades pós-coloniais antiquadas, acionadas pela expansão do capitalismo consequente das guerras mundiais

Após décadas de desastre causado pelos golpes de Estado, em vários países latino-americanos há sinais de ressurreição em vários países, com novos experimentos em política econômica. No Brasil, o movimento negativo começou com o antiplanejamento da era Simonsen, seguido da desvalorização do Ministério de Planejamento nos sucessivos governos, reduzido a elaborar orçamentos negociados até o atual oportunismo conservador.

O MODELO ECONÔMICO BÁSICO

A atividade de planejar precisa ser contínua, para atualizar o material para os planos, que subentendem um acompanhamento conjuntural. A elaboração de planos é apenas um momento na sequência de atividades de acompanhamento da economia. Apoia-se em todo caso em um esquema sintético central que carrega a visão de conjunto do sistema. Tal visão depende sempre de algumas relações básicas com seus desdobramentos. Traduz-se em um esquema geral de análise.

São elas:

- [a] A relação capital/produto, que carrega a tendência histórica do sistema. Sintetiza a eficiência produtiva do capital que não é o mesmo que sua rentabilidade. A reprodução do capital acumulado é um peso crescente no sistema, da efetividade da formação de capital que depende que os setores dinâmicos preponderem sobre os inertes.

- [b] A relação produto/investimento, que descreve a eficiência econômica do capital para se reproduzir e que se sobrepõe à eficiência sistêmica dos investimentos contempla o peso das despesas em manutenção sobre investimentos novos. Por exemplo, a manutenção das estradas pode ser classificada por sua importância estratégica.
- [c] A relação investimento/emprego, que reflete a eficiência social do sistema econômico em ocupação efetiva e em renda familiar. Distinguem-se efeitos temporários, como em obras contra as secas, de efeitos consistentes de ampliação de capacidade produtiva.
- [d] A relação entre economia formal e informal. Relação entre cifras setoriais de emprego e informalidade aparente. Há uma informalidade organicamente estabelecida e outra flutuante; e ambas precisam ser avaliadas. Será preciso reconhecer a realidade e realizar estimativas de ocupação em atividades contraventoras.
- [e] A relação entre coeficiente de importação e coeficiente de exportação. Relação entre pressão da balança comercial e fluxos de capitais. É o principal indicador da dependência do setor externo. A substituição de importações é apenas um movimento parcial que só se completa com substituição de exportações.
- [f] A relação entre fluxos de capital produtivo e capital especulativo. Investimentos registrados vs. cifras de bolsa. Indica a dependência de movimentos de capital que induzem taxas de juros inibidoras da economia nacional. O aumento da proporção de capital especulativo indica correspondente aumento da vulnerabilidade da economia.

Subjaz que a determinação de uma taxa de crescimento pretendida pelo plano surge do cruzamento dessas três relações perante dados de mercado que aparecerão [a] na taxa de câmbio, [b] no endividamento internacional e [c] nas variações de fluxos internacionais de capital.

O financiamento do plano parte da receita tributária efetiva⁹ comparada com os custos operativos do governo em geral e com a geração de poupança para investimento.

Com essas referencias o planejamento precisa de análise de desempenho da economia que pode ser apresentado como a dinâmica financeira resultante da relação entre [a] os saldos correntes e de capital do setor externo;

9 Há um problema de análise do setor público em que se comparam receitas brutas com eficiência dos tributos e com custos operacionais da máquina pública.

[b] os saldos do setor público consolidado e; [c] os saldos da operação monetária e financeira.

Sobre os cruzamentos dessas três relações foram consideradas taxas de crescimento prováveis, com um critério de probabilidade frente a cenários externos variando entre positivos e negativos, e considerando previsões de exportações e de importações.

Os modelos de planejamento usados pelas Nações Unidas tomaram como base o modelo dinâmico de Roy Harrod, que combinaram com a análise interindustrial de Wasily Leontief. Colateralmente utilizaram a análise industrial de Alfred Marshall. Somente na CEPAL, da década de 1960, foram considerados os trabalhos de Nicholas Kaldor. Os modelos de desenvolvimento que contemplaram ajustes estruturais industriais (CHENERY, 1957; KALDOR, 1969) só foram considerados em planejamento de países avançados.

O modelo básico nunca é somente macroeconômico porque contempla expectativas de desempenho industrial e rural que só podem ser aferidas por pesquisa direta com empresas e produtores. A análise microeconômica convencional não tem condições técnicas de captar eficiência sistêmica (ATTALI; GUILLAUME, 1975; HICKS, 1965; MARCHAL, 1955). Os dados de entrevistas entram sempre como parte da esfera microeconômica, mas são estatisticamente incontroláveis.

Para o planejamento, a macroeconomia tem um papel diferente daquele de análise genérica e de políticas monetárias. Todo plano parte de um arcabouço sintético no qual se combinam relações macroeconômicas básicas com sensibilidade política. É quando se fazem escolhas básicas como entre apostar em mineração com capitais externos ou produção industrial própria.

Na elaboração de um modelo básico para um plano específico é indispensável tomar em conta os mecanismos de dinâmica do sistema, que são o multiplicador do emprego e o efeito acelerador da substituição de equipamentos. O primeiro opera sobre uma dada tecnologia e o segundo opera sobre mudanças de tecnologia. O multiplicador de emprego pode ser descoberto como o efeito emprego de uma determinada obra pública ou de um investimento no sistema produtivo. O acelerador é o efeito de substituição de equipamentos tal como em uma frota de navios ou de ônibus,

Esses efeitos dinâmicos particulares aparecem adiante no efeito geral que é o de causação circular acumulativa que pode ser o movimento positivo em espiral do sistema, ou de causação circular acumulativa negativa quando

O modelo básico
nunca é somente
macroeconômico
porque contempla
expectativas de
desempenho
industrial e rural
que só podem ser
aferidas por pesquisa
direta com empresas
e produtores

O planejamento opera em situações conjunturais específicas na combinação de variáveis externas e internas

aparecem situações de desestruturação. Esse último claramente apareceu quando da privatização do sistema elétrico brasileiro.

RENDA ATUAL E POTENCIAL

O planejamento opera em situações conjunturais específicas na combinação de variáveis externas e internas. Para avaliar possibilidades de alterar a taxa garantida é preciso distinguir a renda atual, o potencial de compra e o potencial de crescimento da renda, que depende de tecnologia e mercado. É o panorama estratégico sobre o qual se definem prioridades. Por esse meio descobre-se a dificuldade estrutural do Brasil, cuja renda é gerada por setores de baixa tecnologia e tem um quadro adverso de financiamento, operando com elevada concentração financeira e com as contas externas dependentes de capital especulativo. Vazamentos da formação de capital agravam esse quadro regido pela lógica do individualismo.

Nesse quadro reitera-se o princípio básico do planejamento, que é de atuar por meio de ações progressivas, de ampliar o leque de escolhas e alongar o horizonte móvel da formação do capital.

O FUNDAMENTO CULTURAL E IDEOLÓGICO

A fragilidade do fundamento histórico da maior parte das experiências de planejamento terminou por seu principal ponto fraco na avaliação dos processos de planejamento nos países latino-americanos. Pesquisas e projetos realizados nas últimas décadas, que mostraram a necessidade de reconhecer os fundamentos culturais, põem uma importante correção de curso no reconhecimento das civilizações americanas. Assim, tratar objetivamente o fundamento imaterial das políticas econômicas em geral, que abrange os antecedentes culturais e o subsolo psíquico da vida econômica. Como o planejamento surge de uma combinação de ideologia e tecnologia é essencial reconhecer seu fundamento cultural e ideológico, que varia com sua expressão política. Em suas raízes europeias o planejamento apareceu como instrumento da racionalidade da modernização, que foi apropriado pelos sistemas autoritários (LEWIS, 1984). Tornou-se instrumento de reconstrução social na Ásia. Na América Latina foi parte essencial das propostas de modernização reformista que atualizaram a disputa entre forças sociais voltadas para valorização social e forças defensoras da aliança subalterнизada com os poderes hegemônicos. Nessa qualidade é o instrumento básico da luta contra o neoliberalismo conservador.

AVALIAÇÃO DE SENSIBILIDADE DA ECONOMIA

As economias nacionais têm variada sensibilidade às variações da economia mundial que dependem de sua diversificação e de sua qualificação técnica. Entre economias que produzem café e bananas ou arroz, cacau e bananas e economias industrializadas e que exportam serviços técnicos há diferenças de sensibilidade e de capacidade para resistir a variações negativas de mercado. O principal indicador de resistência e capacidade de adaptação é a qualificação tecnológica. Empresas produtoras de tecnologia distinguem economias como da Alemanha, da Holanda, de Israel e hoje da Rússia e da China, além dos Estados Unidos.

O planejamento
requer uma clara
inserção na realidade
da economia mundial
e da capacidade
de ajuste da
economia nacional

O planejamento requer uma clara inserção na realidade da economia mundial e da capacidade de ajuste da economia nacional. Esse requisito implica análises de sensibilidade.

A sensibilidade das economias nacionais é o indicador geral de sua capacidade de se adaptarem às flutuações da economia mundial. Para operacionalizar uma avaliação de sensibilidade propõem-se análises em três níveis. Primeiro, sensibilidade à conjuntura que deriva da variedade de mercadorias que são transacionadas. Em segundo lugar, a sensibilidade à qualidade da produção que implica em competitividade. Terceiro, sensibilidade para avaliação objetiva de resultados.

PRIORIDADES

Planejar é escolher entre opções possíveis em prazos disponíveis, para maximizar efeitos indiretos mais duradouros. Prioridade é escolher fazer primeiro o que não pode ser feito depois e que permite fazer o demais depois. A determinação de prioridades é quando se definem os rumos da economia.

Na identificação de prioridades procuram-se efeitos em cadeia com elevado impacto. Por isso há uma questão de prioridades. A definição de prioridades é o que tem que ser feito antes para que se possa fazer depois o demais. É necessário considerar:

- [a] Continuidade dos investimentos em curso, considerando que é sempre mais caro interromper projetos que concluir.
- [b] Novos investimentos de maior efeito indireto. Ampliar os efeitos de programas de investimento.

A elaboração de um plano é um processo de ajuste entre metas desejadas e possíveis, com restrições dadas pela capacidade instalada em indústrias estratégicas

[c] Investimentos estrategicamente necessários para sustentação da taxa de crescimento. Escolha de investimentos para desbloquear a economia.

Um critério básico para definição de prioridades é garantia de recursos que terá que ser avaliada durante a elaboração do plano. Mas, prioridades estão expostas a variações conjunturais, como de preços, pelo que devem ser revistas para garantir a consistência orgânica do plano.

Para uma análise econômica para planejamento é indispensável considerar que as flutuações cíclicas acontecem sobre um produto social em expansão, portanto, sobre mudanças estruturais (CHENERY, 1978). É uma posição que discorda do clássico da política econômica que Tinbergen (1974) propõe uma abordagem baseada em teoria dos jogos, que ignora os fatores de incerteza do contexto social.

A IMAGEM-OBJETIVO DO PLANO

Todo planejamento trabalha com uma disjuntiva entre taxa de crescimento, que pode ser atribuída à inércia do sistema atual, taxas de crescimento pretendidas e rumos de desenvolvimento que se determinam por mudanças estruturais. As taxas de crescimento pretendidas apoiam-se em taxas possíveis, que foram definidas por Roy Harrod como taxas garantidas¹⁰. Estas últimas compreendem a continuidade da dinâmica existente e deslocamentos de rumo, que podem ser afetados por tendências de mercado e por absorção de tecnologia.

A elaboração do plano é um exercício dialético de tentativa e erro que descobre margens de erro de informações e principais causas de fracasso de sistemas anteriores. A elaboração de um plano é um processo de ajuste entre metas desejadas e possíveis, com restrições dadas pela capacidade instalada em indústrias estratégicas. O controle de margens de erro (MORGENSTERN, 1964) é o indicador de confiabilidade do plano.

A imagem-objetivo a que se pretende chegar resulta de um processo de aproximação no qual o principal filtro de certeza é a própria experiência do planejamento. Por isso, nesse exercício contam muito as comparações entre diferentes experiências de planejamento.

¹⁰ Roy Harrod trabalhou esse tema em dois textos famosos que são sua Economia Dinâmica de 1939 e o Segundo Ensaio Dinâmico de 1960 em que ele nega a consistência teórica da curva da demanda.

A QUESTÃO DE VALOR E PREÇOS

O tratamento do sistema de preços é um dos aspectos mais delicados e controversos da política econômica, que oscila entre a pretensão liberal de se retirar de interferências do Estado nos preços, que significa deixar por conta dos monopólios, e as tentativas simplistas de controle autoritário de preços sem contar com instrumentos eficientes. Há uma diferença entre composição atual de preços, tendências de preços por custos e margens de falibilidade por efeito de substituição de mercadorias. É inevitável ter políticas realistas de preços que fazem escolhas entre pautas de consumo por grupos sociais. Por exemplo, a classe média argentina, que foi grande consumidora de carne, deixou de ser e a classe média brasileira presume que tem direito a consumir carne enquanto as classes médias europeias consideram carne consumo de luxo.

A classe média argentina, que foi grande consumidora de carne, deixou de ser e a classe média brasileira presume que tem direito a consumir carne enquanto as classes médias europeias consideram carne consumo de luxo

Na realidade não há como definir políticas de preços sem considerar composições de consumo e capacidade de subsídio, que as políticas de mercado negam, mas que praticam. Os problemas de preços fazem parte do cotidiano da política econômica e são enfrentados de modo positivo ou negativo, acumulando ou reduzindo tensões sociais.

No capitalismo o valor se concretiza em preços. Vimos que a determinação dos preços é um processo que se desenvolve sobre a produção para consumo básico, que é apropriada como atividade do capital e se torna um mecanismo básico de organização do sistema produtivo. Trigo, milho, cevada, centeio e arroz são mercadorias que estão na base da pirâmide dos chamados bens salário. Nesse processo o valor social das mercadorias inicialmente está determinado pelo trabalho incorporado nelas, mas essa incorporação está regulada pelas condições de contrato de trabalho.

Quando as mercadorias vão ao mercado esse valor se converte nos preços com que elas são negociadas e como elas se articulam com outras mercadorias formando conjuntos tecnologicamente definidos¹¹. No mercado não há preços individuais, há coortes de preços que se traduzem em pressões de mercado (BOULDING, 1954). Os preços refletem as condições técnicas do mercado e o modo como o mercado é manipulado por alguns de seus participantes que controlam essas condições técnicas. A determinação dos preços é afetada por fatores irracionais, tais como tradições e religião. Os preços são sintomas da engrenagem produtiva por trás dos produtos.

11 Muito trabalho realizado não se completa ou não é reconhecido. Áreas plantadas que se perdem, bens de consumo que não se concluem.

A tarefa básica
do planejamento
é selecionar
informações
representativas e
adotar sondagens
para corrigir desvios
de tendências

O planejamento representa interferência no sistema de mercado, que precisa ser administrada em movimento gradual e com equilíbrio para prevenir efeitos negativos incontroláveis. As interferências em alimentos básicos, como milho nos países andinos e feijão no Brasil, têm sido repetidos fracassos.

A análise econômica orientada para ver os fenômenos da indústria tem passado por alto a centralidade do comércio. Algumas mercadorias de uso generalizado, como parafusos, precisam ser objeto de políticas especiais, seja para quebrar controles de oligopólios ou para garantir suprimento. O comércio é a parte mais delicada dessa operação em que sempre é socialmente vantajoso reduzir as etapas de intermediação entre produtores e consumidores. A experiência sugere que se prefira mecanismos flexíveis de tratamento de preços.

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Todo trabalho de planejamento encontra um sistema de informações pré-existente montado com critérios gerais e precisa ser avaliado por sua cobertura e sua fidedignidade. Até hoje não há dados confiáveis da produção de bananas, nem de feijão nem de ovos no Brasil. Como a produção de informações tem um custo, e está marcado por uma visão teórica descritiva o planejamento precisa de uma avaliação crítica dos sistemas de informações para detectar características de sua estrutura (CROXTON; COWDEN, 1956).

A tarefa básica do planejamento é selecionar informações representativas e adotar sondagens para corrigir desvios de tendências. No trabalho constante de planejar não há condições práticas para trabalhar com amostras estatisticamente rigorosas. Será oportuno em todo caso aproveitar as contribuições de Edmond Malinvaud (1974) para um tratamento estratégico de informações.

O que conta não é ter dados confiáveis de produto e consumo, mas ter informações sobre como esses dados foram coligidos e ter estratégias para controle de margem de erro. Todo sistema de estatísticas trabalha com margens de erro toleradas ou incontroladas que devem ser avaliadas.

PLANEJAMENTO EM MÉDIO E EM LONGO PRAZOS

Há um problema de horizontes de tempo para o planejamento que obriga a distinguir entre curto, médio e longo prazos e a reconhecer as inter-relações entre as diferentes escalas de tempo. O curto prazo, que predomina na análise econômica ortodoxa, pode ser aceito como um limite máximo de tempo de um ano e corresponde a condições de produção com o capital atualmente existente. O médio prazo, geralmente aceito como de cinco anos, corresponde à renovação de capital com pouca alteração de tecnologia e o longo, que varia entre 10 e 20 anos, indica produção com renovação tecnológica. Essa é uma visão já arcaica, mas é a que subjaz das análises, como a keynesiana, que se apresentam como discordantes. Na realidade são diferentes horizontes de confiabilidade de informações e de consequente capacidade para detalhar programas de investimento. É uma perspectiva que não toma em conta a aceleração de renovação tecnológica nos setores de alta tecnologia, pelo que apenas pode ser usada como indicativa. A realidade prática do planejamento é a predominância de cálculos sobre cinco anos, pela comodidade de trabalhar com sistemas de informações que se tornam pouco confiáveis depois desse horizonte.

A aceleração das mudanças, especialmente na produção bélica, lança dúvidas crescentes sobre esses horizontes de tempo que se tornam referência para a produção industrial tradicional e deixam de ser confiáveis para o planejamento contemporâneo. Nessas condições torna-se necessário considerar variações de velocidade do sistema (LINDAHL, 1947), por exemplo, os tempos médios de transporte de carga considerando perdas de produtos perecíveis. A última greve de caminhoneiros deve ter causado perdas que se prolongam por anos. Os custos sociais dos engarrafamentos urbanos foram objeto de pesquisas significativas no Chile e no México.

A seguir, considerar variações de produto e consumo como dados estruturais e não como dados de conjuntura. As variações são indicativo de flutuações em curto prazo e podem ser facilmente tratadas com modelos de comportamento sobre padrões conhecidos.

Há um problema de horizontes de tempo para o planejamento que obriga a distinguir entre curto, médio e longo prazos e a reconhecer as inter-relações entre as diferentes escalas de tempo

O movimento da tecnologia passa por meio da relação público-privada, em que a despesa pública funciona como subsídio sub-reptício dos capitais privados

TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Ao tratar com os processos concretos da modernização o planejamento enfrenta a necessidade de estabelecer uma política seletiva de tecnologia historicamente situada. Há um dilema entre não perder posição e alcançar novas vantagens competitivas. A escolha óbvia é por tecnologias nos setores líderes da economia nacional, mas são inevitáveis avaliações entre setores líderes atuais e setores com maior potencial de crescimento.

Em todo caso dada a impossibilidade prática de tratar de todos os aspectos de tecnologia, é inevitável considerar tecnologia como uma variável externamente controlada cujos efeitos são incorporados por meio dos setores dinâmicos. Esse, por exemplo, tem sido o papel da Petrobras na economia brasileira. O movimento da tecnologia passa por meio da relação público-privada, em que a despesa pública funciona como subsídio sub-reptício dos capitais privados.

Como se trata sempre de trocas de tecnologia, todas as políticas carregam efeitos negativos. Todas as iniciativas em tecnologia surgem de avaliações das tecnologias atualmente em operação, considerando seus objetivos originais e os novos desafios que se apresentam. Na prática, dado que variam as condições ambiente de aplicação de tecnologias, há sempre combinações de efeitos positivos e negativos, cuja avaliação é parte dos programas e projetos em que o planejamento se concretiza.

Assim, dadas suas variações, todas as políticas de tecnologia têm efeitos mecânicos e sociais pelos quais geram contradições que precisam ser absorvidas, tal como acontece com mudanças nos usos de energia na produção. A reabsorção não é automática e o sistema precisa alcançar ganhos de eficiência compensatórios suficientes.

Como a renovação tecnológica é incoercível no sistema do capital no plano mundial, os planos nacionais de desenvolvimento precisam desenvolver políticas inovadoras de tecnologia como conjunto, em vez de se fixarem em inovações específicas que são matéria de interesse de capitalistas individuais. O planejamento terá que ser acompanhado de um programa geral de ciência e tecnologia.

A QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Todo o processo modernização com valorização social depende de qualificação de todos os tipos de trabalho, de capitalistas, gerentes, burocratas e trabalhadores, onde a qualificação é um atributo transitório que se desvaloriza e precisa de atualização. Há uma diferença conceitual decisiva entre a abordagem de capital humano (SCHULTZ, 1967), que representa a perspectiva do capital, e a de recursos humanos (MYRDAL, 1968), que representa a sociedade em seu conjunto. É a diferença entre a perspectiva do capital e a da sociedade ativa. Implica em revisão de qualificação. Qualificação em que, com qual validade, paga por quem.

A qualificação dos recursos humanos é um atributo em transição, as pessoas precisam ser constantemente qualificadas pelo que é necessário criar mecanismos de interação entre os setores da sociedade para alcançar flexibilidade e atualização na educação. O principal critério é sempre o de desenvolver nas pessoas uma capacidade de autodeterminação que lhes permita administrar sua própria educação.

Os sistemas de educação privados estabelecidos tendem a ser rígidos e submetidos a uma lógica empresarial que é infensa às necessidades de qualificação para o desenvolvimento. Todos eles separam ensino de pesquisa e repetem modelos epistemológicos. Ou são controlados com critérios mercantis interessados em lucro e não em educar.

A ESTRATÉGIA SOCIAL DO PLANEJAMENTO

Sob todo planejamento há escolhas sociais que se materializam em pulsões políticas. A pretensão de planejamento neutro foi um engodo, nutrido por setores que pretenderam alcançar progresso material sem alterar relações de dominação interna. O planejamento surgiu como uma atividade econômica em economia de guerra, porém mesmo sob regimes autoritários, tornou-se clara a necessidade de trabalhar sobre o significado social das políticas econômicas para garantir o engajamento da sociedade, a mobilização de grupos sociais que se identificam com a ideologia da modernização. Planejamento em políticas de descolonização, como os planos quinquenais da Índia, foram concebidos como políticas sociais. Mudam relações de classe e mudam condições de mobilidade das pessoas, primeiro por meio da urbanização e, depois, pelo nivelamento social que surge com a valorização do trabalho manual.

A qualificação dos recursos humanos é um atributo em transição, as pessoas precisam ser constantemente qualificadas pelo que é necessário criar mecanismos de interação entre os setores da sociedade para alcançar flexibilidade e atualização na educação

O princípio básico é que os planos de desenvolvimento são propostas de modernização que envolvem aspectos técnicos e ideológicos, que alteram modos de vida e relações entre grupos sociais quando os próprios grupos se tornam fluidos

O princípio básico é que os planos de desenvolvimento são propostas de modernização que envolvem aspectos técnicos e ideológicos, que alteram modos de vida e relações entre grupos sociais quando os próprios grupos se tornam fluidos. O planejamento em geral favorece a mobilidade social e profissional dos trabalhadores.

Tudo gira em torno de propostas de qualidade da educação, que hoje enfrentam encolhimento da educação pública e expansão da educação privada com consequências desastrosas para a qualidade do ensino. Considerando a centralidade dos usos de tempo, contemplam-se hoje políticas de educação efetiva, em que se comparam usos gerais de tempo com tempo efetivamente dedicado à construção de conhecimento e de capacidade de conhecer por conta própria.

ANEXO 1

A VISÃO HISTÓRICA DA TEORIA DA DEMANDA

Para estabelecer um aparelho de análise representativo da realidade social da economia hoje é preciso rever o relativo ao fundamento da teoria. Nessa busca é imperativo ver o relativo à teoria da demanda que ocupa um lugar central na teoria do valor, tanto na vertente marxista como na do valor subjetivo.

Ao reconhecer diferenças na composição social da demanda, a teoria do desenvolvimento tornou necessário substituir a hipótese de uma teoria baseada na demanda de consumidores individuais por uma determinada mercadoria pela demanda de grupos sociais organizados por níveis de renda e preferências culturais. Uma teoria da demanda coletiva refere-se a uma demanda historicamente formada pelos grupos sociais demandantes.

A consequente teoria de uma demanda social deverá tomar em conta as condições concretas de mercado em que a demanda se concretiza. Socialmente, o mercado será a objetivação das participações de agentes reais. Será, portanto, inevitável passar do pressuposto de consumidores individuais para o de participantes significativos do ambiente do capital monopolista. Significa que se descobre uma teoria dos processos de mercado sob os fenômenos aparentes de demanda. A crítica da teoria marginalista da demanda de Marshall dos *Principles* (1924) já está indicada no Marshall de *Industry and trade* (1955), quando ele retorna às ligações orgânicas entre indústria e comércio no escopo do grande capital.

A teoria do crescimento – Harrod (1960), Hansen (1956), Hicks (1965) – mostrou o papel da demanda na formação da taxa de crescimento, mas ainda fica no campo da demanda individual. Schumpeter (1956), também, em sua *Teoria do desenvolvimento econômico* reduz a demanda coletiva dos fisiocratas a um circuito microeconômico. Somente Hicks (1949) em seu *Valor e Capital*, abriu espaço para uma revisão do valor subjetivo, que se tornaria uma das bases de sua revisão da teoria do crescimento.

A crítica da teoria da demanda surge do desenvolvimento despersonalizado que substitui relações de classe historicamente formadas por relações abstratas entre consumidores e produtores que buscam maximizar renda. A teoria continuou sem considerar os efeitos dos grandes movimentos de mudança estrutural do capital, que é o que ocorre sob a predominância do capital monopolista. A teoria econômica ortodoxa tornou-se inepta para as necessidades sociais, *por ende* para o planejamento.

As formas coletivas de demanda estão situadas em arcabouços institucionais que compreendem demanda de empresas, de entidades religiosas, desde câmaras de vereadores até a das potências hegemônicas, e respondem a padrões comportamentais incomparáveis com os da individualidade.

A qualificação dos recursos humanos é um atributo em transição, as pessoas precisam ser constantemente qualificadas pelo que é necessário criar mecanismos de interação entre os setores da sociedade para alcançar flexibilidade e atualização na educação

REFERÊNCIAS

- AHUMADA, Jorge. *La planificación del desarrollo*. Santiago: ICIRA, 1969.
- ATTALI, Jacques; GUILLAUME, Marc. *A anti-economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CHENERY, Hollis. *Structural change and development policy*. Washington: World Bank, 1979. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/ar/147291468331145843/pdf/119110PUB0English0Box353765B01PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CHENERY, Hollis; CLARK, Paul. *Interindustry economics*. New York: John Wiley & Sons, 1959.
- CONNERTON, Paul (ed.). *Critical sociology: selected readings*. New York: Penguin, 1976.
- DOBB, Maurice. *Papers on capitalism, development and planning*. London: Routledge and Kegan Paul, 1967.
- FELLNER, William. *Origen y contenido del análisis económico moderno*. Barcelona: Ariel, 1983.
- FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. *Research methods in the behavioral sciences*. New York: Holt, 1953.
- FURTADO, Celso. *Teoría y política del desarrollo económico*. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987. 2 v.
- HICKS, John Richard. *Capital and growth*. Oxford: Oxford Press, 1965.
- HICKS, John Richard. *Valor y capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- JONES, Hywel. *Modernas teorias do crescimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1979.
- LANGE, Oskar. Tres ensayos sobre planeación económica. *El Trimestre Económico*, [s. l.], v. 26, n. 104, p. 588-670, oct./dic. 1959.
- LIVINGSTONE, Ian. *Economic policy for development*. Londres: Penguin, 1971.
- MALINVAUD, Edmond. *Lecciones de teoría microeconómica*. Barcelona: Ariel, 1974.
- MARCHAL, André. *Méthode scientifique et science économique*. Paris: Médecis, 1955.
- MITRA, Ashok. *Economic theory and planning*. Oxford: Oxford Press, 1978.

MYRDAL, Gunnar. *Asian drama: an inquiry into the poverty of nations*. New York: Random House, 1968. 3 v.

PEDRÃO, Fernando. *A distribuição da renda e o desenvolvimento econômico*. Salvador: Progresso, 1961.

PEDRÃO, Fernando. O planejamento socialmente necessário. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 23-36, set. 2002.

PEDRÃO, Fernando. Uma introdução à problemática da política econômica regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 8, n. 1, jan./mar. 1977.

PEDRÃO, Fernando; STANZICK, Karl (org.). *Planificación regional y urbana en América Latina*. Madrid: Siglo XXI, 1974.

PIATIER, André. *Estadística y observación económica*. Barcelona: Ariel, 1967. 2 v.

PREBISCH, Raul. *La obra de Prebisch en la CEPAL*. Adolfo Gurrieri (org.) 1984. 2 v.

PRESSAT, Roland. *Demografia econômica*. Barcelona: Ariel, 1972.

SEN, Amartya (org.). *Growth economics*. Londres: Penguin, 1970.

SOZA VALDERRAMA, Hector. *Planificación del desarrollo industrial*. Madrid: Siglo XXI, 1968.

TINBERGEN, Jan. *Política econômica: princípios e planejamento*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A atividade econômica sentiu os impactos da inflação e de um forte ajuste monetário nos nove primeiros meses de 2021. O aumento da inflação associado a fatores climáticos, repasse cambial e a reabertura da economia, ao levar o descolamento da inflação das metas estabelecidas, implicou uma adoção por parte do Banco Central de uma política monetária contracionista. As consequências do aumento da inflação e da taxa de juros sobre a atividade econômica comprometeram o desempenho dos principais setores.

A produção industrial apresentou recuo de 0,4% na passagem de agosto para setembro. O comércio varejista apontou nos dois últimos meses do terceiro trimestre desaceleração, com duas quedas consecutivas, de 4,2% e 5,5% em agosto e setembro em relação a 2020, respectivamente. O setor de serviços recuou 0,6% na passagem de agosto para setembro e interrompeu uma sequência de taxas positivas dos cinco meses anteriores. A safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas também registrou desempenho negativo no terceiro trimestre de acordo com a estimativa de setembro do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

Na Bahia, o desempenho dos serviços, dada a redução dos casos de covid-19 e a consequente flexibilização das atividades de contato presencial, juntamente com a agropecuária, foram responsáveis pelo crescimento do PIB da Bahia no terceiro trimestre. A Indústria geral apresentou resultados negativos no terceiro trimestre e no ano na comparação com 2020, de 11,6% e 13,4%, respectivamente. As vendas no comércio varejista recuaram 4,0% no terceiro trimestre. No ano, o setor apresentou resultado positivo de 5,2%.

O nono Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), relativo a setembro deste ano, estimou a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, na Bahia, em 10,46 milhões de toneladas (t) em 2021, o que representa crescimento de 3,9% na

comparação com a safra 2020 – que foi o melhor resultado da série histórica do levantamento.

As exportações baianas tiveram o maior valor da sua série histórica para setembro ao alcançarem US\$ 1,035 bilhão, com crescimento de 63,6% ante o registrado em igual mês de 2020. As vendas externas da Bahia registraram no terceiro trimestre, quando comparadas a igual período de 2020, crescimento tanto nos volumes embarcados (*quantum*) de 21,9%, como nos valores recebidos (50,9%). Ao longo do ano, o resultado das exportações contabilizou US\$ 7,32 bilhões até setembro – alta de 31,0% ante igual período de 2020. Quanto às importações, verifica-se que subiram 32,7%, taxa muito superior à variação do *quantum*, que foi 7,3% no período, corroborando a deterioração nos termos de troca no comércio exterior baiano, favorecidas pelos problemas de fornecimento na cadeia de suprimentos, a escassez de navios e potencializado pelo perfil da pauta de importações, composta de produtos com maior valor agregado.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial baiana registrou, entre janeiro e setembro de 2021, queda de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quatro dos 12 segmentos da Indústria geral influenciaram o resultado, com destaque para Derivados de petróleo, que registrou queda de 27,0%, impulsionado, em grande parte, pelo menor refino de óleos combustíveis, óleo diesel e naftas para petroquímica. Importante ressaltar, também, os resultados negativos assinalados por Veículos (-94,3%), Metalurgia (-8,0%) e Bebidas (-2,2%). O setor de Produtos de minerais não metálicos registrou variação nula. Positivamente, destacou-se o segmento Produtos químicos (9,2%), impulsionado, em grande parte, pela maior fabricação de acrilonitrila, princípio ativo para herbicidas e etileno não saturado. Vale citar, ainda, o crescimento em Couro, artigos para viagem e calçados (43,1%), Borracha e material plástico (14,8%), Celulose, papel e produtos de papel (5,4%), Extrativa mineral (6,9%), Alimentos (1,7%) e Equipamentos de informática e produtos eletrônicos (14,0%).

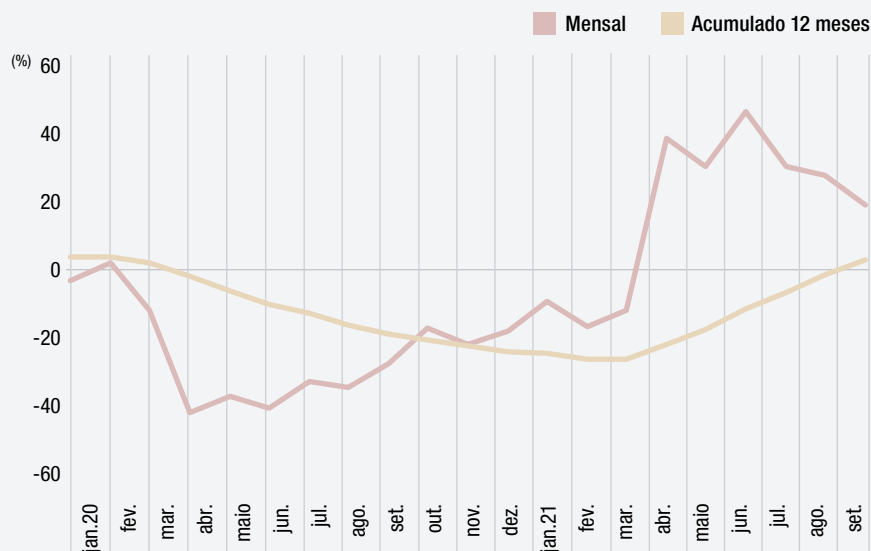
Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o Comércio varejista teve, entre janeiro e setembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, crescimento de 5,2%. As principais contribuições positivas, por ordem de magnitude, vieram de Tecidos, vestuário e calçados (41,4%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (24,1%), Artigos

farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (15,1%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (10,4%), Móveis e eletrodomésticos (9,1%) e Combustíveis e lubrificantes (5,5%). Enquanto Livros, jornais, revistas e papelaria (-24,5%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,0%) registraram variações negativas. No que diz respeito aos subgrupos, observou-se expansão nas vendas de Eletrodomésticos e Móveis, com taxas de 12,3% e 3,3%, respectivamente. Já Hipermercados e supermercados apresentou recuo de 8,7%.

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o volume de serviços entre janeiro e setembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, avançou 12,5%. Nesta análise, todas as cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque para a atividade de Serviços prestados às famílias (48,4%), que apontou a mais expressiva variação positiva, seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (17,2%), depois Serviços profissionais, administrativos e complementares (4,4%), Outros serviços (3,9%) e Serviços de informação e comunicação (0,4%).

Em relação à inflação em Salvador, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, apresentou no ano variação de 6,81%, revelando-se superior a 1,71% registrado no mesmo período de 2020. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta no período, com destaque para Transportes (13,50%), Habitação (9,74%), Artigos de residência (8,15%), Alimentação e bebidas (6,50%), Educação (4,87%), Vestuário (3,86%), Saúde e cuidados pessoais (3,34%) e Despesas pessoais (2,29%). A queda registrada se verificou em Comunicação (-0,54%).

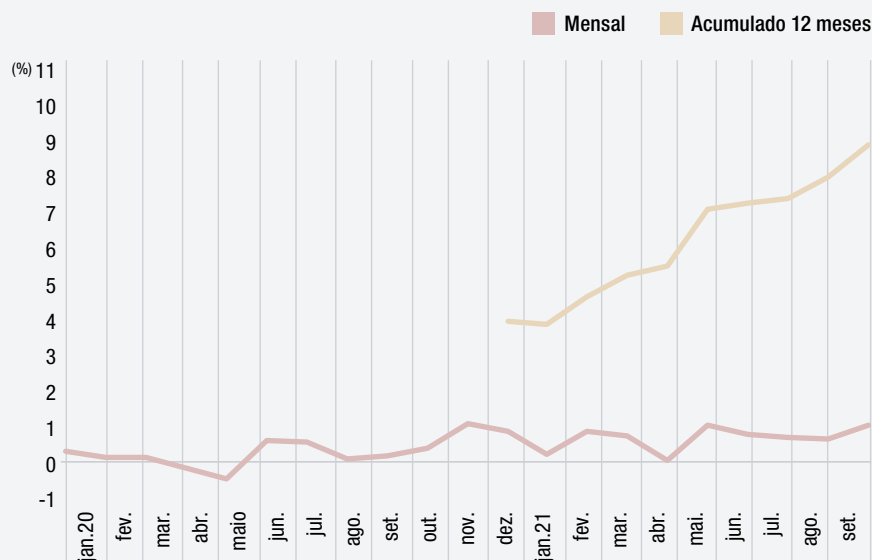
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2020-set. 2021



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou acréscimo de 19,3% em setembro de 2021 na comparação com o mesmo mês de 2020. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram Ônibus intermunicipal (141,6%), Aeroporto (134,4%), Ônibus urbanos (23,8%), Carga portuária (6,8%) e Combustíveis (0,8%). Em sentido oposto, a contribuição negativa veio de Energia elétrica (-0,2%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 2,2%.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPCA – RMS – Jan. 2020-set. 2021

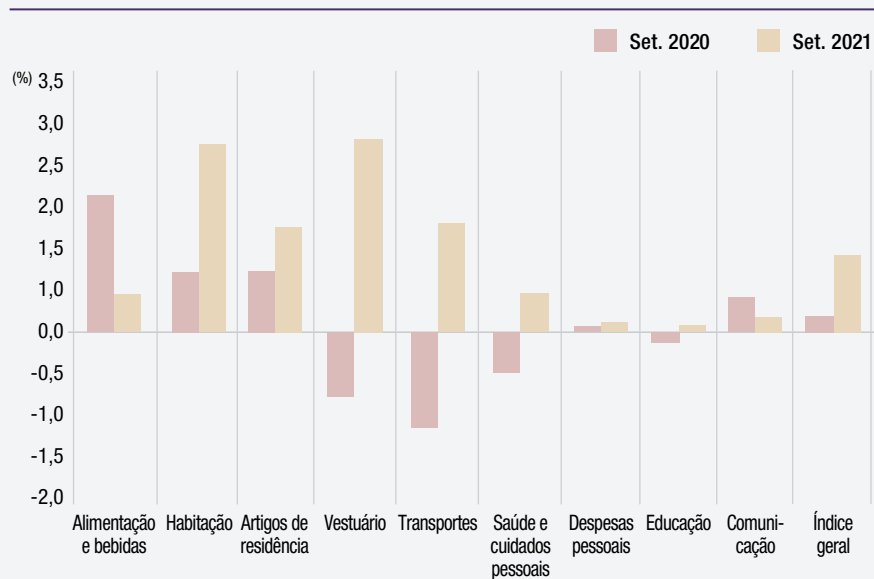


Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou em setembro taxa de 1,11%, superior à apurada em setembro de 2020 (0,23%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses a inflação cresceu 9,54%. A variação acumulada nesse período foi a maior desde dezembro de 2020 (4,31%).

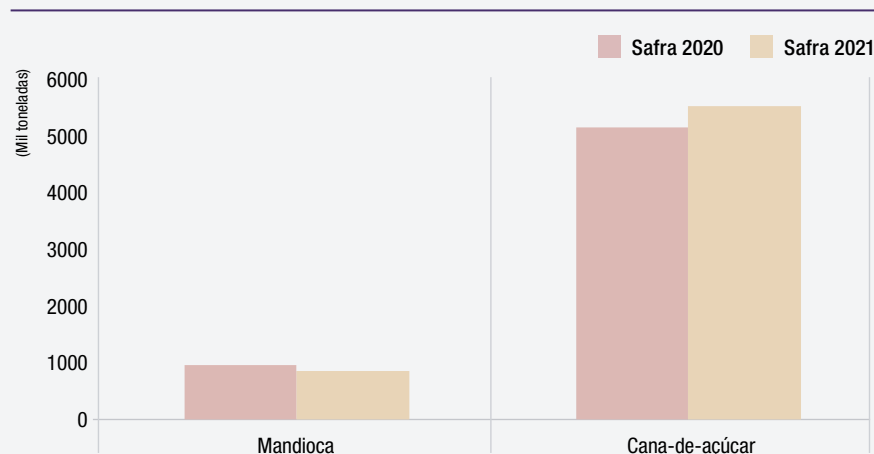
Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, todos tiveram alta em setembro. Por ordem de magnitude das taxas tem-se: Vestuário (2,80%), Habitação (2,71%) e Transportes (1,56%) registraram as maiores expansões, seguidos de Artigos de residência (1,52%), Saúde e cuidados pessoais (0,55%), Alimentação e bebidas (0,54%), Comunicação (0,22%), Despesas pessoais (0,13%) e Educação (0,09%).

Gráfico 3
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Set. 2020-set. 2021



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

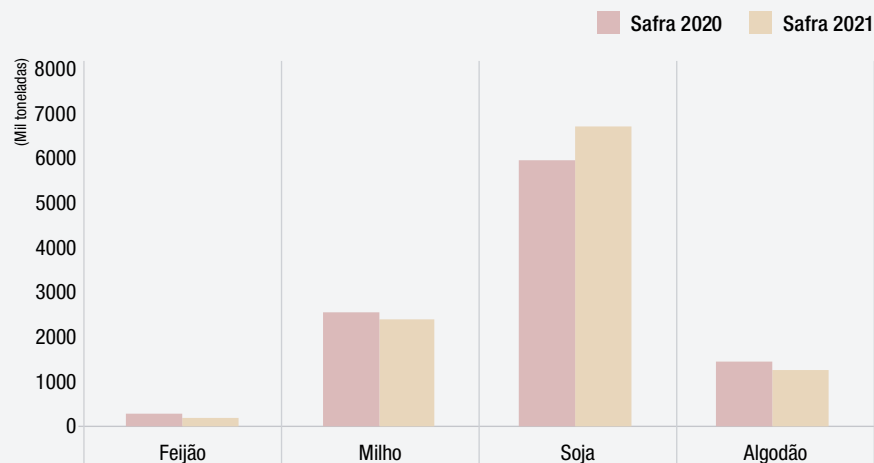
Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Set. 2020-set. 2021



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2021 as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos. A primeira deve registrar queda de 10,5% enquanto a segunda poderá expandir em 7,3%.

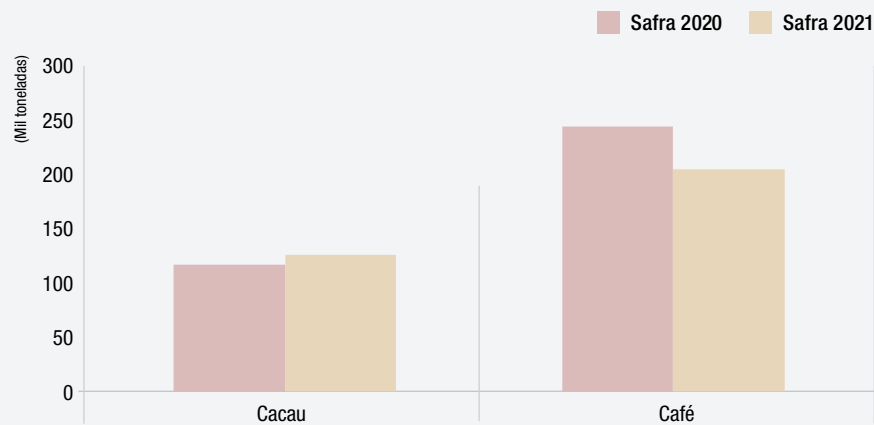
Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Set. 2020-set. 2021



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de queda na produção de feijão, milho e algodão em relação a 2020, com taxas de 32,7%, 5,8% e 14,0%, respectivamente. Em sentido contrário, a cultura de soja apresentou expansão de 12,6%. Estima-se expansão no rendimento médio para o soja (7,3%) e retração para o milho (-12,3%), para o feijão (-31,6%) e para o algodão (1,0%).

Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Set. 2020-set. 2021



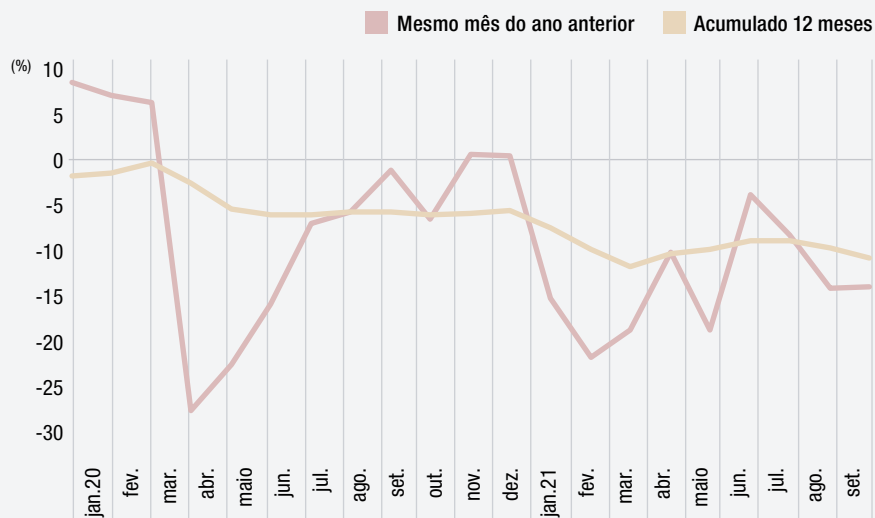
Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamento díspar em 2021. Em relação ao cacau houve expansão na produção (7,6%), com aumento do rendimento médio (8,9%). Já com o café, em fase de colheita, constatou-se queda na produção (15,9%), com comprometimento no rendimento médio de 8,5%.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana recuaram 13,3% no mês de setembro de 2021 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com oito das 12 atividades pesquisadas assinalando queda da produção. A principal contribuição negativa foi de Veículos (-96,2%), seguida por Metalurgia (-27,2%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-22,1%), Produtos químicos (-16,1%), Bebidas (-11,3%), Borracha e material plástico (-8,4%), Extrativa mineral (-6,7%) e Minerais não metálicos (-0,7%). Por outro lado, os principais impactos positivos vieram do setor de Derivados de petróleo (3,7%). Outros setores que apresentaram resultados positivos foram: Couro, artigos para viagem e calçados (31,7%), Celulose, papel e produtos de papel (4,8%) e Produtos alimentícios (2,1%).

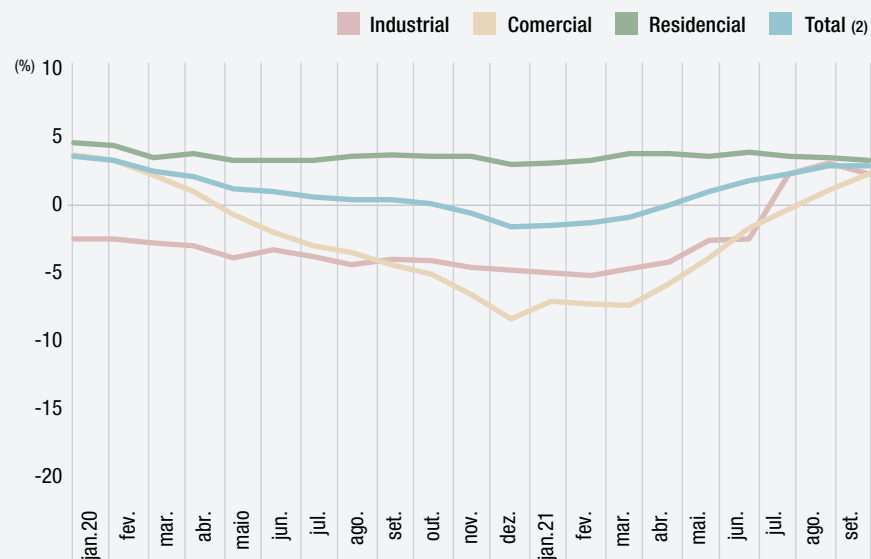
O consumo de energia elétrica no estado registrou variação negativa de 0,4% em setembro de 2021 na comparação com o mesmo mês de 2020. No acumulado de 12 meses, notou-se avanço de 1,4% no consumo total, impulsionado pela classe concessionária, que expandiu 13,4%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Set. 2020-set. 2021



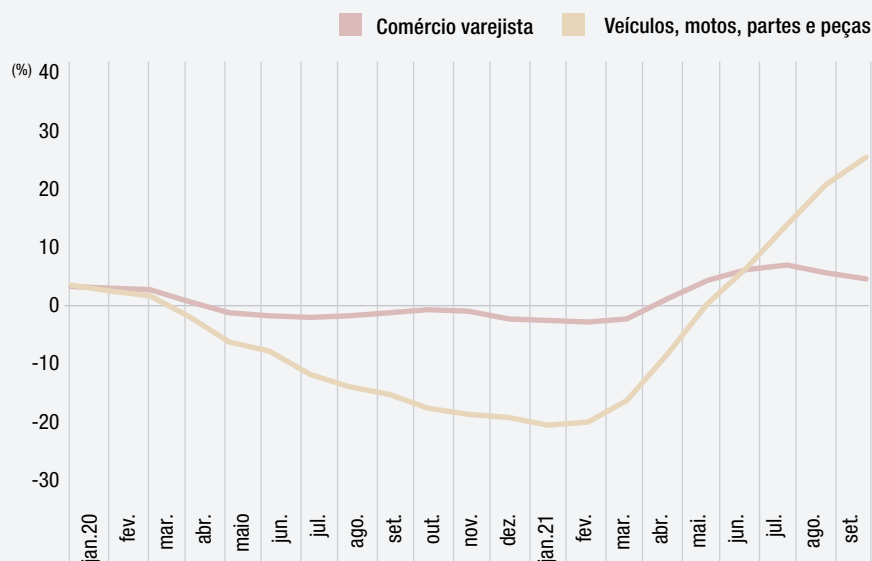
Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2020-set. 2021



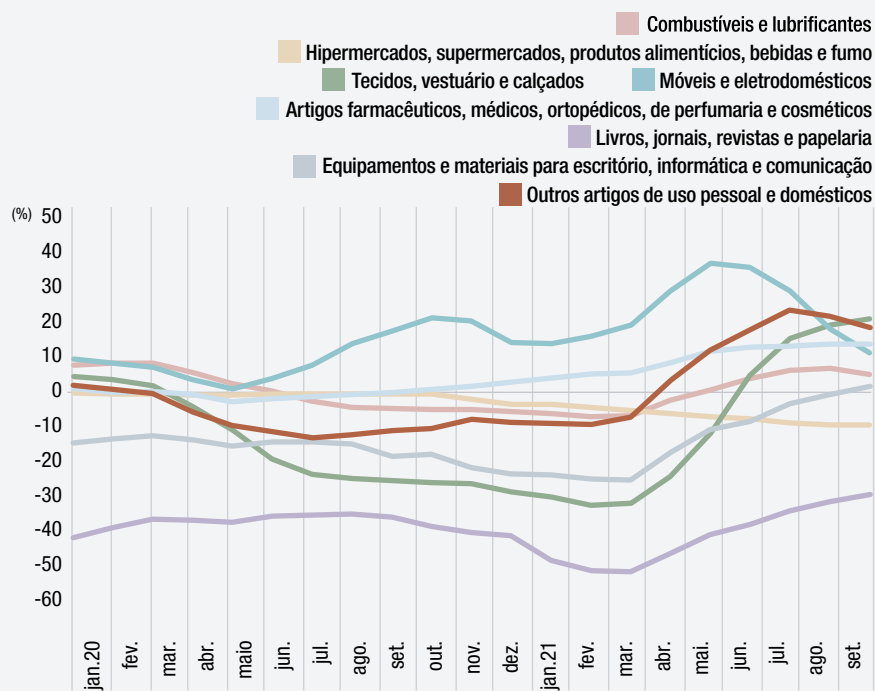
Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
Notas: (1) Acumulado 12 meses.
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 9
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2020-set. 2021



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2020-set. 2021



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

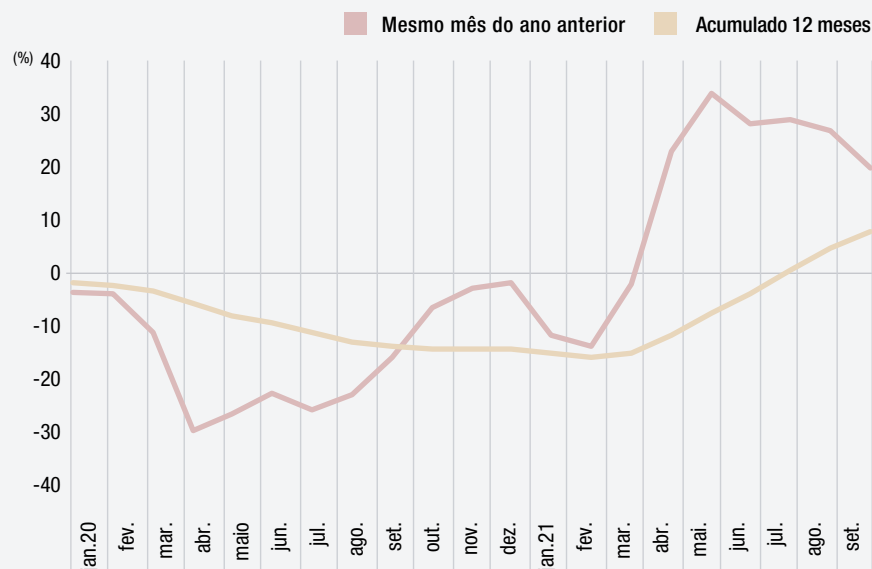
De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano retraiu as vendas em 9,3% no mês de setembro de 2021, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas negativas nesse mês foram *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-7,0%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-7,2%), *Combustíveis e lubrificantes* (-11,5%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-15,0%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-15,6%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-27,4%). Em sentido contrário, destaca-se a variação positiva em *Tecidos, vestuário e calçados* (12,0%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (8,4%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 3,7%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até setembro de 2021, os principais segmentos que contribuíram para a expansão no volume do comércio varejista restrito foram *Tecidos, vestuário e calçados* (21,3%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (18,7%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (13,9%), *Móveis e eletrodomésticos* (11,4%) e *Combustíveis e lubrificantes* (5,2%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (1,6%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram negativamente foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-29,8%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-9,6%).

O volume de serviços apresentou, em setembro de 2021, expansão de 19,7% em relação ao mesmo mês de 2020. Nesse mês, todas as atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades de Serviços prestados às famílias (128,0%) seguido pela atividade de Outros serviços (34,5%), a atividade de Serviços profissionais, administrativos e complementares (15,6%), a atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (12,0%) e Serviços de informação e comunicação (2,3%). No acumulado de 12 meses, o volume apresentou expansão de 7,6% em relação ao mesmo período do ano de 2020, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

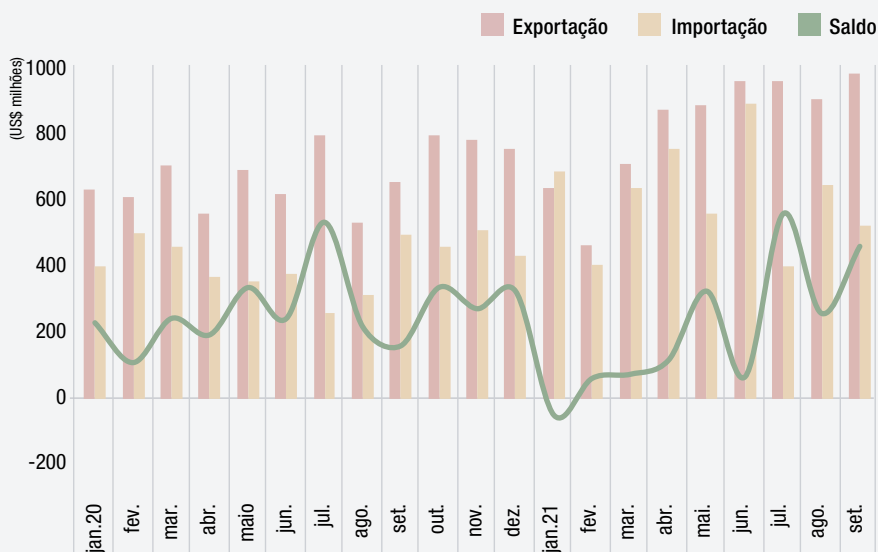
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 946,3 milhões em setembro de 2021, com crescimento de 49,6% em comparação com o montante anotado no mesmo mês de 2020. Já as importações registraram aumento de 3,1%, com volume de US\$ 502,2 milhões. Com exceção dos Bens de capital (-28,5%) e Bens não especificados (-99,9%), houve crescimento de todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para os Combustíveis e lubrificantes, com avanço de 117,6%, seguido dos Bens intermediários (43,1%), Bens de consumo duráveis (15,7%) e dos bens de consumo não duráveis (10,5%).

Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2020-set. 2021



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

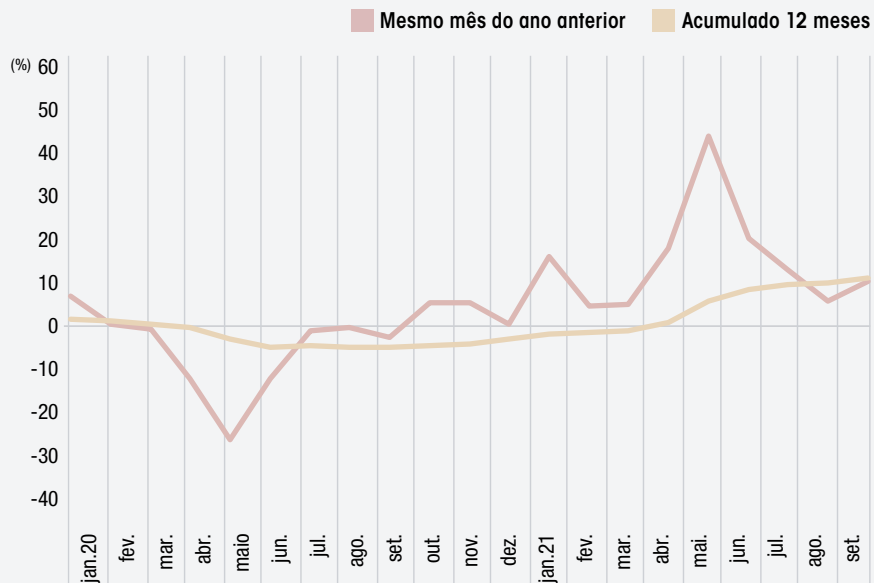
Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2020-set. 2021



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2020-set. 2021



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – em setembro de 2021 registrou crescimento de 11,94% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou expansão de 13,1% em 12 meses.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Região Metropolitana – Salvador (BA) – Set. 2020/2021

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês (1) (%)		Variações acumuladas (%)	
	setembro/20	setembro/21	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)
1. Alimentação e bebidas	1,97	0,54	6,50	10,41
2. Habitação	0,87	2,71	9,74	13,53
3. Artigos de residência	0,88	1,52	8,15	11,09
4. Vestuário	-0,93	2,80	3,86	3,88
5. Transportes	-1,38	1,56	13,50	20,02
6. Saúde e cuidados pessoais	-0,59	0,55	3,34	4,42
7. Despesas pessoais	0,08	0,13	2,29	2,96
8. Educação	-0,16	0,09	4,87	2,38
9. Comunicação	0,49	0,22	-0,54	0,40
Índice geral	0,23	1,11	6,81	9,54

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017 - 2018, foram introduzidos aperfeiçoamento na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – Set. 2021

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Porto Alegre	672,39	1,16	9,21	66,08
São Paulo	673,45	3,53	6,65	66,19
Florianópolis	662,85	0,58	7,68	65,14
Rio de Janeiro	643,06	1,40	3,54	63,20
Vitória	633,03	2,27	5,46	62,21
Curitiba	610,85	1,73	13,05	60,03
Brasília	617,65	3,88	4,36	60,70
Campo Grande	630,83	3,53	9,43	62,00
Goiânia	574,08	1,54	1,82	56,42
Belo Horizonte	582,61	3,49	2,48	57,26
Fortaleza	552,09	-0,03	3,20	54,26
Belém	532,56	0,46	6,32	52,34
Natal	493,29	-2,90	7,52	48,48
João Pessoa	476,63	-2,91	0,30	46,84
Recife	489,40	-0,42	4,26	48,10
Salvador	478,86	-1,36	-0,05	47,06
Aracaju	454,03	-0,52	0,19	44,62

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2020/2021

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.475.000	1.268.000	-14,0	315.000	268.000	-14,9
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	2.448	2.532	3,4	2.550	2.550	0,0
Arroz total	-	750	-	-	450	-
Batata-inglesa (2º safra)	72.000	129.000	79,2	1.800	2.650	47,2
Cana-de-açúcar	5.150.000	5.525.000	7,3	75.000	78.000	4,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	290.100	195.200	-32,7	424.000	417.000	-1,7
Feijão 1ª safra	135.900	103.000	-24,2	224.000	227.000	1,3
Feijão 2ª safra	154.200	92.200	-40,2	200.000	190.000	-5,0
Fumo	10.000	11.800	18,0	7.600	7.850	3,3
Mamona	36.000	29.000	-19,4	48.800	46.000	-5,7
Mandioca	963.000	861.502	-10,5	133.000	123.000	-7,5
Milho total	2.600.200	2.450.000	-5,8	623.500	670.000	7,5
Milho 1ª safra	1.800.200	1.900.000	5,5	363.500	410.000	12,8
Milho 2ª safra	800.000	550.000	-31,3	260.000	260.000	0,0
Soja	6.070.000	6.834.000	12,6	1.620.600	1.700.000	4,9
Sorgo granífero	146.460	142.180	-2,9	80.350	90.150	12,2
Tomate	241.200	208.200	-13,7	5.340	4.240	-20,6
Pernamentes						
Banana (4)	850.000	878.517	3,4	71.000	71.000	0,0
Cacau	118.018	127.045	7,6	450.045	440.045	-2,2
Café total	246.020	207.000	-15,9	124.500	121.500	-2,4
Café arábica	120.500	74.000	-38,6	80.000	76.000	-5,0
Café cenephora	125.520	133.000	6,0	44.500	45.500	2,2
Castanha-de-cajú	2.600	3.500	34,6	16.000	16.000	0,0
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	633.000	634.301	0,2	61.500	57.500	-6,5
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	45.342	61.274	35,1	1.969	2.119	7,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2019.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2020 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2020/2021

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	315.000	268.000	-14,9	4.683	4.731	1,0
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	2.550	2.550	0,0	960	993	3,4
Arroz total	-	450	-	-	1.667	-
Batata-inglesa	1.800	2.650	47,2	40.000	48.679	21,7
Cana-de-açúcar	75.000	78.000	4,0	68.667	70.833	3,2
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	424.000	417.000	-1,7	684	468	-31,6
Feijão 1ª safra	224.000	227.000	1,3	607	454	-25,2
Feijão 2ª safra	200.000	190.000	-5,0	771	485	-37,1
Fumo	7.600	7.850	3,3	1.316	1.503	14,2
Mamona	48.800	46.000	-5,7	738	630	-14,5
Mandioca	107.000	109.000	1,9	9.000	7.904	-12,2
Milho total	623.500	670.000	7,5	4.170	3.657	-12,3
Milho 1ª safra	363.500	410.000	12,8	4.952	4.634	-6,4
Milho 2ª safra	260.000	260.000	0,0	3.077	2.115	-31,3
Soja	1.620.600	1.700.000	4,9	3.746	4.020	7,3
Sorgo granífero	80.350	90.150	12,2	1.823	1.577	-13,5
Tomate	5.340	4.240	-20,6	45.169	49.104	8,7
Pernamentes						
Banana (4)	65.500	65.500	0,0	12.977	13.412	3,4
Cacau	425.045	420.045	-1,2	278	302	8,9
Café total	112.500	103.500	-8,0	2.187	2.000	-8,5
Café arábica	71.000	63.000	-11,3	1.697	1.175	-30,8
Café cenephora	41.500	40.500	-2,4	3.025	3.284	8,6
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	173	233	34,6
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	51.500	50.000	-2,9	12.291	12.686	3,2
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.569	1.919	22,3	28.899	31.930	10,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2019.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2020 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Set. 2021

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-13,3	-13,4	-10,3
Indústrias extrativas	-6,7	6,9	2,7
Indústrias de transformação	-13,6	-14,5	-11,0
Produtos alimentícios	2,1	1,7	-0,2
Bebidas	-11,3	-2,2	1,2
Couros, artigos para viagem e calçados	31,7	43,1	31,9
Celulose, papel e produtos de papel	4,8	5,4	6,0
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	3,7	-27,0	-21,7
Outros produtos químicos	-16,1	9,2	13,8
Produtos de borracha e de material plástico	-8,4	14,8	11,0
Produtos de minerais não-metálicos	-0,7	0,0	-1,6
Metalurgia	-27,2	-8,0	-5,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-22,1	14,0	-1,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-96,2	-94,3	-68,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jan. 2019/set. 2021

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2019	-6,0	-6,0	-0,1
Fevereiro	1,7	-2,3	-0,3
Março	-7,6	-4,1	-0,5
Abril	-1,9	-3,5	-1,1
Maio	13,3	-0,3	1,2
Junho	-8,3	-1,7	-0,3
Julho	-6,0	-2,4	-0,9
Agosto	-9,1	-3,3	-1,9
Setembro	-1,4	-3,1	-1,7
Outubro	-1,4	-2,9	-2,5
Novembro	-1,0	-2,8	-2,5
Dezembro	-3,6	-2,8	-2,8
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,4	7,7	-0,1
Abril	-26,3	-1,3	-2,1
Maio	-22,1	-5,8	-5,0
Junho	-16,5	-7,6	-5,6
Julho	-6,9	-7,5	-5,7
Agosto	-5,2	-7,2	-5,3
Setembro	-0,9	-6,4	-5,3
Outubro	-6,0	-6,4	-5,7
Novembro	1,1	-5,7	-5,6
Dezembro	0,8	-5,2	-5,2
Janeiro 2021	-15,3	-15,3	-7,1
Fevereiro	-21,7	-18,5	-9,4
Março	-19,4	-18,8	-11,5
Abril	-11,9	-17,4	-10,3
Maio	-19,6	-17,8	-9,9
Junho	-8,6	-16,4	-9,2
Julho	-13,3	-16,2	-9,9
Agosto	-14,7	-16,0	-10,8
Setembro	-13,6	-14,5	-11,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Set. 2021

(%)

Classes	Mensal (3)	No Ano (4)	12 meses (5)
Rural	9,4	23,2	6,8
Residencial	2,2	3,2	2,3
Industrial ¹	-11,7	2,1	0,5
Comercial	13,0	8,7	0,6
Utilidades públicas ²	2,8	4,2	1,0
Setor público	11,2	4,4	-7,3
Concessionária	8,2	24,0	13,4
Total	-0,4	5,4	1,4

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Set. 2021

(%)

Classes e gêneros	No ano (3)	Mensal (2)	12 meses (4)
Comércio Varejista	-9,3	5,2	3,7
Combustíveis e lubrificantes	-11,5	5,5	5,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-7,2	-9,0	-9,6
Hipermercados e supermercados	-7,9	-8,7	-8,7
Tecidos, vestuário e calçados	12,0	41,4	21,3
Móveis e eletrodomésticos	-27,4	9,1	11,4
Móveis	-29,1	3,3	10,2
Eletrodomésticos	-24,9	12,3	12,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,4	15,1	13,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-15,6	-24,5	-29,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-7,0	10,4	1,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-15,0	24,1	18,7
Comércio Varejista Ampliado	0,4	12,1	7,8
Veículos, Motos, Partes e Peças	43,6	48,2	28,1
Material de construção	-21,7	-10,0	-6,5

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-set. 2020/2021

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2020	2021			
Soja e derivados	1.207.117	1.923.946	59,38	26,61	38,31
Químicos e petroquímicos	583.421	906.228	55,33	12,53	56,35
Petróleo e derivados	902.894	873.259	-3,28	12,08	65,88
Papel e celulose	728.707	736.229	-8,01	10,18	-0,01
Metalúrgicos	376.850	495.179	31,40	6,85	74,81
Minerais	181.687	457.107	151,59	6,32	9,73
Algodão e seus subprodutos	283.375	403.256	42,30	5,58	10,01
Metais preciosos	361.902	395.429	9,26	5,47	-54,47
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	250.723	214.288	-14,53	2,96	1,61
Cacau e derivados	143.570	166.461	15,94	2,30	1,40
Café e especiarias	89.956	131.282	45,94	1,82	-1,79
Frutas e suas preparações	105.116	119.538	13,72	1,65	-6,38
Borracha e suas obras	72.190	114.937	59,22	1,59	-4,30
Sisal e derivados	57.678	56.643	-1,79	0,78	0,74
Couros e peles	42.198	49.321	16,88	0,68	36,77
Calçados e suas partes	18.732	42.312	125,88	0,59	14,22
Carne e miudezas de aves	14.978	30.941	106,59	0,43	25,62
Automotivo	103.637	22.120	-78,66	0,31	-6,25
Fumo e derivados	21.882	16.318	-25,42	0,23	-13,12
Demais segmentos	43.359	75.422	73,95	1,04	86,23
Total	5.589.971	7.230.217	29,34	100,00	34,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 05/10/2021.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-set. 2020/2021

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2020	2021		2020	2021		
China	3.842.852	4.233.407	10,16	1.529.668	2.106.978	37,74	29,14
Estados Unidos	477.722	606.066	26,87	636.493	864.415	35,81	11,96
Singapura	3.076.917	1.613.393	-47,56	840.620	725.285	-13,72	10,03
Países Baixos (Holanda)	206.860	713.094	244,72	162.242	367.128	126,29	5,08
Argentina	124.914	147.034	17,71	274.490	355.318	29,45	4,91
Alemanha	408.665	466.455	14,14	148.377	278.728	87,85	3,86
Suiça	2.770	1.415	-48,90	215.732	246.549	14,28	3,41
França	367.703	425.905	15,83	124.659	185.976	49,19	2,57
Coreia do Sul	257.674	166.613	-35,34	146.326	154.053	5,28	2,13
Espanha	175.774	198.624	13,00	99.144	126.383	27,47	1,75
Turquia	124.531	116.006	-6,85	93.725	122.187	30,37	1,69
Canadá	7.338	10.934	49,01	126.256	112.255	-11,09	1,55
Itália	173.871	206.746	18,91	82.368	108.852	32,15	1,51
México	46.283	79.301	71,34	45.047	108.693	141,29	1,50
Taiwan (Formosa)	91.391	143.680	57,22	40.342	89.259	121,26	1,23
Romênia	119.537	225.939	89,01	38.504	86.024	123,41	1,19
Bélgica	162.479	82.120	-49,46	87.834	78.845	-10,23	1,09
Colômbia	23.312	35.190	50,96	66.034	75.714	14,66	1,05
Tailândia	112.496	145.596	29,42	40.471	74.510	84,11	1,03
Índia	36.476	68.325	87,32	42.414	74.096	74,70	1,02
Chile	26.662	42.660	60,01	53.238	69.742	31,00	0,96
Indonésia	27.873	28.549	2,42	52.555	66.310	26,17	0,92
Bangladesh	32.119	38.306	19,26	28.407	60.807	114,06	0,84
Vietnã	32.583	42.439	30,25	46.134	58.962	27,81	0,82
Japão	123.761	57.300	-53,70	63.216	51.807	-18,05	0,72
Paquistão	152.481	33.001	-78,36	89.782	49.418	-44,96	0,68
Costa Rica	9.126	6.634	-27,30	38.196	46.599	22,00	0,64
Arábia Saudita	6.063	67.002	1.005,12	3.514	40.716	1.058,50	0,56
Reino Unido	96.027	169.180	76,18	45.242	38.825	-14,18	0,54
Argélia	54.503	69.389	27,31	20.768	38.772	86,69	0,54
Demais países	394.684	429.564	8,84	308.173	367.009	19,09	5,08
Total	10.795.446	10.669.871	-1,16	5.589.971	7.230.217	29,34	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 05/10/2021.

Elaboração: SEI.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 20
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)	464.510.852	388.388.685	319.575.365	388.408.287
RECEITAS CORRENTES	332.042.266	313.531.961	288.678.281	328.553.007
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	124.743.773	116.487.109	105.924.064	109.548.162
Impostos	123.641.826	115.246.874	104.923.554	108.055.190
Taxas	1.101.947	1.240.235	1.000.509	1.492.972
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	163.352.303	154.776.921	140.032.806	168.677.858
Contribuições sociais	159.802.358	149.611.613	136.310.831	164.543.452
Contribuições econômicas	3.549.946	5.165.309	3.721.975	4.134.408
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0		0
RECEITA PATRIMONIAL	21.458.007	27.174.588	22.142.745	32.804.816
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	373.227	431.036	623.873	527.085
Valores mobiliários	6.606.325	7.036.153	11.159.177	9.591.162
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	175.175	466.935	81.323	657.532
Exploração de recursos naturais	13.041.690	18.115.521	9.071.314	20.815.987
Exploração do patrimônio intangível	7	2	0	2
Cessão de direitos	715.538	691.875	717.217	783.552
Demais receitas patrimoniais	546.047	433.068	489.841	429.497
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.143	4.463	4.083	7.957
RECEITA INDUSTRIAL	193.229	323.077	338.483	474.046
RECEITA DE SERVIÇOS	11.319.251	5.785.806	7.222.399	12.084.248
Serviços administrativos e comerciais gerais	568.819	690.159	718.181	841.408
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	453.257	355.301	222.916	304.230
Serviços e atividades referentes à saúde	338.055	361.768	363.255	386.685
Serviços e atividades financeiras	9.954.994	4.373.475	5.901.015	10.544.041
Outros serviços	4.127	5.104	17.032	7.882
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67.935	70.738	141.805	132.725
Transferências da União e de suas entidades	41.217	45.150	64.328	85.826
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	1628	4447	6839	9789
Transferências dos municípios e de suas entidades	81	2020	666	1395
Transferências de instituições privadas	24751	18866	69703	31768
Transferências do exterior	125	80	130	0
Transferências de pessoas físicas	132	170	133	3945
Transferências provenientes de depósitos não identificados	1	6	7	3
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.904.623	8.909.255	12.871.724	4.820.213
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.337.443	1.483.228	1.210.264	1.588.711
Indenizações, restituições e ressarcimentos	4.480.640	5.321.332	9.784.974	1.387.871
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	186.608	267.497	535.383	207.902
Demais receitas correntes	4.899.932	1.837.199	1.341.102	1.635.730
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	3	172	2.981
RECEITAS DE CAPITAL	132.468.585	74.856.725	20.280.167	59.855.280
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	112.423.071	6.157.658	6.858.798	10.186.525
Operações de crédito internas	105.207.958	5.902.765	78.618	68.256
Operações de crédito externas	7.215.112	254.893	6.780.180	10.118.269
ALIENAÇÃO DE BENS	175.381	7.564.871	163.104	217.371

(Continuação)

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
Alienação de bens móveis	135.103	7.542.594	126.252	67.641
Alienação de bens imóveis	40.278	22.276	36.852	142.379
Alienação de bens intangíveis	0	0		7.352
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5041396	43932519	6506750	28223394
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	60	1.036	-367
Transferências da União e de suas entidades	0	0	0	0
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0,00	0,00	928,00	0,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	60	108	119
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00	217,00
Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00		0,00
Transferências do exterior	0	0		-703
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	14.828.738,00	17.201.616,00	17.367.396,00	21.228.355,00
Integralização do capital social	0	0		0
Resultado do Banco Central	0	0		0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	14.828.738,00	17.201.616	17.367.396	21.228.355
Resgate de títulos do tesouro	0	0		0
Demais receitas de capital	0	0		0
RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR	0	0		0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	468.987.300	393.942.056	324.248.306	393.164.114
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	234.354.943	453.914.429	322.367.975	229.620.081
Operações de crédito internas	234.354.943	453.914.429	322.367.975	226.471.235
Mobiliária	234.354.943	453.914.429	322.367.975	226.471.235
Operações de crédito externas	0	0		3.148.846
Mobiliária	0	0		3.148.846
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	703.342.243	847.856.485	646.616.281	622.784.195
DÉFICIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	703.342.243	847.856.485	646.616.281	622.784.195

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)	4.476.449	5.553.371	4.672.941	4.755.828
RECEITAS CORRENTES	4.476.449	5.553.371	4.672.941	4.755.828
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	412	746	415	1.664
Impostos	347	-30	307	463
Taxas	65	776	108	1.201
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.468.994	3.471.169	3.506.151	3.661.484
Contribuições sociais	3.468.645	3.470.699	3.505.824	3.660.967
Contribuições econômicas	349	470	327	517
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	74	1192	951	601
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	74	1.177	950	601
Valores mobiliários	0	0		0
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou Licença	0	16	0	0
RECEITA INDUSTRIAL	10750	3676	1552	2050
RECEITA DE SERVIÇOS	13743	27.223	24.252	32.148
Serviços administrativos e comerciais gerais	5.518	17.888	16.890	20.123
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0		0

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
Serviços e atividades referentes à saúde	8.195	9.304	7.251	11.944
Serviços e atividades financeiras	0	0		0
Outros serviços	30	30	111	81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	982.477	2.049.365	1.139.622	1.057.881
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-5	-2	1	2
Indenizações, restituições e ressarcimentos	32	39	34	28
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/comp. ao rgps	0	0		0
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	982.450	2.049.329	1.139.586	1.057.851
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	0	0
Operações de crédito internas	0	0	0	0
Operações de crédito externas	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0	0
Resultado do Banco Central	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (VIII)	290.832.691	594.418.704	422.759.536	428.020.043
DESPESAS CORRENTES	284.736.295	324.231.953	406.614.453	401.114.851
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.247.593	48.682.761	63.036.646	49.065.740
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.087.416	51.043.664	21.235.409	89.439.745
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.401.287	224.505.528	322.342.397	262.609.366
Transferência a estados, DF e municípios	55.510.235	66.989.992	77.135.859	89.026.081
Benefícios previdenciários	105.716.782	108.764.881	169.551.406	108.375.461
Demais despesas correntes	40.174.269	48.750.656	75.655.133	65.207.824
DESPESAS DE CAPITAL	6.096.396	270.186.751	16.145.083	26.905.192
INVESTIMENTOS	20.883	835.362	2.089.126	3.475.764
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.037.952	7.102.656	11.027.210	11.706.396
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	37.561	262.248.733	3.028.748	11.723.032
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.291.220	6.201.626	5.408.697	5.586.492
DESPESAS CORRENTES	5.197.004	6.201.622	5.408.409	5.509.414
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.045.322	4.004.091	4.028.811	4.198.008
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.151.683	2.197.530	1.379.598	1.311.407
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	1.151.683	2.197.530	1.379.598	1.311.407
DESPESAS DE CAPITAL	94.216	4	289	77.078
INVESTIMENTOS	5	4	289	8.124
INVERSÕES FINANCEIRAS	94.211	-	-	68.954
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	296.123.911	600.620.330	428.168.234	433.606.535
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	223.526.637	298.549.782	117.469.424	110.257.258
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	207.831.015	291.386.074	116.017.462	109.997.624
Dívida mobiliária	207.422.483	291.180.881	115.035.779	109.088.543
Outras dívidas	408.532	205.194	981.683	909.082
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	15.695.622	7.163.709	1.451.961	259.633
Dívida mobiliária	14.732.904	6.693.401	-	-
Outras dívidas	962.719	470.308	1.451.961	259.633
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	519.650.548	899.170.112	545.637.657	543.863.793
Superávit (XIII)				
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	519.650.548	899.170.112	545.637.657	543.863.793

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balança Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.974.256.782,65	8.210.735.107,51	10.943.265.328,45	9.164.916.569,14
RECEITAS CORRENTES	8.868.938.863,79	7.925.483.232,71	10.789.862.271,03	8.828.216.725,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.201.240.312,49	4.664.232.409,93	5.111.019.033,14	5.459.288.621,45
Impostos	4.988.573.191,45	4.439.618.333,35	4.854.592.340,23	5.141.455.627,86
Taxas	212.667.121,04	224.614.076,58	256.426.692,91	317.832.993,59
Contribuição de melhoria	0	0	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	478.661.496,96	573.985.301,44	536.685.522,37	532.677.346,80
Contribuições sociais	478.661.496,96	573.985.301,44	536.685.522,37	532.677.346,80
Contribuição de intervenção no domínio econômico	0	0	-	-
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0	0	-	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0	0	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	37.076.269,61	31.717.818,29	59.064.377,29	58.143.868,49
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	12.692.067,07	10.565.277,96	11.146.936,14	13.323.195,87
Valores mobiliários	16.807.600,02	16.810.567,81	29.224.288,49	33.592.335,67
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	0	-	-
Exploração de recursos naturais	661.266,37	920.007,05	1.079.610,33	1.094.915,30
Exploração do patrimônio intangível	0	0	-	-
Cessão de direitos	6.912.443,65	3.421.496,67	17.613.073,53	10.134.052,02
Demais receitas patrimoniais	2892,5	468,8	468,8	-630,37
RECEITA AGROPECUÁRIA	24.676,80	8.534,19	30.450,00	83.886,00
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	14.987.853,73	24.230.618,98	28.925.421,05	24.065.658,02
Serviços administrativos e comerciais gerais	13.456.983,65	16.381.621,69	18.324.694,60	19.075.135,68
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	103.541,00	78.504,50	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	46798,16	83.873,32	105.326,99	235.436,31
Serviços e atividades financeiras	11988,66	5.803.338,46	8.082.198,04	2.989.435,60
Outros serviços	1368542,26	1.883.281,01	2.413.201,42	1.765.650,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.040.021.958,59	24.813.427,27	28.204.829,12	25.959.301,55
Transferências da União e de suas entidades	2.556.601.964,06	1.997.491.091,45	2.214.189.947,92	2.071.469.265,30
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências de instituições privadas	5.406.862,90	3.766.422,04	2.584.540,49	1.614.658,23
Transferências de outras instituições públicas	477.861.891,64	480.027.671,49	603.637.788,34	522.894.020,90
Transferências do exterior	148114,99	0	64220	-
Transferências de pessoas físicas	3125	57.541,63	6.415,10	-47.789,63
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96.926.295,61	149.965.823,27	2.233.654.555,33	158.027.190,09
Multas administrativas, contratuais e judiciais	16.975.930,44	44.335.355,70	25.173.244,52	46.396.993,20
Indenizações, restituições e ressarcimentos	10.362.840,91	16.421.658,48	2.166.137.365,77	16.714.343,69
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	0,00	-	-
Demais receitas correntes	69.587.524,26	89.208.809,09	42.343.945,04	94.915.853,20
RECEITAS DE CAPITAL	105.317.918,86	285.251.874,80	153.403.057,42	336.699.843,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	77.327.772,09	235.665.268,00	62.256.864,89	199.217.435,09
Operações de crédito - mercado interno	23683830,89	48.193.522,73	40.341.569,43	30.941.860,90
Operações de crédito - mercado externo	53.643.941,20	187.471.745,27	21.915.295,46	168.275.574,19

(Conclusão)

Tabela 22

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
ALIENAÇÃO DE BENS	41.897,41	1.334.144,85	838.053,9	2.563.015,02
Alienação de bens móveis	0	1274732	778660	2339104
Alienação de bens imóveis	41.897,41	59412,85	59393,9	223911,02
Alienação de bens intangíveis	0	0	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2.509.250,36	16.419.638,82	24.342.769,58	10.185.818,88
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.606.073,47	7.910.652,15	37.943.560,71	99.358.743,27
Transferências da União e de suas entidades	9.606.073,47	7.910.652,15	37.943.560,71	99.358.743,27
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências de instituições privadas	0	0	-	-
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0	0
Transferências do exterior	0	0	-	-
Transferências de pessoas físicas	0	0	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	15.832.925,53	23.922.170,98	28.021.808,34	25.374.831,23
Integralização do capital social	0	0	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	-	-
Resgate de títulos do tesouro	0	0	-	-
Demais receitas de capital	15.832.925,53	23.922.170,98	28.021.808,34	25.374.831,23
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	380.552.983,15	378.684.600,55	498.309.752,47	461.902.289,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	9.354.809.765,80	8.589.419.708,06	11.441.575.080,92	9.626.818.858,49
Operações de crédito internas	0	0	0	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	0	-
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	0	-
Operações de crédito externas	0	0	0	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	0	-
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	0	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)	9.354.809.765,80	8.589.419.708,06	11.441.575.080,92	9.626.818.858,49
DÉFICIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.354.809.765,80	8.589.419.708,06	11.441.575.080,92	9.626.818.858,49
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Receita intraorçamentária	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	380.552.983,15	378.684.600,55	498.309.752,47	461.902.289,35
RECEITAS CORRENTES	380.552.983,15	378.684.600,55	498.309.752,47	461.902.289,35
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	299.940.444,34	297.010.183,4	413.144.063,4	377.205.872,6
Contribuições sociais	299.940.444,34	297.010.183,4	413.144.063,4	377.205.872,6
RECEITA DE SERVIÇOS	2.243.273,34	5.068.025,55	7.404.904,85	5.624.008,84
Serviços administrativos e comerciais gerais		1.184.150,00	1.425.657,76	1.326.693,01
Serviços e atividades referentes à saúde	2.243.273,34	3.883.875,55	5.979.247,09	4.297.315,83
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte				
Outros serviços			-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.369.265,47	76.606.391,59	77.760.784,21	79.072.407,88
Indenizações, restituições e ressarcimentos				
Demais receitas correntes	78.369.265,47	76.606.391,59	77.760.784,21	79.072.407,88
TOTAL	380.552.983,15	378.684.600,55	498.309.752,47	461.902.289,35

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 23

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.677.757.151,16	8.153.394.389,27	8.341.615.014,84	8.575.501.009,01
DESPESAS CORRENTES	6.342.887.510,34	7.028.105.094,60	7.494.803.555,16	7.713.266.639,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.707.740.219,45	3.632.998.438,82	3.757.796.940,22	3.703.951.085,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.336.810,53	58.769.688,38	106.647.106,41	53.778.434,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.604.810.480,36	3.336.336.967,40	3.630.359.508,53	3.955.537.120,24
Transferências a municípios	1.385.661.992,28	1.183.182.574	1.354.958.798	1.480.020.077
Demais despesas correntes	1.219.148.488,08	2.153.154.393,18	2.275.400.710,47	2.475.517.043,55
DESPESAS DE CAPITAL	334.869.640,82	1.125.289.294,67	846.811.459,68	862.234.369,16
INVESTIMENTOS	136.810.358,55	450.356.820	428.884.284	704.189.247
INVERSÕES FINANCEIRAS	77.375.505,38	351.766.451	101.007.453	88.110.612
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120683776,9	323166023,6	316919722,1	69934510,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0		
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	382.207.868,74	383.101.462,51	389.004.269,47	445.775.334,82
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I + II)	7.059.965.019,90	8.536.495.851,78	8.730.619.284,31	9.021.276.343,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)	0	0	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0	0	-	-
Dívida mobiliária	0	0	-	-
Outras dívidas	0	0	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0	0	-	-
Dívida mobiliária	0	0	-	-
Outras dívidas	0	0	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.059.965.019,90	8.536.495.851,78	8.730.619.284,31	9.021.276.343,83
SUPERÁVIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.059.965.019,90	8.536.495.851,78	8.730.619.284,31	9.021.276.343,83

Despesa intraorçamentária	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
DESPESAS CORRENTES	382.207.868,74	383.101.462,51	389.004.269,47	445.775.334,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	260.713.884,02	258.992.451,21	259.187.119,68	263.544.888,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	121.493.984,72	124.109.011,30	129.817.149,79	182.230.446,55
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0	0
INVESTIMENTOS	0	0	0	0
TOTAL	382.207.868,74	383.101.462,51	389.004.269,47	445.775.334,82

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Tabela 24
Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-set. 2021

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Janeiro	2.839.088.144,85	2.239.860.573	185.406.891	297.315.445	3.024.495.036	2.537.176.018
Fevereiro	2.387.621.431,63	2.057.313.941	219.421.561	322.220.619	2.607.042.993	2.379.534.560
Março	2.159.647.763,75	1.948.788.736	181.716.159	271.096.471	2.341.363.923	2.219.885.207
Abril	2.351.595.221,25	1.803.877.327	175.230.481	260.673.282	2.526.825.702	2.064.550.609
Mai	2.446.247.674	1.420.312.440	240.329.127	134.064.207	2.686.576.801	1.554.376.646
Junho	2.429.476.897	1.754.052.873	291.410.106	256.123.141	2.720.887.003	2.010.176.014
Julho	2.536.353.197	1.926.670.908	326.857.927	324.898.246	2.863.211.125	2.251.569.154
Agosto	2.766.478.801	2.199.853.691	313.950.469	292.694.960	3.080.429.270	2.492.548.651
Setembro	2.656.498.275	2.206.026.386	292.289.378	287.481.600	2.948.787.654	2.493.507.985
Outubro		2.347.559.226		229.614.266		2.577.173.492
Novembro		2.569.925.018		159.453.770		2.729.378.787
Dezembro		2.504.416.295		139.850.224		2.644.266.520
TOTAL		24.978.657.413		2.975.486.231		27.954.143.644

Fonte: Sefaz – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 25

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.271.143.736	1.128.681.527	1.161.971.128	1.226.829.294
RECEITAS CORRENTES	1.264.789.423	1.081.219.727	1.096.327.893	1.198.101.167
RECEITA TRIBUTÁRIA	612.509.523	434.512.651	388.208.925	440.725.763
Impostos	533.917.912	394.706.030	358.051.232	409.750.152
Taxas	78.591.611	39.806.621	30.157.693	30.975.611
Contribuição de melhoria	0	0	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	57.346.888	64.800.571	67.222.052	66.448.003
Contribuições sociais	33.791.109	33.449.558	33.266.262	33.343.035
Contribuições econômicas	0	0	-	-
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0	0	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	23.555.779	31.351.013	33.955.790	33.104.968
RECEITA PATRIMONIAL	9.604.955	11.833.494	15.108.540	19.616.248
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	4.930.532	4.601.304	3.285.595	3.532.232
Valores mobiliários	4.674.018	7.232.189	11.822.945	16.083.156
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	0	-	859
Exploração de recursos naturais	0	0	-	-
Exploração do patrimônio intangível	0	0	-	-
Cessão de direitos	0	0	-	-
Demais receitas patrimoniais	405	0	0	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	0	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	-	-
Receita da indústria de construção	0	0	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	95.761	5.066.306	13.560.798	11.577.638
Serviços administrativos e comerciais gerais	143	1.294	1.467	730
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	155	5.064.461	13.559.101	11.515.764
Serviços e atividades referentes à saúde	0	0	-	-
Serviços e atividades financeiras	0	0	-	-
Outros serviços	95.462	551	230	61.144
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	565.679.255	541.620.096	595.952.816	631.595.920
Transferências da União e de suas entidades	342.703.634	310.201.985	338.606.982	360.256.478
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	134.432.429	145.087.533	158.618.970	178.098.273
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências de instituições privadas	25.244	401	1.204.169	613.760
Transferências de outras instituições públicas	88.517.399	86.327.937	97.519.576	91.868.456
Transferências do exterior	0	0	-	-
Transferências de pessoas físicas	550	2.240	3.119	758.953
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.553.040	23.386.609	16.274.763	28.137.595
Multas administrativas, contratuais e judiciais	5.721.434	6.420.694	10.186.533	11.176.403
Indenizações, restituições e ressarcimentos	9.858.414	1.996.717	691.704	3.094.366
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	9.231.317	-	7.759.101
Demais receitas correntes	3.973.192	5.737.881	5.396.525	6.107.724
RECEITAS DE CAPITAL	6.354.313	47.461.801	65.643.235	28.728.127
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.354.313	37.830.912	58.231.576	15.078.476

(Conclusão)

Tabela 25

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
Operações de crédito - mercado interno	5.977.341	22.811.836	26.424.540	15.078.476
Operações de crédito - mercado externo	376.972	15.019.077	31.807.036	-
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	-	748.261
Alienação de bens móveis	0	0	-	-
Alienação de bens imóveis	0	0	-	748.261
Alienação de bens intangíveis	0	0	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0	0	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	2.441	2.055.546	6.436.677
Transferências da União e de suas entidades	0	2.441	2.055.546	6.436.677
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	-	-
Transferências de instituições privadas	0	0	-	-
Transferências de outras instituições públicas	0	0	-	-
Transferências do exterior	0	0	-	-
Transferências de pessoas físicas	0	0	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	9.628.447	5.356.113	6.464.714
Integralização do capital social	0	0	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	-	-
Resgate de títulos do tesouro	0	0	-	-
Demais receitas de capital	0	9.628.447	5.356.113	6.464.714
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	53.122.469	52.777.638	52.686.671	52.614.760
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	1.324.266.205	1.181.459.165	1.214.657.799	1.279.444.054
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)			-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.324.266.205	1.181.459.165	1.214.657.799	1.279.444.054
DÉFICIT (VI)			-	-
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.324.266.205	1.181.459.165	1.214.657.799	1.279.444.054
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09		1.105.791.469,24
DÉFICIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09		1.105.791.469,24

Receita intraorçamentária	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
RECEITAS CORRENTES	53.122.469,49	52.777.637,65	52.686.670,80	52.614.760,17
CONTRIBUIÇÕES	50.785.334,04	50.395.160,35	50.142.638,54	50.091.337,41
Contribuições sociais	50.785.334,04	50.395.160,35	50.142.638,54	50.091.337,41
RECEITA PATRIMONIAL	81.064,08	85.322,30	89.451,91	93.884,94
Demais receitas patrimoniais	81.064,08	85.322,30	89.451,91	93.884,94
RECEITA DE SERVIÇOS	0	0	-	-
Outros serviços	0	0	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2256071,37	2297155	2454580,35	2429537,82
Demais receitas correntes	2256071,37	2297155	2454580,35	2429537,82
TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	53.122.469,49	52.777.637,65	52.686.670,80	52.614.760,17
TOTAL	50.841.252,57	51.958.876,94		51.253.366,13

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 26

Balço Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-ago. 2021

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	736.784.347,68	1.179.497.607,26	1.156.325.471,93	1.152.498.659,89
DESPESAS CORRENTES	700.873.446,04	1.052.991.092,91	1.080.134.390,61	1.059.102.092,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	408.157.249,84	430.076.677,25	443.637.997,05	421.416.503,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.407.542,05	4.037.955,61	11.059.019,42	6.324.485,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	288.308.654,15	618.876.460,05	625.437.374,14	631.361.103,89
DESPESAS DE CAPITAL	35.910.901,64	126.506.514,35	76.191.081,32	93.396.566,93
INVESTIMENTOS	25.321.764,40	119.701.244,43	42.630.255,99	67.407.001,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	806.1784,82	7688678,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.589.137,24	6.805.269,92	25.499.040,51	18.300.887,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	50.851.848,12	51.949.197,89	52.686.670,80	52.615.672,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I+II)	787.636.195,80	1.231.446.805,15	1.209.012.142,73	1.205.114.332,79
SUPERÁVIT(IV)	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	787.636.195,80	1.231.446.805,15	1.209.012.142,73	1.205.114.332,79
TOTAL (V) = (III + IV)	787.636.195,80	1.231.446.805,15	1.209.012.142,73	1.106.732.150,42

Despesa intraorçamentária	2021			
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Mai.-Jun.	Jul.-Ago.
DESPESAS CORRENTES	50.561.964,52	51.658.171,95	52.375.544,90	52.300.106,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.501.812,93	51.594.873,55	52.286.092,99	52.206.221,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.151,59	63.298,40	89.451,91	93.884,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	289.883,60	291.025,94	311.125,90	315.566,89
INVESTIMENTOS	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	289.883,60	291.025,94	311.125,90	315.566,89
TOTAL	50.851.848,12	51.949.197,89	52.686.670,80	52.615.672,90

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu *Biblioteca Virtual (Publicações SEI)*.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 20, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu *Biblioteca Virtual (Publicações SEI)*.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO



ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

[publicacoes.sei.ba.gov.br
/conjunturaeplanejamento](http://publicacoes.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento)



INFORMAÇÕES

71 3115-4711 71 3115-4771
In english: 55 71 3115-4795
En español: 55 71 3115-4795



COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto Correia

w w w . s e i . b a . g o v . b r



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607